

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO

KLAUS ROSSWEILER PEREIRA

SILÊNCIO NA BIBLIOTECA:
atos de censura em bibliotecas brasileiras (2009)

Porto Alegre
2010

KLAUS ROSSWEILER PEREIRA

SILÊNCIO NA BIBLIOTECA:
atos de censura em bibliotecas brasileiras (2009)

Trabalho de conclusão do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, realizado durante o 1.º semestre de 2010 e apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof.^a Me. Marlise Maria Giovanaz

Porto Alegre
2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitora: Prof. Dr. Carlos Alexandre Netto

Vice Reitor: Prof. Dr. Rui Vicente Oppermann

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

Diretor: Prof. Ricardo Schneiders da Silva

Vice Diretora: Prof^a. Dr^a. Regina Helena Van der Lann

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO

Chefe: Prof^a. Dr^a. Ana Maria Moura

Chefe Substituta: Prof^a. Dr^a. Helen Rozados

CIP – Brasil – Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

P426s Pereira, Klaus Rosswailer

Silêncio na biblioteca : atos de censura em bibliotecas brasileiras
(2009) / Klaus Rosswailer Pereira ; Orientadora Marlise Maria Giovanaz. –
Porto Alegre : K.R.P., 2010. – Monografia (graduação) – UFRGS, Porto
Alegre, 2010.

130 p. : il.

1. Biblioteconomia 2. Censura – Brasil 3. Bibliotecas escolares –
Brasil 4. Conselho Federal de Biblioteconomia 5. Conselho Regional de
Biblioteconomia 6. Associações de bibliotecários – Brasil 7. Políticas
públicas – Educação – Brasil I. Giovanaz, Marlise Maria. IV. Título.

CDD 025.213

CDU 027.8:351.751.5(81)

Departamento de Ciências da Informação

Rua: Ramiro Barcelos, 2705 – sala 507

CEP: 90035-007 – Porto Alegre - RS

Tel: (51) 3316 – 5146 e 3316-5143

Fax: (51) 3316 – 5435

E-mail: dci@ufrgs.br

FOLHA DE APROVAÇÃO

KLAUS ROSSWEILER PEREIRA

SILÊNCIO NA BIBLIOTECA:
atos de censura em bibliotecas brasileiras (2009)

Trabalho de conclusão do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, realizado durante o 1.º semestre de 2010 e apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Aprovado em: _____ / _____ / _____

BANCA EXAMINADORA:

Profª. Me. Marlise Maria Giovanaz – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Alexandre Ayub Stephanou – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Valdir José Morigi – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Agradeço aos meus pais, por lerem para mim na idade da ignorância, nunca terem me sugerido ou criticado minhas leituras, quando sobre minhas próprias pernas e terem me deixado em paz lendo;

A minha D, número um de meu sistema numérico-sentimental unívoco, pelos pontapés e paciência;

À Prof^a. Marlise, sempre ao lado, por encarar esta proposta, que não nos enobrece;

Aos amigos Felipe, Rodrigo e Carla, Glauber pela provocação constante e por segurarem a peteca;

E especialmente aos meus leitores domésticos, maiores críticos e estímulos, B e T, do menor pro maior.

*Who better to recruit than a librarian
when you're dealing with a fledgling
dictatorship?*

Stephen King

*[The librarian] must, obviously, be a
staunch defender of intellectual freedom. He
must go beyond the perhaps comparatively
passive posture of simply defending it, but
most actively promulgate it.*

Eli M. Oboler

RESUMO

Esta pesquisa busca registrar a reação dos Conselhos Federal e Regionais de Biblioteconomia, das Associações e Sindicatos de bibliotecários aos atos de censura ocorridos durante o ano escolar de 2009. Atos que tiveram como alvo a bibliografia distribuída pelo PNBE e programas estaduais e atingiram bibliotecas escolares de diversos estados brasileiros. A coleta de dados foi efetuada através de informações públicas, portanto acessíveis a toda a sociedade, envolvendo principalmente matéria jornalística encontrada em jornais de grande circulação, a maioria com matéria disponível em seus próprios sítios, boletins e sítios das entidades de classe dos bibliotecários. Para análise foi desenvolvido um quadro histórico e teórico com o objetivo de retratar as diferentes faces da censura na sociedade contemporânea e a contraparte bibliotecária representa-se através dos manifestos e diretrizes da IFLA (International Federation of Library Associations and Institutions) e da experiência traduzida em relatos e documentos. O estudo realizado é de caráter especulativo, e encerra na afirmação do papel do bibliotecário, em uma sociedade de conflitos crescentes, frente à censura realizada por diferentes instâncias sociais aos livros encontrados nas bibliotecas escolares.

Palavras-chave: Censura. Liberdade de informação. Biblioteca. Biblioteca escolar. Conselho Federal de Biblioteconomia. Conselhos Regionais de Biblioteconomia.

ABSTRACT

This research seeks to record the reaction of the Federal and Regional Councils of Library Associations and Unions of librarians to acts of censorship occurred during the school year 2009. Acts that targeted the literature distributed by PNBE, state programs and school libraries reached several states. Data collection was done through public information, therefore accessible to all society, mainly involving journalistic matter found in major newspapers, most of material available on their own sites, newsletters and websites of professional associations of librarians. For analysis we developed a theoretical and historical framework in order to portray the different faces of censorship in contemporary society and the opposite librarian side represents itself through manifestos and guidelines of IFLA (International Federation of Library Associations and Institutions) and the experience translated into reports and documents. The study is of a speculative nature, and ends in affirming the role of the librarian, in a society of increasing conflicts, in front of censorship carried out by different social levels to the books found in school libraries.

Keywords: Censorship. Library. Intellectual freedom. School library. Librarian's Council and Associations.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 A CENSURA	14
2.1 A CENSURA ANTES DA CENSURA	14
2.2 ANTES DO BRASIL, A CENSURA	15
2.3 A CENSURA.....	24
2.3.1 As formas atuais da censura	26
2.3.2 Fundamentos atuais da censura	29
2.3.3 Agentes atuais da censura.....	31
2.4 ARGUMENTOS CONTRA A CENSURA.....	32
2.5 ESTADO DE CENSURA	35
2.6 CERTIFICADO DE CENSURA.....	37
3 SILÊNCIO NA BIBLIOTECA	39
3.1 O FATO LOCAL	40
3.1.1 O antecedente	41
3.1.2 O dia seguinte.....	41
3.1.3 A polêmica	43
3.2 O CENÁRIO	50
3.2.1 São Paulo.....	50
3.2.2 Santa Catarina.....	55
3.2.3 Rio de Janeiro.....	58
3.2.4 Paraná.....	61
3.2.5 Bahia.....	65
3.2.6 Goiás.....	69
3.2.7 Geografia nacional: Espírito Santo e Minas Gerais.....	72
3.3 O HORROR! O HORROR!.....	74
3.4 LEITURAS	77
3.4.1 Marcelo Rubens Paiva.....	77
3.4.2 Paulo Ramos e Waldomiro Vergueiro.....	79
3.5 PALAVRA DO LEITOR	80
4. LEEM OS BIBLIOTECÁRIOS O QUE ESCREVEM?	82
4.1 A BIBLIOTECA EM SILÊNCIO I.....	83
4.2 A BIBLIOTECA E A IMPRENSA.....	83
4.3 A BIBLIOTECA EM SILÊNCIO II	84
4.3.1 CFB – Conselho Federal de Biblioteconomia	84
4.3.2 CRB-8 São Paulo.....	87
4.3.3 CRB-9 Paraná.....	89
4.3.4 CRB-14 Santa Catarina	89
4.3.5 CRB-10 Rio Grande do Sul.....	89
4.3.6. CRB-7 Rio de Janeiro.....	90
4.3.7 CRB-5 Bahia	91
4.3.8 CRB-1 Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul	91
4.3.9 CRB-6 Minas Gerais	91
4.3.10 FEBAB – Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições.....	92
4.3.11 ABPR - Associação Bibliotecária do Paraná.....	93
4.3.12 ACB - Associação Catarinense de Bibliotecários.....	93
4.3.13 ARB - Associação Rio-Grandense de Bibliotecários	93
4.3.14 ABMG - Associação dos Bibliotecários de Minas Gerais.....	93
4.3.15 ABG - Associação dos Bibliotecários de Goiás	94
4.3.16 SINDIB - PR - Sindicato dos Bibliotecários do Paraná.....	94
4.3.17 SINDIB - RJ - Sindicato dos Bibliotecários do Rio de Janeiro	94
4.3.18 SiB - MG - Sindicato dos Bibliotecários e Auxiliares de Biblioteca do Estado de Minas Gerais	95
4.3.19 SinBiesp - Sindicato dos Bibliotecários do Estado de São Paulo	95
4.4 IMOBILIDADE DA BIBLIOTECA.....	95
4.4.1 Imobilidade e biblioteca escolar	98
4.4.2 Ainda o nosso silêncio.....	102
4.4.3 La sagesse du bibliothécaire	105

4.4.5 “A biblioteca é o lugar de outra vivência”	109
5 A BIBLIOTECA: QUASE UMA CONCLUSÃO	110
6 RESTA O SILÊNCIO	115
REFERÊNCIAS	119
APÊNDICE: TRÊS CASOS	133

1 INTRODUÇÃO

A censura é uma questão da Biblioteconomia brasileira anterior às bibliotecas. Desde as primeiras bibliotecas escolares sediadas nos colégios fundados pelos jesuítas no Brasil colonial, passando pelas primeiras bibliotecas públicas estaduais, pela Biblioteca Nacional— todas nasceram sob censura, sob censura montaram seu acervo e foram administradas. Sob censura também se iniciou a produção editorial, dependente do imprimatur da sede do reino e mais dependente ainda das casas gráficas, aqui proibidas e lacradas, por sucessivos editos reais. Breve trégua será gozada com a migração do Príncipe Regente D. João, primeiro com as gráficas alforriadas e depois, já em 1821, com o fim da censura prévia, no rastro da Revolução Liberal portuguesa. Não que não houvesse alguma censura, cautela teria que ser guardada contra as ideias abolicionistas e republicanas que prosperavam. Mas, ainda assim, um período historicamente considerado livre de censura. O que não será a república, que faz com que Hallewell (2005, p.455) resuma em uma sentença: “*a censura foi uma característica da vida brasileira desde a queda do Império*”. A censura será uma constante até a Constituição de 1988, sob todas as suas formas, e será indiscriminadamente aplicada a todos os meios de comunicação que surgiram ao longo deste período, rico de inovações tecnológicas. Estranha portanto não é a censura às bibliotecas e à práxis bibliotecária. Há sempre a possibilidade de um errôneo acaso de tropicante pesquisa, mas estranho é não se encontrar uma história da censura sobre as bibliotecas e o mundo do livro a partir dos bibliotecários que a tudo testemunharam. Onde a história das fogueiras de livros sequestrados em bibliotecas e livrarias que iluminou a noite de Salvador e São Paulo em 1937, que serviram de mote até das liquidações das livrarias — *queima de livros?* e onde a aventura do livro e das bibliotecas sob a ditadura militar (1964-1985) com seus expurgos em bibliotecas universitárias e queimadas e ainda com tantas testemunhas vivas? Mesmo aquele que pende para o conceito da biblioteca como um centro de informação, este também tem a marca da censura, da intervenção do poder político em sua história. Há, contudo, o registro ignóbil da demanda de censura: a censura para publicações infantis (SOUZA, 1994, p. 19) e a censura do filme “*Je vous salue Marie*” (VERGUEIRO, 1987, p. 25).

Assim, ao se desencadear um tsunami censório a partir de maio de 2009, que

vitimou bibliotecas escolares em cerca de dezesseis Estados, principalmente nas regiões Sul e Sudeste, e que acabou se estendendo por praticamente todo o ano letivo — estes atos de censura desenharam a provocação para este trabalho.

Foram notícias veiculadas em todas as mídias e focou-se principalmente aquelas publicadas em *jornais de grande circulação*, que indicavam que estes atos de censura retiravam das prateleiras das bibliotecas escolares, e, conseqüentemente, proibiam o acesso dos alunos e comunidades a livros distribuídos pelo FUNDEB ou adquiridos pelos governos estaduais.

A censura, um camaleão, assumiu diversas formas: foi moral, religiosa, racial, psicológica, iconográfica (ou etnoiconográfica), política e histórica (ou etnográfica, como está na moda). Seus agentes ou motores, defensores da sociedade e dos bons costumes, foram os mais diversos e de todos os extratos sociais, indo de pais de alunos, passando por professores, políticos, Secretários de Estado e chegando até aos membros do Ministério Público.

Como mudava de forma, mudava de razões, mas nunca deixou de esconder sua face e seus resultados: interdição e retirada de livros das bibliotecas. Constituíram-se comissões, montaram-se tribunais para as obras, e como diz a tia Zulmira¹, quando não se quer resolver instala-se uma comissão de inquérito e se carimba. Resultados foram omitidos, outros declarados, alguns submersos na demagogia, velados uns. Mas o resultado é o histórico: arrancam-se páginas, empastelam-se publicações, republicam-se edições sanadas ou corrigidas, tiram das prateleiras² — censuram. Determinam assim, mais uma vez, o que é bom para a sociedade, nos defendem de nós mesmos, até de nossa história. Isto é censura, palavra que se afoga e cala nas racionalizações.

As obras foram as mais diversas. É o clássico moderno norte-americano, Will Eisner, fundador de um gênero literário, o romance gráfico. O insuspeito poeta pantaneiro Manoel de Barros. Não sem antes passar pelo censurável de sempre, Nelson Rodrigues. Mas que dizer do clássico dos clássicos brasileiros, Machado de Assis?

O significativo número de atos de censura ocorridos neste curto espaço de tempo, menos de um ano letivo, a área coberta pela ação dos redentores da moral e bons costumes, o número de alunos, escolas, bibliotecas e obras vitimadas bastam para atribuir uma

¹ Personagem criada pelo escritor Stanislaw Ponte Preta que despe as contradições mascaradas da vida pública brasileira: o dizer uma coisa, acontecer outra. Tia Zulmira representava a racionalidade, a coerência, a inteligência, num período em que isso era moeda rara. Personagem poderosa que atuava por acionar os recursos humorísticos da surpresa, da inversão de expectativas e da condensação de idéias para dar um pouco de lucidez aos fatos políticos.

² Para onde vão os livros retirados?

importância incomparável ao evento e ao seu impacto na ação e reação dos Conselhos, Associações e Sindicatos dos profissionais bibliotecários, provocando, portanto, o tema deste trabalho.

Na sociedade contemporânea, a formação de um profissional deve ampliar o processo de ensino e aprendizagem para além das fronteiras tradicionais da sala de aula, e a apropriação discursiva dos conflitos sociais profissionais é parte desta necessidade.

Neste contexto, os Conselhos e Associações profissionais constituem o principal pólo de referência para a comunidade, por isso, resgatar os passos do conflito e a ação destas instituições é fundamental para redesenhar um futuro de luta pela defesa dos valores democráticos e reavivar a sua importância para a formação dos estudantes e profissionais de Biblioteconomia.

O objetivo geral deste trabalho pode ser resumido em uma questão: como respondem os bibliotecários à censura?

A questão concreta, provocada pelos fatos descritos, foi desenvolvida em três blocos e quase conclusão³.

O primeiro busca desenvolver um retrato da censura contemporânea em três planos: da forma, da razão e do agente. Parte anteriormente de seu conceito e historicidade, ao desenvolver uma cronologia da censura no Brasil, exercício de grande amplitude na pesquisa e resultado simples. E encerra com as contradições que habitam a censura, o que a condena e limita na temporalidade.

O segundo reproduz, com breves comentários, intensa e extensamente a documentação jornalística coletada. Antes de qualquer crítica, e consciente delas, entende-se que só a extensão das reportagens pode alcançar a profundidade do problema. O problema que existe a partir de sua própria e única visibilidade, veiculados que foram em grandes meios de comunicação. Fossem notas, iriam embrulhar o peixe do dia seguinte.

O terceiro captura a reação e ação das entidades de classe no período. Apresenta a agenda descritiva e documentada das ações dos Conselhos, Associações e Sindicatos dos profissionais bibliotecários. Documenta a base teórica e política, as armas que fundamentariam esta ação, em contraponto com as concepções de bibliotecários que

³ Com restrições auto-impostas, procurou-se sempre, dentro do possível, uma bibliografia bibliotecária. Outra restrição foi tentar evitar o uso de uma bibliografia baseada na ALA – American Library Association, de posições muito claras, públicas e corajosas, que enobrecem todos os profissionais, mas de fácil conclusão sobre tema.

refletiram sobre este tema.

Em modo de conclusão, constrói, baseado na história, um conceito de biblioteca contra o cenário de censura e fundamento da ação dos bibliotecários para uma biblioteca democrática, espaço da “*l'exposition publique des savoirs disponibles sans exclusive ni interdit*”. (NAUDÉ, 1644 apud COMBE, 2009).

Escrito ao longo de cinco anos e seu último livro, em “*A man without a country*” de Kurt Vonnegut, definido como um retrato da condição do espírito americano do momento, o autor, nesta busca, volta-se para as bibliotecas (2005, p. 102):

[...][...] quero parabenizar as bibliotecárias, não famosas por sua força física ou suas poderosas políticas conexões ou sua grande riqueza, que, por todo este país, resistiram bravamente aos antidemocratas valentões que tentaram remover certos livros de suas estantes e destruíram os registros para não revelar à polícia do pensamento os nomes das pessoas que haviam solicitado estes títulos. Assim a America que eu amei ainda existe, se não na Casa Branca ou na Suprema Corte ou no Senado ou na Casa dos Representantes ou na mídia. A America que eu amo ainda existe à frente dos balcões das nossas bibliotecas públicas.

Ao fim, poder-se-á dizer o mesmo aqui?

2 A CENSURA

2.1 A CENSURA ANTES DA CENSURA

Censura é ato de interdição, alteração ou supressão de expressão (fala, escrita ou representação artístico-intelectual) que é considerada “ofensiva”. Toda ação de censura consiste necessariamente em uma proibição de enunciar, publicar ou fazer circular. Ela visa reprimir, aplanar os conflitos, achatando a linguagem em um universo livre de contradições com um agente social ou poder, é o fundamento do plano da mesmice, do consenso com a ideologia do outro. E “fazer censura” se baseia, maioritariamente, sobre argumentos em geral difusos, inconstantes e circunstanciais, que variam no tempo, com os costumes, com os momentos políticos, com as pessoas.⁴

Sujeita às vogas, a censura não encontra lugar no quadro legal, não possui nenhuma base na legalidade, é, portanto, uma arbitrariedade, no mínimo uma alegabilidade⁵, mas “legisladora” em sua ação e, injustificável, apresenta-se carente da promulgação de decretos que a fundamentem. A censura é o melhor exemplo que se pode encontrar de legalidade no arbitrário, ou melhor, de legalização da arbitrariedade.

É na ação que a censura define-se adequadamente, como em Porto⁶ (2008, p. 104):

O produtor Francisco Anísio escreveu um programa sobre coisas do norte. Num trecho do escrito, a frase “auriverde pendão da minha terra, que a brisa do Brasil beija e balança” – verso de Castro Alves⁷. Quando o programa voltou da censura a

⁴ Esta definição de censura é de livre criação do autor e se baseia no referencial teórico que será apresentado a seguir, e na definição, estreita, mas orientadora da IFLA (1996): “*Proibição da produção, distribuição, circulação ou o acesso a um trabalho sob o argumento de que contém material politicamente ou moralmente ofensivo*”.

⁵ Diz Farias (2001): “[...] democracia e censura são termos antitéticos, antagônicos, inconciliáveis. A democracia é inconciliável com a censura porque a censura obsta o regular funcionamento da democracia. É que uma das condições essenciais para o funcionamento da democracia é a livre circulação de idéias, opiniões, fatos e o pluralismo político, ideológico e artístico. E a censura é uma imposição autocrática e unilateral de idéias e opiniões. E a instituição do monopólio político, ideológico e artístico na sociedade, conforme observou-se durante amarga experiência de regime de censura imposto pela ditadura militar, que até recentemente vigorou em nosso País. Aliás, cumpre evocar que a censura está sempre aliada aos regimes autoritários e antidemocráticos.” E, continua no parágrafo seguinte, dizendo que “por violar um direito dos mais caros ao homem, a liberdade de expressão e informação (hoje considerada uma instituição fundamental para o funcionamento da democracia), a censura torna-se incompatível com a democracia.”

⁶ Em “*A censura se diverte*”, artigo de Sérgio Porto publicado na revista Senhor, n.6, agosto de 1959.

⁷ Do poema “*O navio negreiro*”, 1868.

frase estava cortada. Francisco Anísio irritou-se com o corte, foi ao Serviço de Censura, pediu para falar com o censor, aliás, censora, e explicou que “brisa do Brasil beija e balança” nada tinha de imoral— além de ser de Castro Alves, que se aprende na escola. A censora olhou-o dando-se ares de ofendida e respondeu:
 – Pode ser que não seja para o senhor; mas, para mim, beijar e balançar ao mesmo tempo é imoralidade.

Quando este incidente aconteceu o Brasil já conhecia trezentos e oitenta anos de censura, ela estava indissolúvelmente ligada à história do país.

2.2 ANTES DO BRASIL, A CENSURA

O Brasil entra na história sob censura. E não era por causa das

[...] três ou quatro moças, bem moças e bem gentis com cabelos muito pretos compridos pelas espáduas e suas vergonhas tão altas e tão çaradinhas e tão limpas das cabeleiras que de as nós muito bem olharmos não tínhamos nenhuma vergonha. (PEREIRA; CAMINHA, 1964, p.135).

O Papa Inocêncio VIII, que promulgou a bula “*Inter multiplices*” em 17 de novembro de 1487, já tinha se encarregado de colocar todo o orbe, a cristandade conhecida e futura sob censura:

[...] tam in Romana Curia, quam in reliquis Italiae, Germaniae, Franciae, Hispaniarum, Angliae et Scotiae aliarumque nationum quarunlibet Christianarum civitatibus, terris, castris, villis et locis. (WITCOMBE , 2004, p. 61)⁸.

Esta bula prescreveu o primeiro edito papal universal de censura aos livros e encarregou os bispos de sua execução⁹. Editores e autores deviam submeter a primeira impressão (a prova do livro) ou originais para exame das autoridades eclesiásticas que julgariam se neles havia cousa alguma escandalosa ou contrária à fé e aos bons costumes. Os

⁸ Em tradução livre: “*tanto a Curia Romana, como a restante Italia, Germania, França, Hispania, Inglaterra e Escócia e todas as outras nações conhecidas da Cristandade, cidades-estado, terras, fortes, aldeias e lugares.*” Para esta e demais informações sobre a relação entre a Igreja e o mundo editorial. Para uma visão geral da história da censura, recomendo o breve estudo de Mette Newth, *The long history of censorship*, publicado no Beacon for Freedom of Expression.

⁹ A história da censura está indissolúvelmente ligada à Igreja Romana; ao Papa Anastácio I, que reinou apenas dois anos (399-401), é atribuída a “inauguração” da censura ocidental ao proibir todo texto que não se conformasse com a cosmologia cristã.

livros considerados heréticos e perigosos seriam queimados (às vezes ardia o autor junto).

Em 1501, o Papa Alexandre VI, o Bórgia, o homem que dividiu o recém descoberto Novo Mundo entre Portugal e Espanha¹⁰, após considerar que a arte da impressão¹¹ podia ser de grande serviço ao ampliar a circulação de livros úteis e estimados, advertiu que também podia provocar sério mal se permitido ampliar a influência e circulação de obras perniciosas e que era necessário, portanto, manter total controle sobre os impressores de modo a prevenir que levem para impressão escritos antagônicos à fé cristã ou que tem a probabilidade de causar problemas aos homens de fé, renovou o edito de Inocêncio VIII.

Após ser reorganizada a Suprema e Sacra Congregação da Inquisição Universal pelo papa Paulo III em 21 de Julho de 1542, esta ficou encarregada da fiscalização dos livros com ênfase especial na supressão e censura. Este tribunal compôs um primeiro catálogo de livros proibidos, que teve como título "Index", continha quase exclusivamente obras já condenadas e proibidas por serem heréticas ou suspeitas de heresia. Em 1559, o papa Paulo IV instituirá a congregação do Index Librorum Prohibitorum, que será abolido, em 1966, pelo Papa Paulo VI.

Desde o achamento e ao longo dos séculos, até 1988, a censura permanecerá onipresente na sociedade brasileira como se pode observar nesta breve síntese cronológica:

Durante o período colonial¹²:

- 1536 Entrada do Santo Ofício da Inquisição em Portugal, por solicitação real.
- 1539 Primeiros livros portugueses censurados.
- 1540 Chegada dos Jesuítas a Portugal. O Cardeal Infante D. Henrique confia a censura disciplinar dos livros a três Dominicanos.
- 1547 e 1551 Primeiras relações portuguesas de livros proibidos.
- 1561 Terceiro índice português: contém o núcleo de livros «em romance» (português e castelhano), publicado no Índice Espanhol de 1559.

¹⁰ Bula *Inter Caetera*, 1493.

¹¹ Em 4 de maio de 1515, Leão X, na bula "*De super impressione librorum*", agradece ao senhor a descoberta da impressão que por pouco dinheiro permite a todos que comprem livros.

¹² RODRIGUES (1980) para informações sobre a censura em Portugal, muito objetivo e de leitura agradável. Encontra-se integralmente disponível na Biblioteca Digital Camões do Instituto Camões. Para uma visão conjunta, ver "*Os modelos censórios portugueses e os serviços de censura brasileiros*" anexo em STEPHANOU (2004), este compreende Portugal e Brasil (Colônia e Império).

- 1564 Índice tridentino: as regras que o precederam foram redigidas por Fr. Francisco Foreiro, dominicano português.
- 1581 Este índice português contém uma lista elaborada por Fr. Bartolomeu Ferreira de «Avisos e Lembranças» que esclareciam ou ampliavam as regulamentações do Concílio de Trento. Como exemplo dos livros que ficam na gaveta da burocracia censórea tem-se a Carta de Caminha, que só será publicada no século XIX.
- 1624 Índice Expurgatório: o Livro de Ouro da censura portuguesa.
- 1747 Proibição e fechamento de tipografias nas colônias.
- 1755 Com o Marques de Pombal, se consolida em Portugal uma nova ideologia política: o absolutismo esclarecido ou iluminado. A censura passa a cuidar da defesa política do poder real.
- 1768 Criação da Imprensa Régia.
- 1768 Criação da Real Mesa Censória, substituindo a Censura Inquisitorial, isto vai transferir para o Estado o exercício da Censura. Os censores passam a ser censores régios. À Mesa foram concedidas não só as atribuições de censura oficial e fiscalização de todas as publicações nacionais e estrangeiras, mas também a de elaboração de um Novo Índice Expurgatório que substituísse o índice de 1624.¹³
- 1768 Regimento de 18 de Maio, novas regras no que diz respeito à política estabelecem a defesa intransigente do poder real.
- 1770 Edital de 24 de Setembro: proíbe 122 obras e ordena a queima em praça pública de *Analyse (de P. Bayle)*; *Dictionaire Philosophique (Voltaire)*; *Lettres Turques*; *Oeuvres Philosophiques (La Mettrie)*; *Recueil Necessaire*; *Recherches sur l'origine du Despotisme Oriental*.

¹³ Em Maxwell (2010, p. A3), sobre a censura em Portugal: “A lista me fez recordar as atividades da Real Mesa Censória, estabelecida pelo marquês de Pombal em 1768 e responsável até 1794 pelo controle de todas as obras literárias em Portugal. Composta por quatro religiosos e seis membros laicos, a comissão se reunia a cada semana. Embora tivesse inclinações fortemente contrárias aos jesuítas, livros de ateus e protestantes, sobre bruxaria e astrologia, foram proibidos, bem como as obras clássicas do Iluminismo de Rousseau, Voltaire, Holbach, Diderot, Bayle, Helvétius, Raynal e La Mettrie. Ironicamente, livros sobre a revolução dos Estados Unidos eram permitidos, uma decisão que logo se provou insensata. Em 1787, o carioca José Joaquim Maia e Barbalho se reuniram secretamente na França com Thomas Jefferson. “A natureza nos fez habitantes do mesmo continente e com isso de certa maneira compatriotas”, ele disse a Jefferson. “Os

- 1794 Sob D. Maria I, regresso à censura tripartida do Desembargo do Paço, do Ordinário da Diocese e do Santo Ofício da Inquisição em virtude do receio de propagação das ideias vindas de França, ficou pertencendo a censura dos livros:
 - a) aos bispos, quanto a doutrinas contrárias aos dogmas, à moral e à disciplina eclesiástica;
 - b) ao Santo Ofício da Inquisição, quanto aos erros contra cujos autores ou sectários tivesse direito de proceder;
 - c) à Mesa do Desembargo do Paço, quanto às doutrinas danosas e prejudiciais aos costumes públicos, às leis e direitos da Coroa e à tranquilidade da nação. (RODRIGUES, 1980, p.37).

- 1820 Revolução Liberal, fim de toda a censura prévia. A liberdade de expressão vai ser constitucionalmente reconhecida em Portugal em 1822, tendo as Cortes Constituintes aprovado uma lei de imprensa mesmo antes do regresso de D. João VI à metrópole. Ao chegar, o monarca assinou o diploma de 4 de Julho de 1821, que no artigo 1.º dispunha: *“Toda pessoa pode, da publicação desta lei em diante, imprimir, publicar e vender nos Estados Portugueses quaisquer livros ou escritos sem prévia censura.”* (RODRIGUES, 1980, p.51).

- 1821 Extinção do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição.

Já em terras brasílicas¹⁴ assim avançou a censura:

- 1821 Acaba a censura no Brasil. D.Pedro jura em 5 de junho sobre as bases da futura Constituição portuguesa, a mesma que seu pai assinara em Portugal.¹⁵

- 1822 Em 18 de junho de 1822, o príncipe publica um decreto contra os abusos da imprensa, que valerá até o ano de 1823, quando passa a vigorar o projeto de lei sobre a liberdade de imprensa da Assembléia

brasileiros”, afirmou, se haviam deixado inspirar pela “gloriosa independência” da América do Norte.”

¹⁴ Para a composição desta cronologia foram consultados os seguintes textos: Araújo (1986), Carneiro (2001); Carneiro (2002), Castro (2000), Ferreira; Delgado (2003), Fonseca (1992), Gaspari (2002a, 2002b, 2003 E 2004), Hallewell (2005), Martino; Sapaterra (2006), Reimão (2005), Soares (1989), Stephanou (2001, 2004).

¹⁵ Novinsky (2002, p. 26) afirma que a censura durou três séculos no Brasil colonial e foi muito mais rigorosa do que na América espanhola: *“[...] o medo de que idéias heréticas penetrassem no Novo Mundo foi o pesadelo dos inquisidores portugueses. Proibia-se aos leigos a leitura da Bíblia e os agentes do Santo Ofício [...] vigiavam cada navio que entrava nos portos brasileiros.”*

Constituinte determinando que nenhum escrito, de qualquer qualidade, volume ou denominação fosse sujeito à censura, nem antes, nem depois de impressos. Tornava-se livre a qualquer pessoa imprimir, publicar, vender e comprar os livros e escritos de qualquer qualidade, sem responsabilidade, exceto nos casos de se abusar da liberdade de imprensa.

- 1824 A Constituição primeira e única do império estabelece no

Art. 179. A inviolabilidade dos Direitos Civis, e Politicos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, é garantida pela Constituição do Imperio, pela maneira seguinte.

[...]IV. Todos podem communicar os seus pensamentos, por palavras, escriptos, e publical-os pela Imprensa, sem dependencia de censura; com tanto que hajam de responder pelos abusos, que commetterem no exercicio deste Direito, nos casos, e pela fórma, que a Lei determinar. (BRASIL, 1824).¹⁶

- 1889 Um mês e meio depois do golpe militar de 15 de novembro, que impôs o regime republicano ao Brasil, o Marechal Deodoro da Fonseca por meio do decreto 85-A, de 23 de dezembro reimplantou a censura à imprensa, que havia sido importante ferramenta para o movimento republicano contra o império.¹⁷
- 1891 Primeira Constituição da República, no art.72 consta

§ 12 - Em qualquer assunto é livre a manifestação de pensamento pela imprensa ou pela tribuna, sem dependência de censura, respondendo cada um pelos abusos que cometer nos casos e pela forma que a lei determinar. Não é permitido o anonimato. (BRASIL, 1891).

¹⁶ Não se pense que não havia censura alguma. Apesar de sua abolição oficial em 1821, tanto o Estado quanto a Igreja continuaram a exercer a censura: o primeiro contra os jornais e autores que defendiam idéias libertárias da Revolução Francesa, idéias abolicionistas e republicanas; a segunda com sua atenção voltada para os costumes, a formação dos jovens e das famílias. Contudo, este cenário de estabilidade, promissor para a liberdade de expressão trouxe para o Brasil seus primeiros editores, como Silva, Plancher, Ogier, Laemmert em 1833 e outros. Versos clássicos como: “*De uma os cabelos de ouro o vento leva / Correndo, e da outra as fraldas delicadas, / Acende-se o desejo que se ceva / Nas alvas carnes súbito mostradas [...]*”, de Camões (Os Lusíadas, Canto Nono, estância 71), não escaparam da censura imperial e dos primeiros anos da República por estimularem o vício solitário e violarem o decôro familiar. Interessante consultar: RAMOS (2005). Também deve-se considerar que, mesmo o país tendo algumas bibliotecas, geralmente junto aos colégios jesuítas desde o período colonial, é a partir da segunda metade do século XIX e em paralelo ao crescimento da produção editorial que ocorre uma explosão de bibliotecas públicas estaduais: Sergipe (1851), Pernambuco (1852), Espírito Santo (1855), Paraná (1857), Paraíba (1858), Alagoas (1865), Ceará (1867), Amazonas e Rio Grande do Sul (1871). Rio em 1810 e Bahia em 1811, já as possuíam.

¹⁷ “... a censura foi uma característica da vida brasileira desde a queda do Império” (HALLEWELL, 2005, p.455).

- 1931 Criação do Departamento Oficial de Propaganda, posteriormente Departamento Nacional de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC). Instaurada a prática da censura postal¹⁸.
- 1936 Em 11 de setembro, criação do Tribunal de Segurança Nacional, criou sérias dificuldades ao comércio livreiro e disseminou as apreensões.
- 1937 Em 10 de novembro é promulgada uma nova Constituição com o objetivo de garantir

[...] o respeito à sua honra e à sua independência, e ao povo brasileiro, sob um regime de paz política e social, as condições necessárias à sua segurança, ao seu bem-estar e à sua prosperidade [...](BRASIL, 1937).

E continua:

Art 122 - A Constituição assegura aos brasileiros e estrangeiros residentes no País o direito à liberdade, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes:

[...] 15) todo cidadão tem o direito de manifestar o seu pensamento, oralmente, ou por escrito, impresso ou por imagens, mediante as condições e nos limites prescritos em lei.

A lei pode prescrever:

a) com o fim de garantir a paz, a ordem e a segurança pública, a censura prévia da imprensa, do teatro, do cinematógrafo, da radiodifusão, facultando à autoridade competente proibir a circulação, a difusão ou a representação;

b) medidas para impedir as manifestações contrárias à moralidade pública e aos bons costumes, assim como as especialmente destinadas à proteção da infância e da juventude;

c) providências destinadas à proteção do interesse público, bem-estar do povo e segurança do Estado.

A imprensa reger-se-á por lei especial [...] (BRASIL, 1937).

- 1937 Em 19 de novembro, Dia da Bandeira, queima pública de livros em Salvador: Amado, Lins do Rego, Graciliano, Lobato¹⁹ e outros.
- 1939 Criação por decreto do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), em substituição ao DPDC e agora com mais poderes diretamente ligado ao Gabinete da Presidência da República. Respondia pela propaganda nacional interna e externa e realizava a censura do teatro, do cinema, do rádio, da literatura, da imprensa, das atividades recreativas e esportivas.²⁰

¹⁸ A prática da censura postal não afeta somente o trânsito das correspondências, mas todo o tráfego postal, que inclui todos os volumes sob responsabilidade dos Correios, inclusive livros que entram como correspondência pessoal ou aquisições realizadas no país ou no exterior por pessoas ou de instituições.

¹⁹ A adaptação de Peter Pan de J. M. Barrie esteve sempre presente nas apreensões e queimadas.

²⁰ Entre a queda de Vargas (1945) e o golpe militar (1964), sai de cena a censura nitidamente política e passa-se

- 1953 Em 12 de novembro de 1953, Lei Nº 2.083, Lei da Liberdade de Imprensa, diz:

Art 8º A liberdade de imprensa não exclui a punição dos que praticarem abusos no seu exercício.

Art 9º Constituem abusos no exercício da liberdade de imprensa, sujeitos às penas que vão ser indicadas, os seguintes fatos:

fazer propaganda de guerra, de processos violentos para subverter a ordem política e social, ou propaganda que se proponha a alimentar preconceitos de raça e de classe, publicar fatos falsos ou verdadeiros truncados, incitar a prática de crimes, publicar segredos de Estado, ofender a moral pública e os bons costumes, caluniar, difamar, injuriar e não poderão ser impressos, nem expostos à venda ou importados, jornais ou quaisquer publicações periódicas de caráter obsceno, e ainda:

Art 5 6. Poderão entrar e circular livremente no Brasil, ressalvados os direitos fiscais, quando os houver, os jornais, periódicos, livros e quaisquer impressos que se publicarem no estrangeiro, desde que não incorram nas proibições desta lei. (BRASIL, Lei n. 2.083, 1953).

- 1956 Em 1 de janeiro, JK toma posse e pede ao Congresso a abolição do estado de sítio e, no dia seguinte, põe fim à censura à imprensa.
- 1964 Embora o universo dos livros, editoras, livrarias, fossem alvos de vandalismo e apreensões, não houve nos primeiros anos após o golpe militar de 1964 a estruturação de um sistema de censura a livros.²¹
- 1967 Em 9 de fevereiro de 1967 promulga-se nova Lei de Imprensa, a Lei nº 5.250; instrumento legal da exceção, estabelece penalidades e crimes, enquadrando-os como contrários à segurança nacional e a censura prévia.
- 1967 O Ministro da Educação Flávio Suplicy de Lacerda, que organizou pessoalmente o expurgo de bibliotecas, queima livros de Eça de Queiroz, Sartre, Graciliano Ramos, Guerra Junqueiro, Jorge Amado, Paulo Freire, Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro e outros.
- 1968 Em 22 de novembro, o governo brasileiro cria o Conselho

para o império da censura “em nome da moral e dos bons costumes”, menos política e mais sexo, “pornografia”, vocabulário chulo, respeito à família, religião, etc.. Havia ainda, certa medida, um diálogo entre as classes vitimadas com a censura; da censura com os governadores; da sociedade com os censores, da Igreja com o Estado e assim por diante.

²¹ Praticou-se o que foi caracterizado como **terrorismo cultural** (STEPHANOU, 2004 e REIMÃO, 2005), isto é, um conjunto de ações repressivas em relação ao meio cultural educacional durante os governos Castelo e Costa e Silva, consistindo de incêndios, invasões (UNB), fogueiras de livros, expulsões e demissões de professores, uso de pressão econômica, fechamento de editoras, intimidações, coerção, apreensão em livrarias, editoras e gráficas.

Superior de Censura, através da chamada Lei da Censura (Lei 5.536, de 21 de novembro de 1968). O motivo oficial era a infiltração de comunistas nos meios de comunicações, lançando notícias falsas de tortura e desmandos do poder constituído. O conselho foi extinto em 30 de setembro de 1988, mas a censura propriamente dita voltaria em meados dos anos 1990, na forma do Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação.²²

- 1968 Em 13 de dezembro de 1968, Ato Institucional nº 5.
- 1970 Em 26 de janeiro de 1970, criação do instrumento legal para exercício da censura: o Decreto-Lei n. 1077 estabelece

Art. 1º Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação;

Art. 2º Caberá ao Ministério da Justiça, através do Departamento de Polícia Federal verificar, quando julgar necessário, antes da divulgação de livros e periódicos, a existência de matéria infringente da proibição enunciada no artigo anterior.

A Portaria 11-B, de 6 de fevereiro, editada para operacionalizar o Decreto, determinou que todas as publicações deveriam ser previamente encaminhadas para o Ministério da Justiça para julgamento. Reação incisiva contra o estabelecimento da censura prévia para livros e publicações, levou o governo a publicar uma nova Instrução para a Portaria 11-B:

DECRETO-LEI Nº 1.077, DE 26 DE JANEIRO DE 1970

Dispõe sobre a execução do artigo 153, § 8º, parte final, da Constituição da República Federativa do Brasil.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 55, inciso I da Constituição; e

Considerando que a Constituição da República, no artigo 153, § 8º, dispõe que não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes;

Considerando que essa norma visa a proteger a instituição da família, preservar-lhe os valores éticos e assegurar a formação sadia e digna da mocidade;

Considerando, todavia, que algumas revistas fazem publicações obscenas e canais de televisão executam programas contrários à moral e aos bons costumes;

Considerando que se tem generalizado a divulgação de livros que ofendem frontalmente à moral comum;

Considerando que tais publicações e exteriorizações estimulam a licença, insinuam o amor livre e ameaçam destruir os valores morais da sociedade brasileira;

Considerando que o emprego desses meios de comunicação obedece a um plano subversivo, que põe em risco a segurança nacional, decreta:

[...] estão isentas de verificação prévia as publicações e exteriorizações de caráter estritamente filosófico, científico, técnico e didático, bem como as que não versarem

²² É importante observar que então, como hoje, a censura nunca é apenas uma prerrogativa do Estado. Envolve uma ampla rede de alianças entre o governo, a Igreja Católica, setores conservadores da sociedade e da elite obscurantista – todos juntos para através do denunciamento coibir o pensamento crítico, a livre expressão artística e a diversidade política.

sobre temas referentes ao sexo, moralidade pública e bons costumes.²³

- 1977 Armando Falcão, ministro da Justiça, baixa portaria que implanta a censura nos correios, fecha-se assim o canal por onde passava a produção cultural.²⁴
- 1979 Transferência da Censura do Ministério da Justiça para o Ministério da Educação. Começa a acabar a censura.
- 1986 Novembro, é proibida pelo Presidente José Sarney, em todo o território nacional, a exibição do filme *Je Vous Salue Marie* de Jean-Luc Godard.
- 1988 Em 5 de outubro de 1988, promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, em vigor, que consagra o fim da censura. Ela de fato a proíbe:

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 1º Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV.

§ 2º É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística. (BRASIL, 1988)

- 1990 De acordo com a Portaria n. 773²⁵, de 19 de outubro, a competência é do Ministério da Justiça de informar sobre a natureza das diversões e espetáculos públicos, as faixas etárias recomendadas, bem como locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada para crianças e adolescentes. Fica assim estabelecida a censura classificatória indicativa, única forma admitida por lei, que obedece ao seguinte princípio:

Art. 3º - A classificação informará a natureza das diversões e espetáculos públicos,

²³ Em 1972, precisamente no dia 6 de setembro de 1972, foi cometida esta pérola registrada por Soares (1989, p. 21): “*Está proibida a publicação do decreto de D. Pedro I, datado do século passado, abolindo a Censura no Brasil. Também está proibido qualquer comentário a respeito.*”

²⁴ Para se ter uma idéia dos efeitos da censura sobre o mercado editorial, em 1976, de 219 livros submetidos à Censura, 74 foram censurados. (SOARES, 1989, p.35).

²⁵ A portaria é assinada por Jarbas Passarinho, ministro da Justiça, e signatário do AI5 em 1968.

considerando-se, para restrições de horário e faixa etária, cenas de excessiva violência ou de prática de atos sexuais e desvirtuamento dos valores éticos. (BRASIL, 1990a).

Uma história como esta, são 420 anos vivendo sob censura, não pode passar sem deixar sequelas, todas ainda vivas em nosso cotidiano e esta é uma das propriedades do estudo da história: iluminar o entendimento dos dias que vivemos. Nascer a nação sob censura, sem imprensa e tipografias, com escolas e bibliotecas centradas no livro único²⁶ e assim vivendo por trezentos anos, quando, desde o início, lá no século XVI, a América hispânica já contava até com uma universidade, hoje é visto como uma das raízes dos baixos índices de leitura e aprendizado que caracterizam a sociedade brasileira. Suspeito que também afete as relações entre os profissionais envolvidos na cadeia do ensino, nos seus papéis segregados, dispostos em escaninhos que não se comunicam: a biblioteca (pública ou escolar), a sala de aula e em outros espaços que foram se construindo.

Importa ter a memória destes marcos que vão pautar toda ação dos operadores das bibliotecas e que não foram historiados pelos bibliotecários que viveram estas histórias, coisas como a censura anterior ao Brasil, o 19 de novembro de 1937, a censura na vida republicana e sob a ditadura militar, sobretudo no país construído a partir da Constituição de 1988, sem censura institucional, mas exigindo dos cidadãos maior responsabilidade sócio-política contra seus males, porque a censura não deixou de existir e agora os cidadãos são seu instrumento.

2.3 A CENSURA

Censura, uma definição sucinta: restrições de ordem religiosa, ideológica, política ou moral; mas, adverte Fonseca (1973 apud SOUZA, 1986, p.193)²⁷, porém, nunca se admite em Biblioteconomia. Esta a definição que servirá de marco a este estudo.

Filha da Inquisição, a censura é uma ação, em geral, de fiscalização da produção e distribuição de livros. Com este objetivo, a autoridade clerical ou secular exercia seu poder, o direito de censurar os livros, para “proteger os seus súditos” dos desvios da moral, dos bons costumes e das ideologias exóticas. Tradicionalmente, a censura foi praticada de duas

²⁶ Para o livro único e suas relações com a biblioteca e a Biblioteconomia, ver Damien (2000).

²⁷ SOUZA, Sebastião de. Fundamentos filosóficos da biblioteconomia. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 14, n. 2, p. 189-196, 1986. Disponível em: <<http://164.41.122.25/portaldesp/ojs-2.1.1/index.php>>

maneiras:

1. antes da impressão ou da publicação de um trabalho, examinando-o, aprovando-o ou não, isto é, uma interdição de difusão de uma “mensagem” (impresso, imagem, etc.) antes de ser colocada à disposição do público, a *censura prévia* ou *a priori*;
2. ou após a impressão ou publicação, apreendendo a edição, proibindo sua circulação, destruindo as peças, isto é, tolhendo a possibilidade do público aceder à expressão ou mensagem (impresso, imagem, etc.), *censura repressiva* ou *a posteriori*.²⁸

Este é o duplo sentido da censura clássica como particularmente utilizada na legislação da Igreja. Mais tarde, porém, especialmente no direito e na política, censura denotará quase exclusivamente a censura prévia. Sempre que a *abolição* da censura é referida, é a este caso que se destina.²⁹

O papa Alexandre VI, que foi um dos seus primeiros legisladores clericais, deixou um pequeno manuscrito intitulado “*Guia do Perfeito Censor*”, um pequeno manual, que se aplica aos censores de todos os tempos, onde recomenda:

- 1) A censura é a arte de descobrir as intenções maldosas nas obras literárias ou dramáticas;
- 2) O ideal é descobrir as intenções, mesmo quando o escritor não as tenha tido;
- 3) Um censor capaz deve, à primeira vista, descobrir na palavra oficléide uma injúria à moral pública;
- 4) A divisa do censor é: 'Cortar, cortar, nunca é demais';
- 5) O censor deve estar persuadido de que cada palavra de uma obra contém uma alusão pérfida. Quando a descobrir, ele cortará a frase. Quando não descobri-la,

/RBB/article/view/418/388>. Acesso em: 26 out. 2009.

²⁸ A forma mais danosa para gráficos, editores e livreiros que já realizaram os investimentos necessários e ficavam assim descapitalizados, mais vulneráveis aos caprichos dos poderosos. Foi muito praticada durante a ditadura, entre 1964 e 1985, conforme registrada por Stephanou (2001 e 2004), Gaspari (2002a), Reimão (2009) e outros. A censura prévia para impressos foi introduzida com o Decreto-lei nº 1077/70, até então tinha se mantido, em termos legais, concentrada nos espetáculos de diversões públicas e radiodifusão. Assim apurado por Stephanou (2004, p.68): “*Caso se considerasse que um determinado livro deveria ser proibido, sua atuação se limitava a enviar um exemplar da obra ao ministro da Justiça acompanhado de um parecer sugerindo a apreensão ou interdição da mesma. [Segue em nota.] Isso significa que a censura aos livros sempre era a posteriori, o que permitia a publicação e distribuição de uma obra, que somente posteriormente sofreria algum tipo de censura, no caso mais comum a apreensão.*”

Pierrat (2009, p. 22), chama atenção para o fato de “*l’acceptation moderne de la censure est plus large car il existe une très importante censure a posteriori*”. A forma “*a posteriori*” é modernamente a dominante, mas não exclusiva e sob outras formas, que não a clássica caracterizada por apreensões com uso da meganha ou do exercício simples de atitudes arbitrárias.

²⁹ A censura prévia, que parece distante de nós, é, no entanto, uma realidade. Existe na Inglaterra e o governo Bush (2001-2008) tentou implantá-la, encontrando forte oposição da sociedade civil, principalmente da ALA. Sobre este assunto, consulte Resolution on the USA Patriot Act and Related Measures That Infringe on the Rights of Library Users, disponível em: <<http://www.ala.org/Template.cfm?Section=ifresolutions&Template=/ContentManagement/ContentDisplay.cfm&ContentID=11891>>.

cortá-la-á também, levando em conta que as alusões melhor dissimuladas são as mais perigosas. (GOBLOT, 1960 apud GABRIEL-ROBINET, 1965 apud BROCHIER, 1967, p. 64).

Risível ou trágico, o fato é que estas práticas ainda caracterizam os atos de censura ainda nos dias de hoje, como se verá brevemente na coletânea de fatos ocorridos ao longo do ano escolar de 2009, sob os olhos dos bibliotecários. Como **atos de censura** entende-se a manifestação de uma vontade censória, esta vontade pode se materializar ou não, fundamentos e formas servem de substrato para os agentes cometerem seus atos. Neste estudo os atos se materializaram na maioria dos casos sob o aspecto de retirada de livros, interdição e proibição do acesso.

Nas seções a seguir: as formas que a censura assumiu, fora da ação do Estado; seus agentes, agora sem os burocratas para exercê-la e seus fundamentos, o ideário que promove a censura, dos fundamentalismos ao politicamente correto.

2.3.1 As formas atuais da censura

A censura nunca morre, muda de forma, assim abrem Hannabuss e Allard (2001, p. 81) o artigo “*Issues of censorship*” e continuam:

A censura se transforma: muitas pessoas acreditam que estamos ficando mais ilustrados e tolerantes a medida que o tempo passa, permitindo um acesso plural à informação e à mídia, sendo mais receptivos à diversidade ética.

Três anos após, Oppenheim e Smith (2004, p. 159) reiteram a camaleônica propriedade da censura:

Censura é uma questão que tem estado presente através da história. Desde o início, tem sido usada por indivíduos e grupos para prevent and controlar a criação, acesso e disseminação de idéias e informação. Tomou muitas formas diferentes e ocorreu por muitas razões diferentes, ora a supressão de uma cultura, to stretch the understanding of a leitor or para reter o poder.

Se há um entendimento comum entre os autores quando se trata de definir censura, sempre um ato de alteração, supressão ou interdição de expressão, o mesmo não se pode dizer quanto às suas formas. Em suas linhas mais gerais ela é geralmente tipificada segundo seu

momento de ocorrência, antes ou após o objeto de censura, o evento, ter sido produzido ou acontecido, como no modelo clássico:

- prévia (ou preventiva) e repressiva;
- *a priori* e *a posteriori* (PIERRAT, 2009, p.22) e
- *pre-publication* e *post-publication* (HANNABUSS; ALARD, 2001, p. 86)³⁰.

Na bibliografia consultada há uma convergência para o que se denominou modelo clássico, encontrando-se somente uma divergência na nomenclatura, mas coincidências nas definições, estabelecendo assim um modelo hegemônico, fundado na história. É sob esta idéia divisora, de uma censura *a priori* (ou prévia, preventiva, pre-publication) com o objetivo de evitar a publicação e difusão de uma mensagem e de uma censura *a posteriori* (ou repressiva, post-publication) com o objetivo agora de impedir o acesso e proibir a circulação de uma mensagem, que se vai acompanhar a tipologia de Pierrat (2009), que enumera as seguintes formas, que podem ocorrer em ambas as instâncias apresentadas:

1. **censura jurídica**, que recorre a ações judiciais contra toda forma de arte, de expressão (livros, filmes, exposições, etc.), mas também contra a imprensa — a censura da lei;³¹
2. **censura administrativa**, através de atos, decretos e retenções dos agentes públicos governamentais (ministérios, agências, governos municipais e estaduais);
3. **censura intimidativa** como descrita adequadamente por Pierrat (2009, p. 22):

[...] a forma mais perniciosa, isto é, “censura pela via da intimidação física” de autores, editores, livreiros, bibliotecários” e ainda pela “agressão e intimidação

³⁰ Para outras formas, ver Oppenheim e Smith, 2004, p. 160.

³¹ Como exemplo, o caso recente registrado no Estado de São Paulo por Ubiratan Brasil (2009) em “*Trabalho de pesquisador sob censura*” lê-se: “*Uma surpresa desagradável aguardava a historiadora Mary Del Priore tão logo terminou a escrita de Matar Para Não Morrer (Objetiva) em que narra o assassinato do escritor Euclides da Cunha por Dilermando de Assis, amante de sua mulher, Anna, em 1909. “Como sempre faço, enviei uma cópia do texto para os herdeiros dos personagens para eventuais comentários”, conta ela que, em troca, foi aconselhada a não publicar o livro sob a pena de ser processada - os netos discordavam da forma como foram apresentados determinados fatos e prometiam recorrer a advogados. [...] Matar Para Não Morrer acompanha a tragédia que vitimou o autor de Os Sertões mas privilegiando Dilermando de Assis, jovem cadete que o alvejou com três tiros. “Ele reagiu a um ataque de Euclides, que buscava limpar sua honra. Mesmo assim, Dilermando foi transformado em vilão, rótulo que o perseguiu até o fim”, conta Mary que, durante a pesquisa para o livro, garimpou informações em jornais e autores do início do século, muitos deles, como o jornalista João do Rio, espectadores da cena histórica. “Baseei-me em dados comprovados historicamente mas, mesmo assim, Anna Sharp e Tania Andrade Lima, netas de Dilermando e Anna, afirmaram que eu denegria seus familiares”.*”

verbal, ausências de promoções, recriminações, etc.”³²

4. **censura econômica**, praticada em duas modalidades: 1. pelos estados sobre a imprensa através do corte de matérias contratadas ou publicitárias, via “*l’arme publicitaire*”³³ e 2. por grupos financeiros que concentram indústrias editoriais e midiáticas provocando um esvaziamento de ideias no mercado, “secam” a oferta porque não permitem uma maior diversificação de orientações e escolhas editoriais, estreitam a oferta de títulos;³⁴

5. **censura cerceativa**, afastar ou impedir o acesso a, por vias administrativas ou técnicas, isto é, por exemplo, deliberadamente não aplicar as leis 1, 2 e 3 de Ranganathan, classificar de modo a restringir as possibilidades de manuseio, trancar no armário, aquilo que Revelli (1997, p. 46-49) bem explica:

“Proteger” as pessoas de material impreciso, ofensivo ou “perigoso” simplesmente excluindo-o ou limitando o acesso à leitura [...] como a admissibilidade à leitura para determinadas classes sociais, porque distribuir o conhecimento poder ser caridoso e filantrópico, mas distribuir àqueles que não têm responsabilidade suficiente pode ser perigoso [...]

³² Aqui Pierrat (2009, p. 22) lembra como exemplo Salman Rushdie e a “*fatih*a” lançada contra ele depois da publicação de seu livro “Versos Satânicos” e das prefeituras francesas sob administração da Frente Nacional onde “*les bibliothécaires n’avaient plus leur liberté de choix ni dans les politiques d’acquisition (censure classique a priori), ni dans les fonds déjà existants où des ouvrages ont dû être retirés (censure a posteriori)*”.

³³ Muito praticada durante a ditadura; para um episódio documentado, veja-se o caso do Jornal do Brasil em Gaspari (2004, p.401).

³⁴ É pública a história do livro “Nova História Crítica – 8ª série” de Mario Schmidt (Nova Geração Editorial) criticado em publicações das “Organizações Globo” (jornal, revista Época, etc.), com franco apoio da Abril, duplicação da matéria e outras críticas. Ali Kamel, diretor da Central Globo de Jornalismo, usou os veículos da empresa para atacar o livro. As Organizações Globo – criticadas no livro por seu histórico de manipulações políticas – pressionaram o Ministério da Educação, que veio a público anunciar que vetou a participação da obra no PNLD (Programa Nacional do Livro Didático), onde foi inserida no governo Fernando Henrique Cardoso. Cerca de 50 mil professores de todo o país, das redes pública e privada, usavam então a coleção “Nova História Crítica”, tornando-a um verdadeiro sucesso. O grupo Globo e a Abril controlam editoras que também fornecem títulos para o PNLD. Para esta polêmica, consultar: Kamel, 2007 e Nassif, 2007.

Outro caso recente diz respeito a publicação do último livro de Saramago na Itália (MESSINA, 2009), após o anúncio da Einaudi, catorze editoras se interessaram. Acabou publicado por Bollati Boringhieri, de Turim: “*MILANO — Einaudi non pubblicherà Il quaderno, il libro che raccoglie testi letterari e politici scritti sul blog dallo scrittore portoghese José Saramago, premio Nobel per la letteratura nel 1998. Ne dà notizia «L’Espresso» oggi in edicola anticipando che l’editore della raccolta di saggi sarà sempre torinese, Bollati Boringhieri, masoprattutto svelando il motivo della momentanea rottura tra l’autore di Cecità e la casa dello Struzzo. «La nuova opera — scrive Mario Portanova — contiene giudizi a dir poco trancianti su Silvio Berlusconi, che di Einaudi è il proprietario». Saramago è severo con Berlusconi ma anche con gli italiani, il cui sentimento «è indifferente a qualsiasi considerazione di ordine morale». Ma «nella terra della mafia e della camorra che importanza può avere il fatto provato che il primo ministro sia un delinquente?». L’autore del Quaderno arriva a paragonare il nostro capo del governo a «un capo mafioso». [...] «L’Einaudi — spiega per parte sua un comunicato della casa editrice che ha pubblicato quasi tutti i romanzi del premio Nobel — ha deciso di non pubblicare O caderno di Saramago perché fra molte altre cose si dice che Berlusconi è un ‘delinquente’. Si tratti di lui o di qualsiasi altro esponente politico, di qualsiasi parte o partito, l’Einaudi si ritiene libera nella critica ma rifiuta di far sua un’accusa che qualsiasi giudizio condannerebbe».*”

6. **censura ideológica**³⁵, este conceito, desenhado por Zizek, parte da oposição do real social cotidiano ao Real criado ideologicamente, esta contradição é a mesma que vai fundamentar a censura “*politicamente correta*”, aquela que faz adequar a realidade de uma cantiga infantil à Realidade de um *constructo* ideológico, no exemplo que segue a realidade (a atitude mais condenável seria sucumbir à tentação de retaliar) se opõe à Realidade (“*guerra ao terror*”) do discurso de Estado:

[...] censura ideológica: quando as viúvas dos bombeiros³⁶ foram entrevistadas na CNN, a maioria ofereceu o desempenho esperado: lágrimas, orações... todas exceto uma que, sem uma lágrima, disse não orar pelo marido morto por saber que orações não o trariam de volta. Quando perguntada se pensava em vingança, disse calmamente que aquilo seria uma verdadeira traição ao seu marido: se tivesse sobrevivido, insistiria que a atitude mais condenável seria sucumbir à tentação de retaliar ... Desnecessário dizer que ela só foi exibida uma vez e depois desapareceu das repetições das mesmas entrevistas. (ZIZEK, 2003, p. 28).

Estas são formas contemporâneas de censura, quando aplicadas afetam a sociedade como um todo, inclusive as bibliotecas.

2.3.2 Fundamentos atuais da censura

Se sob o aspecto da forma, houve um incremento na diversidade, com redução da presença do Estado. Sob o aspecto das razões das ações de censura ainda subsistem muito das velhas motivações fundadas na moral e bons costumes³⁷:

³⁵ Para Pierrat, esta não seria uma forma da censura, mas uma das razões contemporâneas do exercício da censura, como se verá no ítem seguinte.

³⁶ Se refere às viúvas dos bombeiros que atenderam ao ataque ocorrido em 2001 ao World Trade Center em Nova York.

³⁷ Com a ajuda de Ponte Preta, da imprensa de Portugal, do espírito colonial, contando com uma mãozinha do CONAR, um replay de 1966, ilustrações sobre moral e bons costumes:

1. A Delegacia de Costumes de Porto Alegre apreendeu vários livros que foram considerados pornográficos pela polícia. Um dos livros apreendidos era “*O amante de lady Chatterley*”. Quando o delegado soube que o autor era súdito de Sua Majestade Britânica, mandou devolver todos os volumes, explicando aos seus homens: “*Nós não temo nada que ver, tche, com pornografia inglesa. Só com a nacional!*”. (PONTE PRETA, 1966, p.14).
2. Polícia de Braga apreendeu, na feira do livro local, uns exemplares da edição portuguesa do livro *Pornocratie* de Catherine Breillat, com o pretexto de que a capa, ilustrada pelo mais célebre dos quadros de Gustave Courbet, onde ele retrata *L’ Origine du Monde* (1866), seria «*pornográfica*». Segundo o editor, esta deve ter sido a primeira vez que um livro foi apreendido depois do 25 de Abril de 1974. (LIVREIRO..., 2009).
3. O Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar) vetou a veiculação de um comercial de

- conteúdo racial / étnico
- opinião política / econômica / social
- comportamento
- linguagem
- religião
- violência
- orientação sexual e de gênero
- sexualidade
- nudez

As três últimas jogadas no caldeirão nebuloso da pornografia³⁸, como observa Cornog (1993, 43) “*of the three historical arenas for censorship – sex, religion and politics – only sex has maintained enough widespread power to evoke the censor as we enter the 21st century*”, e continua

A censura sobre a sexualidade e outros materiais controversos aumentou particularmente porque há muito mais para censurar. A tensão mais visível no momento se dá sobre materiais referentes à homossexualidade e lesbianismo. Um especialista em liberdade de leitura sugeriu que “a homossexualidade substituiu o comunismo como cavalo de batalha para a direita do centro”.

A estas soma-se agora a *criança*, em nome delas, mas sem ouvi-las, é claro. Todo argumento é válido em nome da defesa da criança e do adolescente, “*protecting the vulnerable*” (HANNABUSS; ALLARD, 2001, p. 83) é a palavra de ordem.

Outra razão para a censura é o comportamento de negação da realidade ou a questão do “*politicamente correto*”,

cerveja com a atriz e milionária americana Paris Hilton por considerá-lo “sensual demais”. Os 60 segundos protagonizados por Hilton na propaganda da marca Devassa, do Grupo Schincariol, foram retirados do ar, da mesma forma que algumas fotos do site da cervejaria. A decisão foi tomada em resposta às múltiplas denúncias levadas ao organismo por consumidores e a pedido da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, que qualificou a campanha de “*sexista e desrespeitosa*”. (CONSELHO..., 2010).

Antes de deixar o assunto, mais uma ilustração, uma família de New Jersey foi obrigada pela polícia a cobrir o peito desnudo de uma réplica da “Vênus de Milo” de neve que esculpiu em seu próprio jardim. Mãe de 44 anos, contou que construiu, junto com os filhos de 12 e 21 anos, a cópia da famosa estátua grega (atribuída a Alexandros de Antióquia), cujos braços se perderam. “*Muitas pessoas do bairro saíram às ruas, se interessaram e tiraram fotos, vizinhos com quem nunca tínhamos falado antes*”. Mas um vizinho que não se identificou denunciou a presença da mulher de neve desnuda e a polícia pediu que fosse vestida ou destruída. “*Não quisemos ter problemas com a polícia e a cobrimos com uma roupinha*”. (ESTÁTUA..., 2010).

³⁸ Hannabus e Allard (2001, p.85) lembram que nos anos sessenta a Suprema Corte americana, na busca de uma definição que substituísse o “*I know it [obscenidade/pornografia] when I see it*” incentivava aqueles que faziam a censura e os que a combatiam a aplicar um recurso, uma pergunta, que funcionava como um teste para identificar qual era o assunto dominante em uma obra: “*a obra fala para a virilha do leitor?*”.

A propósito do *politicamente correto*, constata-se que se se adota uma atitude politicamente correta, se deverá suprimir das prateleiras das bibliotecas 90% das obras do passado, se encontrará facilmente em grandes autores posições consideradas hoje como racistas, sexistas, antidemocráticas. (PIERRAT, 2009, p. 26).

Verdade tanto lá como aqui, não é necessário procurar muito.

2.3.3 Agentes atuais da censura

Há que se reconhecer, logo em princípio, que se o Estado (por si ou representando a Igreja) foi historicamente o agente maior ou o mais presente da censura, há muito tempo que abandonou este cenário. Hoje o poder oficial censura menos que no passado. Não se houve um ministro vir à público falar em defesa da ordem, da normalidade política e dos bons costumes. Cabe recordar, ainda, que nunca foi uma voz exclusivamente isolada, em muitos momentos fez ouvir o que lhe ditavam outros segmentos da sociedade. Quando em 1986, o governo Sarney proíbe a exibição de *“Je vous salue Marie”*, atende menos a necessidades de Estado do que a demandas de diversas origens, mas fundadas todas em razões religiosas.

Hoje o principal, o mais visível agente da censura é o cidadão. Pierrat (2009, 23) com humor os enumera: *“os indivíduos, o presidente da república, uma de suas mulheres, gente que se crê retratada em obras de ficção ou ensaios, a fulaninha que é uma celebridade fugaz, etc”*. Ao entrar na escola, como se fará logo à frente, todos em defesa das crianças, dos valores da sociedade cristã e dos valores pátrios, encontra-se:

- pais que viram ou ouviram “falar” de “segunda mão” sobre material polêmico;
- pais, professores, grupos comunitários que "reagem" a um livro sem tê-lo lido;
- organizações locais, estaduais ou nacionais que mantêm listas de livros e / ou autores que consideram “inadequados” para suas comunidades;
- membros do Ministério Público;
- dos Conselhos Tutelares;
- párocos, pastores e guias espirituais;
- e os arautos do politicamente correto³⁹.

³⁹ Estes andam muito ocupados ultimamente, produzindo um mundo protegido e inocente para as criancinhas (ESTUDO..., 10 mar. 2010), reescrevem cirandas, os contos da Carochinha, produzem um novo Volklore,

Assim como há uma unanimidade quanto a menor presença do Estado como agente da censura, outro ponto de encontro é quanto ao que é visto como a maior ameaça à liberdade de expressão e, portanto, como agente promotor de atos jurídicos ou não de censura, de intolerância à livre manifestação de ideias, crenças e costumes: os grupos organizados.

Estes que conduzem as campanhas de censura contra as bibliotecas, tanto Revelli (1997, p.47) como Pierrat (2009, p. 23) identificam como sendo em maior número os grupos identificados como fundamentalistas religiosos, de diversos credos, católicos de direita, evangélicos, muçulmanos, etc.. Estes não costumam gostar de livros que abordem questões como sexo, religião, textos de fantasia ou com linguagem livre. Já as feministas podem se apresentar questionando estereótipos femininos desatualizados que são encontrados em certos livros, e negros podem opor-se à representação encontrada na literatura de membros da sua raça em situação degradante⁴⁰.

Todos estes agentes estarão presentes nos documentos coletados, especialmente preocupantes são os grupos organizados, que existem e atuam presentemente, mas sua ação tem estado invisível para a sociedade e o “*bom-mocismo*” dos defensores do politicamente correto, capazes de reescrever a história.

2.4 ARGUMENTOS CONTRA A CENSURA

Brochier, em “*Les arguments contre la censure*” (1967, p.69), na busca de condenações à censura, além da crítica geral em nome da moral e da política, encontrou neste conjunto crítico um certo número de argumentos “*plus précis*”, que servem para entender a censura em sua violência cega e literalmente absurda, entre os quais destacou dez:

1. *A censura é ridícula*: sem palavras.

Uma vez saiu uma notícia que dizia que no Pão de Açúcar havia urânio. Alguém

como: Não atire o pau no gato-to / Porque isso-so / Não se faz-faz-faz / O gatinho-nho / É nosso amigo-go / Não devemos maltratar os animais / Miau! Contos como “A jovem árabe portadora de necessidades especiais”, “O lobo bom” (comer a vovozinha, nem pensar, comer, bem..., sexo e antropofagia numa só sentença é demais). Tiram o cachimbo do Saci. Breve teremos os novos contos dos irmãos Grimm, um novo Esopo, La Fontaine, etc.. E é claro, não tem cadeia na festa junina, mas *living room*.

⁴⁰ A presença do negro e da cultura de matriz africana na literatura infanto-juvenil brasileira é quase invisível, sua historicidade e imagem ficcional está ainda muito vinculada ao seu papel no processo produtivo, à escravidão. Nesta questão, ver PROENÇA FILHO, Domício. A trajetória do negro na literatura brasileira. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 50, abr. 2004.

escreveu uma dica dizendo que ia testar usando o contador geiger. Censuraram, alegando que estavam chamando o Geisel de contador e ele era general. (NANI, 2008).

2. *A censura é ignorante*: se ela é ridícula, é porque é ignorante por princípio e aplicação. Se há uma lógica, é absurda. Brochier invoca Napoleão: “*La censure est toujours inepte.*” (BROCHIER, p.69).
3. *A censura é arbitrária*: ela é o exercício de um abuso de poder, arbitrariedade que se abriga no seio do liberalismo ou do autoritarismo. É sempre um atentado contra a liberdade de expressão, sempre uma instituição policial, sempre fascista em essência, sempre intolerável. E igualmente arbitrária na determinação de seu objeto. Fica a pergunta: quem controla o controlador?
4. *A censura é ineficaz*: jamais é eficaz, ela se choca contra imperativos econômicos e sociopolíticos para poder proibir totalmente. Diderot, em 1763, já mostrava que as proibições eram ineficazes, em nada impediam a produção de obras proibidas e até promoviam a sua venda:

Senhor, ainda que fossem cercadas todas as nossas fronteiras por soldados, armando-os com baionetas para rejeitar todos os livros perigosos que se apresentassem, estes livros, perdoe-me a expressão, passariam entre suas pernas e saltariam sobre suas cabeças e chegariam até nós.

Por favor, cite-me uma dessas obras perigosas, proscritas, impressas clandestinamente no estrangeiro ou no reino, que em menos de quatro meses não tenha se tornado tão comum como um livro privilegiado. Que livro mais contrário aos bons costumes, à religião, aos lugares comuns da filosofia e da administração, em uma palavra, a todos os estereótipos banais, e conseqüentemente mais perigoso do que as Cartas persas? O que se pode fazer de pior? Existem contudo cem edições das Cartas persas e não há um estudante em toda a Universidade que não ache um exemplar nos sebos por 12 vinténs. (DIDEROT, 2002, p.117).

E continua, na defesa da indústria gráfica, das casas editoras francesas e livrarias, únicas prejudicadas com a censura aos livros com a proibição de sua produção e circulação, que só gerava benefícios aos empresários dos países vizinhos, gerando emprego e divisas.

5. *A censura é inadequada*: sua ineficácia provoca um efeito contrário àquele que ela mesma busca. A censura aumenta preços, transforma em raridades estas obras, e atrai mais leitores e consumidores, com a publicidade que gera, para as obras que interdita. Ser censurado no mercado artístico-literário é quase sinônimo de sucesso. Reimão (2009, p.5) lembra a peça “O berço do herói”, de Dias Gomes, escrita em 1963, com a encenação proibida pela Censura Federal

em 1965, a publicação em livro alcançou grande sucesso de vendas.

Em setembro de 1965, no número 4 da Revista Civilização Brasileira, Nelson Werneck Sodré escrevia: O berço do herói, que foi proibida pela censura no teatro [...] livro, afirma-se como bestseller, e Dias Gomes recebe essa consagração e mais a da reprise de sua peça O Pagador de Promessas. (REIMÃO, 2009, p. 5).

6. *A censura é castradora*: a censura engendra a autocensura, que é a forma mais paralisante e a mais perigosa porque a mais dissimulada e a menos reveladora da esterilidade: “*La censure uniformise, nivelle, abâtardit [...] la pensée, corrompt l’art en fournissant la routine et la médiocrité. [...] maintient la vie culturelle dans un intolérable et dégradant infantilisme.*” (BROCHIER, 1991, p.70-71).
7. *A censura é acriteriosa*: trata-se aqui de uma impossibilidade fundamental da censura, além de sua relatividade histórica, seu contexto, de outra parte ela se define por sua atividade e suas vítimas; “*a censure n’a finalement, et ne peut sans doute avoir pour critère que de censurer le censurable, le censurable étant défini par ce qui est objet de la censure*”. (BROCHIER, 1991, p. 71).

Limitada pela sua temporalidade, pelos costumes, pela ideologia, finalmente, por seu fazer restrito à reação aos eventos que lhe estão sujeitos, a censura não constrói critérios que possam ser aplicados fora de sua territorialidade e temporalidade. A “pena” está sujeita à cara do freguês. O que vale para João, pode não valer para Manuel.

Uma lista de livros dos mais “censuráveis” nas bibliotecas americanas dá para avaliar a política e a *bêtise*: *The Adventures of Huckleberry Finn* - Mark Twain, *Of Mice and Men* - John Steinbeck, *Harry Potter (series)* - J.K. Rowling, *Forever* - Judy Blume, *Bridge to Terabithia* - Katherine Paterson.⁴¹

8. *A censura é sectária*: a idéia de censura, em sua única referência objetiva, referência histórico-cultural, está indissolúvelmente ligada à idéia de religião, em nosso caso à tradição católica e à memória ainda viva da vida sob ditaduras. Ainda hoje a censura religiosa, a opinião da igreja, das igrejas, conserva uma importância social e política considerável. Ela está atrás de muitos atos de censura e sua ação tinge a ação de todos os credos e grupos

⁴¹ Lista sempre atualizada pela ALA (American Library Association), a “*Frequently Challenged Books*” encontra-se disponível em: <http://www.ala.org/ala/issuesadvocacy/banned/FrequentlyChallenged/index.cfm>.

organizados ou não que descobrem ofensas e buscam impor sua moral particular ao conjunto da sociedade.

9. *A censura é autoritária*: este poder inadmissível de um grupo sobre o outro, isto o que se reprova no censor, este indivíduo que se arroga o direito de autorizar ou interditar o conjunto da população: o direito de dizer o que o povo deve assistir, ler e ouvir.
10. *A censura é paroquial*: o único critério admissível socialmente, o critério da qualidade, é inaplicável. A censura acabaria se voltando contra ela mesma, sem dúvida. Em duas circunstâncias: 1. a censura ao selecionar o que atende aos seus desígnios estabelece um modelo, uma qualidade própria que funciona como recado à sociedade sobre qual é o rumo a ser seguido, cega portanto a outros modelos que não o de sua própria qualidade (arte degenerada versus ariana, pornochanchada versus cinema novo); 2. este mesmo critério está associado a uma imagem de público dividido em dois, a supremacia de um grupo sobre outro, os esclarecidos (os que sabem votar, etc.) e o povão (os manés, o criolêu) — é claro que censores e críticos estão no primeiro grupo, — a famosa síndrome do “não está preparado para”, só muda o complemento: não está preparado para ler isso, não está preparado para ver aquilo, não está preparado para votar, não está preparado para a liberdade, etc. Aos primeiros, as cinematecas, os cineclubes, as sessões privadas, os livros importados, a tv a cabo, o rádio de ondas curtas, internet, ao resto: não estão preparados.

2.5 ESTADO DE CENSURA

Uma pequena construção teórica frequente quase todos os textos sobre censura: a de uma sobredeterminação da política sobre a censura. Assim apresentada em Resende (2005, p.6):

[...] existe, ainda, outra questão inegável, a da atuação da censura como um política do Estado, impedindo a disseminação de informação com o principal objetivo de controlar corações e mentes e, com isso, amortecer a manifestação de cidadania, que poderia gerar problemas

Ação que Calvino (1980, p. 309) identifica como o propósito da “linguagem política” de se tornar a “linguagem única”, acrescente-se de um momento histórico. Não se trata de censura política, mas de uma fundamentação política para atos de censura, quer do Estado quer de grupos organizados. A proximidade de uma questão e outra, sobredeterminação política da censura e censura política, faz com que os assuntos se mesquem na maior parte dos casos em que se encontra este anunciado.

Pasolini (1977, p. 161), em "Opinioni sulla censura" publicado no jornal *Vite Nuove* (17 de dezembro de 1960), com longa experiência com a censura, faz o registro apaixonado desta questão:

[...] sobre a censura é cometido muitas vezes um grande erro: aquele de aceitar o debate sobre o plano sobre o qual os censores o colocam: isto é, sobre plano o moral-sexual. Ao contrário: é necessário ignorar totalmente o seu pretexto hipócrita: é tão claro que até uma criança o entende, que a CENSURA É SOPRATTUTTO UN FATTO POLITICO, onde o sexo é uma simples e descarada evasão ...

A censura intimida, ameaça ... expõe ao público um falso objetivo, distorcendo completamente a sua capacidade de compreensão ... lança o descrédito, a denigrazione, o escândalo sobre o autor, o qual perde assim a respeitabilidade e a credibilidade. E este é o resultado verdadeiramente mais diabólico ...



Esta é uma questão que carece de aprofundamento, mas aqui fica registrada por se verificar sua constante ocorrência. Em tempos recentes, pode-se lembrar o uso do USA Patriot Act e do FARA⁴², ambos legislação norte americana que não verbalizam a censura, mas que na prática a promovem⁴³.

⁴² Conforme e McGreal (1990, p.52): “By labeling such material, the government maintains the appearance of noncensorship since the material remains available to the public, while sending a message that the public interprets as official disapproval. An example of such government action is the Foreign Agents Registration Act [FARA] which allows the Department of Justice to label some foreign material entering the United States as “political propaganda”.

⁴³ Também desta época é esta resenha de Gottlieb (1990): “The library censorship cases of tomorrow are affected by political choices being made today. Those now being nominated to serve on the nation's courts will be shaping the future meaning of the right to read and the right to receive information. Because of modern communication technologies, censorship cases are increasingly coming into public view. People interested in maintaining the freedom to read are showing their support for the librarians, publishers, and authors who have always been on the defensive against censorship. Moreover, recent bibliographic works cite long lists of books and articles that

2.6 CERTIFICADO DE CENSURA

A censura esteve presente em toda a história ocidental. Desde o início, tem sido utilizada por indivíduos e grupos para prevenir e controlar a criação, acesso e divulgação de ideias e de informações. Assumiu muitas formas e ocorreu por diversos motivos, ora a supressão de uma manifestação cultural, ora para violentar o conhecimento dos leitores ou para manter o poder.

Há muitas definições para censura, no entanto, o sentimento geral por trás da maioria das definições é que “algo tem o acesso proibido por outrem”. Isto é: alguém detem o exercício de poder para suprimir partes ou proibir no todo livros, filmes, cartas, notícias, etc, com alegados motivos de obscenidade, riscos para a segurança, religião, ofensas a moral, família etc. Mas nenhuma definição precisa de censura irá revelar-se adequada, porque a censura é difícil de delimitar (MOLZ, p.18, 1990).

Historicamente baseada em diferenças políticas e religiosas, com o tempo a censura tornou-se cada vez mais voltada para questões de sexo, raça e cultura, bem como seus agentes deslocaram-se do estado para a sociedade. Com estas questões cerceando as bibliotecas, o papel necessário do bibliotecário tem sido o de um defensor das liberdades básicas de expressão, liberdade intelectual e direito à leitura⁴⁴. Do outro lado, várias organizações se arvoram no direito de cercear a informação e proteger direitos sectários e obscuros contra o exercício livre da cidadania. Obras, consideradas por muitos como clássicos, tem sido contestadas, levadas aos tribunais, e acabam imoladas e colocadas nas listas de livros proibidos por muitos estabelecimentos. Contra este quadro, somente através da educação, comunicação clara e direta, defesa intransigente de direitos e capacitação profissional a questão da censura pode ser resolvida, porque

- A censura é uma barreira para a aprendizagem;
- Ninguém pode saber a verdade a menos que as pessoas considerem todos os pontos de vista e escolham livremente;
- Uma nação forte necessita da unidade que vem da fusão das diferenças individuais em vez de unidade imposta de cima;

highlight the censorship issue, particularly as the issue is played out in schools and school libraries.”

⁴⁴ Para caracterização e diferenciação de “liberdade de expressão” e “liberdade de imprensa”: “**Freedom of expression is the right not to have one’s speech coercively interfered with; it is not the right to be provided with the resources necessary to produce and distribute speech. Freedom of the press, in other words, is not the right to be provided with a printing press, but only the right not to have others interfere with the operation of one’s press.**” (WARD, 1990, p. 89, negrito meu).

- A liberdade de expressão é necessária para o progresso material;
- Ninguém é sábio o suficiente para agir como censor e ninguém é infalível;
- A verdade prevalecerá sobre a mentira em um confronto aberto. (Areopagítica, MILTON, 1644 apud PUDDEPHATT, 2006, p.11).

A censura, então, é indesejável, porque, se as ideias censuradas são verdadeiras ou não, as conseqüências de sua supressão são ruins. A censura está errada, porque torna menos provável que a verdade seja descoberta ou preservada, e é errada porque, autoritária, tem conseqüências destrutivas para o desenvolvimento intelectual daqueles que vivem sob ela.

A censura, sempre com medo de dizer seu nome, em ação, sob diferentes formas, fundamentos e agentes nos documentos que se seguem.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL DIVISÃO DE CENSURA DE DIVERSÕES PÚBLICAS		
CLASSIFICAÇÃO	A-07398	TÍTULO/FUNÇÃO
		CINEMA
		QUANTIDADE
		35-COLORIDO
TÍTULO EM PORTUGUÊS	DONA FLOR E SEUS DOIS MARIDOS	
TÍTULO ORIGINAL	DONA FLOR E SEUS DOIS MARIDOS	
DIRIGIDA	BRUNO BARRETO	
CLASSIFICAÇÃO	18	IMPRÓPRIO PARA MENORES DE DEZOITO ANOS
		DATA DE CENSURA
		18 DE OUTUBRO DE 1987
		DATA DE EXPIRAÇÃO
		18 DE OUTUBRO DE 1982
AUTORIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO	CENAS DE SEXO	
	SOLANGE RAMOS TEIXEIRA HERNANDES	

3 SILÊNCIO NA BIBLIOTECA

É maio de 2009, o marco inicial, depois vai se estender por todo o ano letivo e se expandir geograficamente, no final, diversos atos de censura vitimaram bibliotecas escolares em dez Estados, principalmente nas regiões Sul e Sudeste⁴⁵.

Notícias foram veiculadas em todas as mídias, aqui se apresentam principalmente aquelas publicadas em jornais de grande circulação nos estados em que ocorreram. Os fatos apresentam suas motivações (alguns as mascaram, é verdade, como se houvesse uma vergonha em se ver censurando), seus agentes e suas razões. Muitos destes elementos (objetos, agentes e razões) são repetitivos, indicam que os primeiros atos censuraram a permanência em bibliotecas escolares e, conseqüentemente o acesso dos alunos, de livros distribuídos pelo PNBE⁴⁶ ou adquiridos pelos governos estaduais, e são novelas gráficas, histórias em quadrinhos, na nomenclatura oficial.

Os números das áreas vítimas de atos de censura em dados do INEP (sistema EDUDATA Brasil) e do Censo Escolar 2009 da Secretaria de Educação do governo do estado

⁴⁵ A pesquisa teve uma limitação temporal com o objetivo de atender as exigências deste trabalho. O tempo de cobertura, portanto, está limitado ao espaço entre março e outubro, inclusive, de 2009. O destaque a este grupo de estados se dá porque todos os estados destas regiões foram notícia.

⁴⁶ Criado, em 1997, o Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE tem por objetivos proporcionar o acesso à cultura e à informação e o incentivo à formação do hábito da leitura nos alunos, nos professores e na população, por meio da distribuição de acervos de obras de literatura, de pesquisa e de referência. Visa apoiar o cidadão no exercício da reflexão, da criatividade e da crítica. Sob a gestão do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE/MEC – Ministério da Educação, tem recursos financeiros originários do Orçamento Geral da União e da arrecadação do salário-educação.

Depois de ampliar o atendimento em 2008, quando o PNBE passou a contemplar a educação infantil e o ensino médio, além do ensino fundamental, em 2009, beneficiou com novos acervos literários cerca de 23,6 milhões de estudantes das séries finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano) e do ensino médio das redes públicas de todo o país. O orçamento do programa para o exercício foi de R\$ 76,6 milhões.

No ensino fundamental, os acervos foram distribuídos para 49.327 escolas, para benefício de 16,4 milhões de alunos. No ensino médio, 17.471 unidades de ensino receberam novos acervos, num total de 7,2 milhões de estudantes contemplados. A avaliação e a seleção das obras do PNBE 2009 foram realizadas pelo Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Também contribuíram mestres e doutores de São Paulo, Distrito Federal, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, profissionais com múltiplas experiências, entre as quais a docência na educação básica e a formação de professores.

Os acervos foram distribuídos às escolas públicas que oferecem as séries finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano) e às do ensino médio de todo o país. E foram compostos por livros de poemas, contos, crônicas, teatro, textos de tradição popular, romances, memórias, diários, biografias, ensaio, histórias em quadrinhos e obras clássicas.

Critérios de atendimento: escolas com até 250 alunos receberam 100 títulos; com 251 a 500 estudantes, 200 obras; acima de 501 estudantes, 300 títulos. Disponível em: <www.fnde.gov.br>. Acesso em 15out. 2009.

do Rio Grande do Sul são impressionantes:

- Escolas 55 117
- Alunos 16 601 088

No Rio Grande do Sul somente:

- Escolas: 2 597
- Alunos: 1 184 818

Iniciar pelo Rio Grande do Sul, fora da escala de temporalidade dos eventos, se deve principalmente à proximidade, que permitiu acompanhar na mídia toda a evolução do caso até que foi silenciado. Ajudou pouco em fase posterior, já que os envolvidos, ao tomarem conhecimento do assunto sobre o qual desejávamos conversar, se omitiram todos. O que permitiu uma machadiana: atos de ignorância cometidos para o regozijo do exercício do poder são bons como sorvetes do mercado, mas não nos cobrem a racionalidade. São coisas vãs, exercidas, gozadas e idas.

3.1 O FATO LOCAL

No dia 18 de junho de 2009⁴⁷, a Secretária de Educação do governo do Estado do Rio Grande do Sul divulga nota de alerta às "*escolas estaduais sobre conteúdo impróprio em livros distribuídos pelo MEC - Ministério da Educação*". Informa que "*três livros de histórias em quadrinhos, distribuídos pelo Ministério da Educação (MEC) diretamente às escolas estaduais de ensino médio, contém conteúdo inadequado para os estudantes nessa faixa etária*". Diante dessa avaliação, a Secretaria Estadual da Educação (SEC) orienta as escolas da rede estadual para que avaliem o conteúdo dos livros recebidos e retirem do acervo os de conteúdo impróprio:

Com cenas e linguagens inadequadas, os livros do autor Will Eisner, "Força da vida", "Um contrato com Deus e outras histórias de cortiço" e "O Sonhador", fazem parte do Programa Nacional de Bibliotecas nas Escolas (PNBE) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) do governo Federal. A distribuição dos livros é feita diretamente pelo MEC às escolas. (RIO GRANDE DO SUL, 2009).

⁴⁷ RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Educação. Notícias. **SEC alerta escolas estaduais sobre conteúdo impróprio em livros distribuídos pelo MEC**. Porto Alegre, 18 jun. 2009. Disponível em: <<http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/noticias/>>. Acesso em: 1 set 2009.

Segue a nota:

Enviamos comunicado às Coordenadorias Regionais de Educação (CRE's) que deverão informar as escolas para não disponibilizar esses livros aos alunos. Estamos avaliando a possibilidade de entrar com uma representação no Ministério Público contra os responsáveis pela seleção e distribuição desse material”, declarou Mariza Abreu.

A secretária da Educação acredita que o ministro da Educação, Fernando Haddad, não tenha conhecimento sobre o conteúdo dos livros e fará contato com o MEC. (RIO GRANDE DO SUL, 2009)

3.1.1 O antecedente

Professora de religião de escola pública estadual da cidade de Alvorada, região metropolitana de Porto Alegre, retira da biblioteca o recém chegado “*Um Contrato com Deus*” de Will Eisner. Ao abrir o volume, enxerga heresia, comportamento devasso e pedofilia. Comunica à diretora da unidade, que manda retirar o livro da biblioteca como impróprio para o público da escola e informa a Secretaria, conforme me foi confirmado pela bibliotecária Maria do Carmo Mizetti, coordenadora do SEBE – Sistema Estadual de Bibliotecas Escolares.

2.1.2 O dia seguinte

“*Pedofilia, estupro e adultério são temas para estudante?*” pergunta o repórter Marcelo Gonzatto no jornal Zero Hora (19 de junho de 2009, p.8) do dia seguinte. Sob a legenda "SEC desaconselha leitura de livros que abordam assuntos polêmicos" abre a matéria:

As escolas de Ensino Médio da rede estadual gaúcha deverão avaliar nos próximos dias se temas como pedofilia, estupro, adultério e violência doméstica devem ou não estar presentes nas suas bibliotecas. (GONZATTO, 2009).

E segue com o mesmo conteúdo da nota oficial, com o complemento factual:

Na quarta-feira, a secretária Mariza Abreu verificou o conteúdo dos livros e determinou o envio de uma recomendação a todas as coordenadorias regionais para que orientem as escolas a banir as publicações. Até o momento, não se trata de uma proibição.

– Consideramos até que proibir poderia gerar uma reação negativa, então mandamos uma recomendação, uma orientação. Mas vamos estudar que medidas podemos tomar em conjunto para retirar esse material, porque não é adequado para adolescentes – sustenta a secretária. (GONZATTO, 2009).

Mais a frente ela é citada dizendo:

– Esse material é inadequado para os adolescentes, para ser usado como material nas escolas, porque acredito que estimula a erotização, o comportamento agressivo, uma percepção inadequada das relações afetivo-sexuais entre essa faixa etária. Por isso, não proibimos, recomendamos que não seja usado, e vamos ver que medidas podemos tomar a partir de agora. (GONZATTO, 2009).

Segue um breve parágrafo com dados sobre o autor dos livros, o assunto geral dos livros, temas e refere passagens "*entre as consideradas mais impróprias pelo governo gaúcho*", como a de uma menina que cobra dinheiro de um adulto para exibir o seu corpo, um bêbado que bate na mulher e joga um bebê sobre um sofá e a prática de adultério por uma mulher com um adolescente.

Lembra incidentes semelhantes em São Paulo e no Paraná. E encerra com a ameaça, também presente na nota do dia anterior, do governo gaúcho, em recorrer a uma medida judicial para impedir a distribuição do material. Os detalhes da ação deveriam ser definidos nos próximos dias, poderiam até mesmo pedir a punição dos responsáveis pela escolha. A SEC informava que não tinha dados sobre o número de livros já enviados para colégios.

A isto, sucede como contraponto uma nota atribuída⁴⁸ ao Ministério da Educação (MEC) divulgada também no dia anterior:

- 1) Os livros citados tiveram seu conteúdo avaliado pela Universidade Federal de Minas Gerais.
- 2) Tratam-se de livros que compõem o Programa Nacional de Bibliotecas nas Escolas (PNBE). Ou seja, são livros da biblioteca escolar, cuja cessão deve ser intermediada pelo professor ou pelo bibliotecário e destina-se à comunidade escolar: dirigentes, professores, pais e estudantes.
- 3) Não se trata de livros didáticos, que são distribuídos aos estudantes.
- 4) O PNBE distribui livros para as bibliotecas sem intermediação das secretarias estaduais e municipais desde 1997. E nunca houve oposição a isso. (GONZATTO, 2009).

Em paralelo, uns comentários, onde é nítido o fato de dois dos consultados não

conhecerem os livros. O escritor Luiz Antonio de Assis Brasil, reconhece este fato, mas observa que

[...] não me parece interessante uma simples retirada sem haver uma discussão interna, entre os professores, para ver se de fato convém ou não permanecerem. Uma autoridade não deve ter poder de censura, isso deve ser compartilhado com os professores e os estudantes. (GONZATTO, 2009).

Já o professor da Faculdade de Educação da UFRGS, Fernando Becker, fala da compra de livros adequados pedagogicamente, estas temáticas teriam que ser “*pedagógicamente encaminhadas, crianças e adolescentes devem ter informações mínimas a respeito, até porque isso está presente em muitos lugares, na internet, mas com adequação pedagógica.*” (GONZATTO, 2009) Contudo, a psicóloga Alice Peres Duarte, que trabalha com acompanhamento escolar, afirmou:

– Hoje em dia, temas como pedofilia e adultério são encontrados na internet, nas novelas, nos filmes, na TV em geral. O que tem no livro Contrato com Deus, por exemplo, tu vais encontrar em muito livro de história sobre o início da organização social, quando havia promiscuidade, todos dormiam juntos. Will Eisner é um profissional com história, com grande destaque no mundo dos quadrinhos. Não deveria ser banido das escolas, mas justamente motivar uma discussão sobre esses assuntos. (GONZATTO, 2009).

3.1.3 A polêmica

A secretária de Educação tinha razão, como ela mesma disse “*Consideramos até que proibir poderia gerar uma reação negativa*” (GONZATTO, 2009), se não ocorreu uma reação coletiva contra a ação tomada, ao menos durante uns dias uma polêmica foi alimentada.

No dia 22 de junho, o cineasta e escritor Jorge Furtado em artigo intitulado “*Will Eisner para todos*” publicado pelo jornal Zero Hora (Segundo Caderno, p.2) critica o ato de censura, fala da qualidade da obra de Eisner, chama à atenção para aspectos políticos dos julgamentos, para a importância do papel dos educadores e para a ignorância perceptível das obras em questão pelos que as criticam. Este será o tom da discussão nos dias que se seguirão. A seguir, os comentários do autor do artigo:

⁴⁸ Não encontramos documento que certificasse este conteúdo.

Sobre Eisner:

[...] a Secretaria Estadual da Educação mandou “remover das estantes três livros do autor norte-americano Will Eisner por serem ‘inadequados’ para adolescentes”. É uma pena. As obras em questão são três novelas gráficas, em quadrinhos, escritas e desenhadas por Will Eisner. Não li O Jogador, mas afirmo que Um Contrato com Deus e O Nome do Jogo são obras-primas de um grande artista, e seria um grande serviço da escola pública gaúcha disponibilizá-las aos seus alunos. (FURTADO, 2009).

Ainda sobre Eisner e o papel da escola:

[...] é óbvio que cada livro deve ser adequado a idade do aluno, ninguém pensaria em sugerir a leitura de Sade ou Pierre Louys a crianças, mas afirmo que os livros de Will Eisner são totalmente adequados a adolescentes. Mais que adequados, necessários. A ideia de que um assunto deva ser sonogado aos estudantes contraria qualquer noção pedagógica, além do bom senso. “Saber sempre é bom”. Familiarizados com temas como a pedofilia, o estupro ou o incesto, jovens brasileiros talvez possam se sentir mais aptos a evitá-los ou mais encorajados a denunciá-los. É para isso, para aprender sobre nós mesmos, que existe a literatura e a arte, divulgá-las é função da escola. (FURTADO, 2009).

O viés político:

A polêmica dos livros “pornográficos” anda rebaixada, como quase todo o debate público, pelo astigmatismo ideológico que “politiza”, na pior acepção da palavra, qualquer conversa. Em São Paulo foram os petistas que caíram de pau no governo Serra por distribuir livros “pornográficos”. Will Eisner, Manoel de Barros e outros depravados foram citados por gente furiosa, que pedia que o governo estadual paulista gastasse dinheiro com “literatura de verdade”. Aqui a crítica parece que mira o governo federal e o MEC, que comprou os livros. (FURTADO, 2009).

A questão da leitura e o papel dos educadores:

Quase todos os críticos falam das obras “em tese”, informam “não ter lido” mas... José Serra, sem ler, afirmou que as obras eram “de baixa qualidade”, e o governo gaúcho “não descarta recorrer a uma medida judicial para impedir a distribuição” dos livros. Sugiro aos interessados que, para começar, leiam os livros. Garanto que são de altíssima qualidade e, ao contrário do que afirma a secretária Mariza Abreu, a obra de Will Eisner não “estimula a erotização, o comportamento agressivo” e muito menos “uma percepção inadequada das relações afetivo-sexuais”, ao contrário. A obra de Eisner, assim como a Bíblia, Shakespeare, Machado de Assis, Cervantes, ou a obra de qualquer grande autor, utiliza os temas fundamentais que animam o espírito humano, incluindo aí crimes e pecados. Tratar temas como agressão, adultério ou pedofilia não significa “incentivar” a agressão, o adultério, ou a pedofilia. Significa conhecê-los. Não é esta a função da escola? (FURTADO, 2009).

No dia 26 de junho, o programa Polêmica da Rádio Gaúcha, dirigido pelo jornalista

Lauro Quadros, discute a questão. Participam o jornalista, o autor do artigo que provocou o programa, Julio Furtado, o psiquiatra e escritor Celso Gutfreind e Sonia Balzano, diretora do Departamento Pedagógico da Secretaria da Educação - RS, que anuncia que "*já foi constituída uma comissão para avaliar os livros*", ao comentar o livro, mais uma vez transparece o fato de que não havia lido⁴⁹.

Este comentário sobre a comissão será o último que se ouvirá por parte do Estado. Nada sobre isto sairá na imprensa, nem no Diário Oficial e nem na página virtual da Secretaria.

Um ouvinte comenta:

O livro é um clássico. O livro em questão é uma graphic novel de Will Eisner, considerado um clássico por ser o livro fundador do gênero, primeiro a levar este nome. Já tivemos edições anteriores, vendia em jornaleiros e os encontramos pelos sebos. Um gibi velho. Trata-se de uma história séria sobre a comunidade judaica em NY, em uma rua e bairro bem definidos. Tudo com muita elegância e a violência natural da vida pobre do início do séc XX, vista por uma criança. O resto é falso moralismo. Vão tirar Jorge Amado e Dalton Trevisan das prateleiras?

No sábado seguinte, o suplemento cultural mais importante do Estado, Cultura do jornal Zero Hora, cobre o assunto.

Carlos André Moreira e Patrícia Rocha, no artigo "Polêmica na biblioteca" (Zero Hora, Cultura, 27 jun. 2009, capa e p.4-5), fazem uma resenha dos fatos e de opiniões com um foco maior na questão das leituras nas escolas. Às opiniões já conhecidas acrescentam outras, como a da pedagoga Beth Serra, secretária-geral da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ), que teme que tais episódios representem uma onda de conservadorismo que afaste a realidade da escola:

– Os professores têm que saber lidar com a realidade. Quando um tema aparece na literatura por que não aproveitar para tratar da questão? Falta preparo, uma cultura de conhecer o texto literário. E aí a reação é conservadora ao novo, ao inesperado. E a defesa é o ataque. (MOREIRA; ROCHA, 2009).

Observa que na literatura você encontra naturalmente palavrões, mas se há uma coisa que choca apenas pelo lugar-comum, sem nenhuma beleza, daí não é questão de censura, mas

⁴⁹ Segundo a bibliotecária Maria do Carmo Mizetti (responsável pelo Sistema de Bibliotecas Escolares da Secretaria), em conversa pessoal, a Secretaria não possuía exemplares do livro, foram enviados diretamente para as escolas, para conhecê-lo tiveram que pedir para as escolas. Relata também que, reflexo imediato, o telefone não parava de tocar; era a demanda por parte dos bibliotecários e professores que desejavam ler o livro.

de ensinar a apreciar o que é bem escrito. Ainda sobre linguagem chula, o psicanalista e escritor, Celso Gutfreind comenta:

– Essa linguagem existe, o que não significa que se possa falar assim em qualquer momento e lugar. É uma boa oportunidade de se dizer que o livro é um objeto de arte, não uma linguagem oral. E acho que podemos mostrar essa diferença para a criança. É um trabalho difícil, mas vamos lá. Não é censurando e ocultando que vamos chegar a um lugar melhor. O problema para a criança e o adolescente não se resume ao acesso a determinados assuntos, mas a não ter com quem compartilhar o seu espanto, com quem conversar. (MOREIRA; ROCHA, 2009).

Já o professor César Aparecido Nunes, do Grupo de Estudos e Pesquisas em Filosofia e Educação (Paideia) da Unicamp, observa que o argumento da realidade na escola deve ser tomado com cautela:

– A cada faixa etária corresponde uma determinada concepção de mundo, uma determinada capacidade de entendimento, e a escola é uma instituição que tem um papel regulador. Ela não pode ser espelho da sociedade, pelo contrário, ela é modelar, deve partir da realidade e ser um exemplo. O papel da escola é chamado deontológico, ou seja: é o “dever-ser”, não uma reprodução moral dos costumes. (MOREIRA; ROCHA, 2009).

Mas não é um proibicionista, acha que a escola não deve banir conteúdos e obras, e sim selecioná-las mais adequadamente, e lembra que clássicos da literatura brasileira e estrangeira sempre abordaram temas delicados e polêmicos. Se sexo e violência forem barrados das bibliotecas escolares, poucos autores se salvarão. Talvez não os melhores.

– João Ubaldo Ribeiro, Dalton Trevisan e o Jorge Amado tratam de temas um tanto árdios, é aí que destaco o papel dos pais no que a criança lê e a figura do professor, conclui. (MOREIRA; ROCHA, 2009).

Em Mundo Livro, blog do editor⁵⁰, encontra-se algo mais. Em 26 de junho, publica que já discutiu o assunto antes, referindo-se a São Paulo, mas que o

[...] gancho para o retorno ao tema é que Um Contrato com Deus, de Will Eisner, foi alvo de uma recomendação negativa da Secretaria Estadual de Educação porque mostra, entre outras coisas, relações adúlteras, cenas de sexo, abuso infantil, violência contra a mulher, pedofilia.

Parte do nosso trabalho não entrou na edição final do texto no jornal, mas foi, adiante para todos vocês, um dos momentos mais divertidos de toda a reportagem:

⁵⁰ MOREIRA, Carlos Andre. (De) formação de leitores? **Mundo Livro**, Porto Alegre, 26 jun. 2009. Blog. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/blog/jsp/default.jsp?uf=1&local=1&source.htm>>. Acesso em: 01 Set. 2009.

eu e Patrícia ficamos pensando que, se temas como adultério, violência, sexo promíscuo e até mesmo incesto ou termos de cunho erótico ou que poderiam ser considerados de baixo calão definissem, a priori, que um livro não poderia ter lugar nas estantes das bibliotecas escolares, muitos dos clássicos da literatura brasileira e estrangeira seriam vetados a colegiais. E aí, elaboramos uma listinha muito breve (que não completamos nem aumentamos porque soubemos de antemão que não seria usado). Mas partilho com vocês nossas impressões, meus bravos leitores do Mundo Livro:

* Clássicos de Eça de Queirós, como *O Primo Basílio* e *Os Maias*, por exemplo, reuniriam pelo menos: incesto, adultério, lesbianismo e descrições de momentos de intimidade sexual. Claro, com a linguagem elevada própria de Eça.

* Praticamente toda a obra de Jorge Amado derraparia no tema — e na linguagem. Inclusive um dos mais recomendados em escolas, *Capitães de Areia*.

* Aquele que é considerado o maior escritor brasileiro, Machado de Assis, também poderia ser alvo de desaprovação. *Brás Cubas* tem um caso relação com sua antiga paixão de juventude, Virgínia.

* O livro que serve de mote para ensinar o naturalismo, *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo, é um retrato cru de pobreza, promiscuidade, corrupção, com direito a adultério, estupro e lesbianismo.

* As peças de William Shakespeare, principalmente as trágicas, são ricas em cenas de assassinatos. Da mesma forma, as tragédias gregas, que incluem incesto, mortes violentas e infanticídio. (MOREIRA, 2009)

Aqui se encerra, nenhuma outra manifestação, o assunto sai da pauta dos jornais, os livros retirados (para onde vão os livros retirados?). Silêncio.

3.1.4 Escólio

Este foi o desenho da polêmica no Rio Grande do Sul. Agora, uma pequena reflexão⁵¹:

1. A questão da linguagem é das mais interessantes (e recorrente em outros Estados, assim não se voltará ao assunto): não há um único termo chulo em todo o livro *“Um Contrato com Deus”*. O que leram então? No entanto, esta questão aparecerá sempre que o livro for citado, o que é característica dos casos do *“ouviram dizer”* e da *“reação a um livro sem tê-lo lido”*.
2. A ignorância do fato tratado tem dois eixos: no primeiro, os indivíduos são ignorantes mesmo sobre o fato em si, uma questão cultural, não conhecem, mas não vão considerar Eisner e a obra, não vão conhecer que o livro faz parte da bibliografia americana para as escolas, continuarão ignorar o papel

⁵¹ O melhor comentário, o comentário do leitor, se encontra no fim deste capítulo, mas não podemos deixar de

objetivo do trabalho de criação do autor e seu valor histórico e cultural, vão de antolhos passar pelo fato de que a qualidade narrativa e textual são alguns dos seus melhores atributos e que está inserido na realidade de uma comunidade cultural que deu dois prêmios Nobel de Literatura aos Estados Unidos, a comunidade literária de origem judaica com Bellow e Singer; no segundo, o fato em si não tem nenhum significado, os indivíduos mentem sabendo que estão mentindo, mas explorando o fator político que pode ser gerado a partir daí: constrangimentos para o agente comprador e distribuidor do governo federal, de partido identificado com a esquerda e de oposição ao partido dominante no Estado alinhado com a direita, não será verbalizado mas é o velho discurso das marchas da família nos idos de 1964 contra os “...istas que estão querendo corromper nossas crianças e desmoralizar a família”.

3. É impossível não considerar a obra e sua relação com o leitor, este é o aspecto invisível na discussão anterior e o mais delicado: temos que reconstruir a situação a partir dos seus atores, uma professora de religião e um livro chamado “Um contrato com Deus”. O que ela espera encontrar ao buscar este livro na biblioteca? Ela uma professora provavelmente católica, ou evangélica; aqui só se pode supor. Mas se pode falar sobre o que será encontrado: o Deus de Judá. O Deus da Torá, dos livros do Antigo Testamento, despido de misericórdia, possuído de fúria, sempre pondo seus servidores à prova. Além, uma forma de relação com a divindade com interlocução direta, sem medições, de afrontamento. Encontra-se, portanto, o leitor em meio à cultura judaica religiosa da comunidade hassídica nova-iorquina. No aspecto gráfico, a tipografia do autor com características hebraicas. Na interação com o leitor, cria-se a possibilidade de um confronto ideológico e o desencadeamento de preconceitos antigos e arraigados, questões raciais e religiosas, que levam à exclusão — à censura. É impossível, numa avaliação responsável do incidente, desconsiderar este fator. Lá em seu início podem residir motivações religiosas e raciais⁵².

observar alguns elementos pertinentes ao objeto deste trabalho.

⁵² Mais sobre este aspecto no item 2.3.



Páginas iniciais de Um Contrato com Deus de Will Eisner.

4Enfim, lembrar Diderot: retirado das bibliotecas, o livro foi procurado por professores, bibliotecários, gente que nunca entrou numa biblioteca; aos alunos, bastou baixar na web.⁵³

5Um registro é feito aqui mas, se verificará logo, que se repetirá nos documentos que a este sucedem, um ponto comum: os professores são seres passivos, carentes de proteção, incapazes de opinião e sem discernimento ou capacidade intelectual para trabalhar com a bibliografia distribuída para as escolas. Pode-se incluir também os bibliotecários já que nem sequer serão considerados. E aqui com uma dupla face, não serão ouvidos pelas administrações responsáveis, nem respaldados pelos seus órgãos de

⁵³ Entre outros lugares, a obra podia ser acessada em HQ Digital (<http://hqdigital.blogspot.com/2007/04/um->

representação de classe quando se manifestarem.

2.2 O CENÁRIO

O momento gaúcho é parte de um tsunami censório, higienizador e crítico que varreu as bibliotecas escolares e as seleções bibliográficas a partir de maio de 2009. É como se todos se pusessem a ler pela primeira vez os livros enviados para bibliotecas e escolas e resolvessem emitir uma opinião. A sensação é de que nunca se leu tanto, nunca foram tão procuradas as bibliotecas. Esta vaga se iniciou em São Paulo.

3.2.1 São Paulo

Em meados de maio, o governo paulista determina o recolhimento de 1.216 exemplares do livro de histórias em quadrinhos “*Dez na Área, Um na Banheira e Ninguém no Gol*”, que haviam sido distribuídos em escolas pela Secretaria Estadual da Educação como material de apoio para alunos do Ensino Fundamental.

Em reportagem de Fábio Takahashi a Folha de São Paulo⁵⁴:

A Secretaria Estadual da Educação de São Paulo distribuiu a escolas um livro com conteúdo sexual e palavrões, para ser usado como material de apoio por alunos da terceira série do ensino fundamental (faixa etária de nove anos).

A gestão José Serra (PSDB) afirmou ontem que houve "falha" na escolha, pois o material é "inadequado para alunos desta idade", e que já determinou o recolhimento da obra.

O livro ("*Dez na Área, Um na Banheira e Ninguém no Gol*") é recheado com expressões como "chupa rola", "cu" e "chupava ela todinha". São 11 histórias em quadrinhos, feitas por diferentes artistas, que abordam temas relacionados a futebol⁵⁵ - algumas usam também conotação sexual. A editora Via Lettera afirma

contrato-com-deus-e-outras-histrias.html).

⁵⁴ TAKAHASHI, Fábio. SP distribui a escolas livro com palavrões. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19 mai. 2009a. Cotidiano. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1905200901.htm>. Acesso em: 23 set. 2009.

⁵⁵ Uma pergunta a se fazer: a partir de que idade uma criança **brasileira** vai a um estádio de futebol? O que é um estádio? Aqui não é o lugar destas respostas, mas há que ponderar sobre a realidade deste fato. A primeira coisa que meu filho e seus colegas de Educação Infantil (5 anos) aprenderam nos estádios foram as loas de benvindança ao clube rival, eles, torcedores do Internacional (RS): “*Gremista filhadaputa / chupa rola / e dá o*

que a obra é voltada a adultos e adolescentes.

A pasta distribuiu 1.216 exemplares, que seriam usados como material de apoio para a alfabetização dos estudantes, dentro do programa Ler e Escrever (uma das bandeiras do governo na educação). Nesse programa, os estudantes podem usar o material na biblioteca, na aula ou levar para casa. O livro começou a ser entregue na semana passada.

É o segundo caso neste ano de problemas no material enviado às escolas. A Folha revelou em março que alunos da sexta série receberam livro em que o Paraguai aparecia duas vezes no mapa.

"Os erros revelam um descuido do governo na preparação e escolha dos materiais", afirmou a coordenadora do curso de pedagogia da Unicamp, Angela Soligo.

"Há um constante ataque do governo contra os professores e a formação deles. Mas o governo coloca à disposição dos docentes ferramentas frágeis de trabalho", disse Soligo.

Posição oficial

A reportagem solicitou entrevista com o secretário da Educação, Paulo Renato Souza. A pasta, porém, só divulgou uma nota, que não esclarece como é feita a escolha dos livros.

Sobre a responsabilidade pelo erro, disse apenas que abriu uma sindicância.

O governo afirma que "este livro é apenas um dos 818 títulos" comprados e que os 1.216 exemplares da obra representam "0,067% do 1,79 milhão de livros colocados à disposição das crianças". Diz ainda que faz um grande esforço para estimular o hábito da leitura.

O gerente de marketing da editora Via Lettera (responsável pelo livro), Roberto Gobatto, afirmou que apenas atendeu ao pedido de compra (no valor de cerca de R\$ 35 mil) feito em novembro, na gestão de Maria Helena Guimarães de Castro na pasta da Educação.

"Não sabíamos para qual faixa etária seria destinada. Se soubéssemos, avisaríamos a secretaria", disse Gobatto.

Na história mais criticada por professores que tiveram contato com a obra, o cartunista Caco Galhardo faz uma caricatura de um programa de mesa-redonda de futebol na TV. Enquanto o comentarista faz perguntas sobre sexo, jogadores e treinadores respondem com clichês de programas esportivos, como "o atleta tem de se adaptar a qualquer posição. (TAKAHASHI, 2009a).

O governo José Serra (PSDB) admitiu que errou ao distribuir a publicação, e que uma sindicância vai apurar quem escolheu obra. Segue a íntegra da nota divulgada pela Secretaria da Educação:

A Secretaria de Estado da Educação determinou ainda na semana passada (dia 15) o recolhimento imediato da publicação "Dez na área, um na banheira e ninguém no gol". É importante esclarecer que o livro é apenas um dos 818 títulos, comprados de 80 editoras, para apoiar o programa Ler e Escrever, voltado a reforçar a alfabetização de crianças.

Apenas 1.216 exemplares do título foram efetivamente distribuídos às escolas, o que significa 0,067% do 1,79 milhão de livros colocados à disposição das crianças como material de apoio nas salas de aula. O governo faz grande esforço para estimular o hábito da leitura pelas crianças, pois isso favorece muito o aprendizado.

O livro citado seria utilizado por alunos da terceira série, mas sua escolha foi um

cú / Inter, Inter". Alguém se imagina explicando semanticamente para uma menina e um menino de cinco anos o conteúdo destes cânticos? É buscado este entendimento? Para isto existe a família e a escola, que devem colocar estes "objetos" em seu devido espaço. Se a linguagem é inadequada em livro, é adequada em jornal público, onde os leitores podem ser de qualquer idade?

erro, pois o material é inadequado para alunos dessa idade. A falha foi apontada pelos coordenadores pedagógicos do programa Ler e Escrever tão pronto receberam os primeiros exemplares do livro na semana passada.

A Secretaria da Educação instaurou uma sindicância para apurar as responsabilidades pelo processo de seleção dos livros, que tem prazo de 30 dias para ser concluída. (TAKAHASHI, 2009a).

São Paulo não pode parar e, ainda antes que o mês acabe, em 28 de maio, ganha novamente as manchetes em reportagem de agora e sempre Fábio Takahashi na Folha de São Paulo⁵⁶, este é o terceiro incidente com material escolar e é mais do mesmo, o ano ensaiava:

Livro para adolescentes é entregue a crianças em SP

[...] O governo de São Paulo enviou a alunos de terceira série (faixa etária de nove anos) um livro feito para adolescentes, que possui frases como "nunca ame ninguém. Estupre".

A coletânea de poesias faz parte do mesmo programa de melhoria da alfabetização que teve um livro recolhido por conter palavras e expressões de conotação sexual: "Dez na Área, Um na Banheira e Ninguém no Gol", também distribuída para a terceira série.

A nova obra, "Poesia do Dia - Poetas de Hoje para Leitores de Agora", foi enviada às escolas há cerca de duas semanas para ser usada como material de apoio. Foram distribuídos 1.333 exemplares.

"Não é para crianças de nove anos. São várias ironias, que elas não entendem", afirmou o escritor Joca Reiners Terron, autor do poema mais criticado por professores da rede, chamado "Manual de Auto-Ajuda para Supervilões".

Alguns dos versos são "Tome drogas, pois é sempre aconselhável ver o panorama do alto"; e "Odeie. Assim, por esporte".

"Espero que o Serra [governador José Serra] não ache o texto um horror, como ele disse do outro livro. Horror é quem escolhe essas obras para crianças", disse Terron.⁵⁷

[...]O entendimento é que os assuntos do poema devem ser abordados na escola, mas com supervisão de um especialista.

A secretaria não esclareceu como é feita a escolha dos livros. A sindicância aberta para apurar o caso do outro livro ainda não foi concluída. (TAKAHASHI, 2009b).

Em nota, a editora Abril Educação (controladora da Ática) afirma que o livro é recomendado para adolescentes de 13 anos com indicação na contracapa, na apresentação e no suplemento ao professor. Após *questionamento da Folha*, a Secretaria da Educação da gestão José Serra (PSDB) decidiu retirar os livros das salas de aula, mas permaneceriam nas escolas, nas bibliotecas para consulta de alunos mais velhos.

Professores convidados a opinar tecem críticas. Vitor Paro, Faculdade de Educação da USP, afirma que a escolha "*é produto da incompetência e ignorância do governo*" e

⁵⁶ TAKAHASHI, Fábio. Livro para adolescentes é entregue a crianças em SP. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 mai. 2009b. Cotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2805200904.htm>>. Acesso em: 23 set. 2009.

⁵⁷ No caso anterior, o governador José Serra, sem ler, afirmou que as obras eram "de baixa qualidade" e seriam recolhidas.

pergunta: "Por que os livros só foram retirados após o jornalista questionar? A análise não deveria ter sido feita antes?" Angela Soligo, coordenadora do curso de pedagogia da Unicamp, classifica como "um horror" o poema e complementa: "Tem uma ironia que talvez só o adulto entenda. É totalmente desnecessário para uma escola. Já é o segundo caso. Os professores ficam inseguros com o material."

Do outro lado, a Secretaria da Educação, através de Cláudia Aratangy, diretora da FDE (fundação responsável pelas compras), admitiu que o programa Ler e Escrever, que usa os livros criticados, precisa de "ajustes", mas, sobre a nova obra criticada, afirma que se refere a assuntos que o noticiário aborda, aos quais as crianças estão expostas: "A escola precisa tratar desses temas. O poema é uma ironia, não está incentivando uso de drogas ou os crimes. Mas ele precisa de uma mediação para ser lido."

Dois dias depois, mais do mesmo:

Secretaria decide recolher mais 5 livros⁵⁸

Lista tem obra de poesias não indicada para a 3ª série, três outras por inadequação etária e uma por teor preconceituoso

Sindicância foi aberta para identificar os responsáveis pelos erros no processo de seleção e compra dos livros do projeto Ler e Escrever

A Secretaria Estadual da Educação anunciou ontem que vai retirar do seu programa de alfabetização outros cinco livros considerados inadequados para os estudantes da rede.

O governo fez um pente-fino nas 818 obras escolhidas para o projeto Ler e Escrever, **depois de a Folha** revelar que havia ocorrido erro na escolha de ao menos dois títulos. (TAKAHASHI, 2009c, negrito nosso.).



A apavorante e censurável Rainha

Alfineteira em Tim Burton, *O Triste Fim do Menino Ostra e Outras Histórias*

Um livro já havia sido retirado no meio do mês (Dez na Área, Um na Banheira e Ninguém no Gol), outro (Poesia do Dia - Poetas de Hoje para Leitores de Agora), sairia do material da sala de aula da terceira série e iria para as salas de leitura para estudantes mais velhos, como contém uma poesia com ironias do tipo "*nunca ame ninguém. Estupre*", o governo anunciou que retirará a

obra das escolas por inadequação à faixa etária e mais três títulos, pela mesma razão: "*O Triste Fim do Menino Ostra e Outras Histórias*"; "*Memórias Inventadas - A Infância*"; e

⁵⁸ Contando, quarto caso. Novamente: TAKAHASHI, Fábio. Secretaria decide recolher mais 5 livros. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 mai. 2009c. Cotidiano. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff3005200918.htm> >. Acesso em: 23 set. 2009.

"*Manual de Desculpas Esfarrapadas: Casos de Humor*".⁵⁹ Uma quinta obra seria retirada por conteúdo preconceituoso ("*Um Campeonato de Piadas*"). A Secretaria da Educação, em nota, afirmava que o programa Ler e Escrever era o responsável pelo avanço na educação das crianças, com o índice de alfabetização aos oito anos de idade passando de 87,4% para 90,2% entre 2007 e 2008. Os livros, que atendem os alunos das primeiras quatro séries do ensino fundamental, podem ser utilizados pelos professores nas salas de aula ou ficam em salas de leitura, sob supervisão de um docente. A intenção é estimular a leitura.

A partir deste ponto, ainda mais do mesmo: sindicância interna para identificar responsabilidades pelos erros no processo de seleção e compra e a constatação de que não foram praticados os aspectos formais de escolha, como pareceres de especialistas para cada obra e observação das normas de seleção.

O Ministério Público também abriu investigação para apurar se houve improbidade administrativa no caso.

3.2.1.1 *Escólio*

Há uma situação bastante paradoxal ao redor do tema da censura em São Paulo, uma dupla curiosidade caracteriza o debate paulista. Primeiro, seu agente é notadamente a imprensa, aquilo que se convencionou denominar de jornalismo de investigação, sempre associado a ações de denúncias justamente contra o cerceamento à informação, ao silêncio imposto sobre a informação. Aqui, inscrito em um contexto contrário, caracterizado pela uso da transparência dos atos dos agentes públicos para apontar, denunciar incongruências na política de aquisição do Estado. A segunda curiosidade, é a manifestação de intelectuais acadêmicos, professores universitários, francamente favoráveis à censura e à retirada dos livros citados. No outro lado, a ponderação e realismo dos interlocutores da Secretaria de Educação na defesa da manutenção dos livros nas escolas e nas bibliotecas com acompanhamento profissional. Mas, sem respaldo político e sob a mira da imprensa, no final,

⁵⁹ É importante conhecermos os autores das obras neste ato retiradas: *Um Campeonato de Piadas*, de Laert Sarrumor e Guca Domenico; *O Triste Fim do Menino Ostra e Outras Histórias*, de Tim Burton, cineasta; *Memórias Inventadas - A Infância*, de Manoel de Barros, poeta e *Manual de Desculpas Esfarrapadas: Casos de Humor* de Leo Cunha, escritor mineiro. Burton e Barros não precisam de apresentação, o livro de Burton é considerado infantil. Filmes com características do livro são exibidos dublados e com censura livre.

a decisão é pela forma mais simples de censura: retirar os livros.

A posição antagônica à decisão do governo do Estado, encontra-se no concorrente direto do jornal Folha de São Paulo, em O Estado de S. Paulo⁶⁰ lia-se:

Escolha de livro não deve ter censura

O recolhimento de títulos do programa de leitura do governo do Estado de São Paulo por inadequação do conteúdo à faixa etária dos alunos na semana passada provocou polêmica em torno dos critérios (ou da falta de critérios) na seleção de livros para escolas. Escritores de livros infantis e especialistas em educação ouvidos pelo Estado ponderam que os episódios revelaram uma certa ignorância dos adultos sobre o universo das crianças. Eles concordam que é fundamental apresentar obras literárias diversas aos alunos, misturando títulos clássicos e contemporâneos que levem em consideração o contexto no qual vivem, seus gostos e interesses. (IWASSO, 2009).

3.2.2 Santa Catarina

Maio não tinha acabado e a Secretaria de Educação de Santa Catarina determinou o recolhimento de mais de 130.000 (130 mil) exemplares de Aventuras Provisórias, romance do premiado autor catarinense Cristovão Tezza⁶¹.

No Diário Catarinense⁶², em 28 de maio, sob o título “*Livro de Cristovão Tezza é proibido em escolas de Santa Catarina*” e o complemento surpreendente para o tamanho habitual das edições brasileiras “*Em todo o Estado, foram recolhidos mais de 130 mil exemplares.*”, lê-se:

A Gerência Regional de Educação da Região Carbonífera, no Sul de Santa Catarina, concluiu nesta semana o recolhimento de 6.236 exemplares da obra Aventuras Provisórias, do autor catarinense Cristovão Tezza. Em todo o Estado, foram

⁶⁰ IWASSO, Simone. Escolha de livro não deve ter censura. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 1 jun. 2009. Vida&, p.17. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090601/not_imp380070,0.php>. Acesso em: 23 set. 2009.

⁶¹ O escritor catarinense Cristovão Tezza, naquele momento é o intelectual do ano. Foi o vencedor do Prêmio São Paulo de Melhor Livro do Ano com O Filho Eterno, vencedor também do Prêmio Jabuti de melhor romance em setembro, do Prêmio Portugal Telecom de Literatura em Língua Portuguesa 2008 e do 6º Prêmio Passo Fundo Zaffari & Bourbon de Literatura concedido durante a 13ª Jornada Nacional de Literatura de Passo Fundo. Tezza é catarinense, nasceu em Lages, no Planalto Serrano, e ganhou projeção nacional em 1988 com o livro Trapo. Também é professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR), em Curitiba.

⁶² Livro de Cristovão Tezza é proibido em escolas de Santa Catarina. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 28 . 2009. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/diariocatarinense/jsp/default.jsp?uf=2&local=18&newsID=a2526517.htm§ion=Geral>>. Acesso em: 26 out. 2009.

recolhidos mais de 130 mil exemplares.

A determinação partiu da Secretaria de Estado da Educação há cerca de duas semanas. O motivo teria sido o uso de palavras inadequadas, segundo avaliação de professores que tiveram acesso ao título antes da distribuição aos alunos do ensino médio da rede estadual. O conteúdo descreve, por exemplo, trechos de relações sexuais.

Segundo nota divulgada nesta quinta-feira, pela secretaria, a "aquisição (dos livros) deu-se pelo processo licitatório nº 088/08 ao custo unitário de R\$ 11,75".

Arcângelo Nuernberg, gerente regional de Educação na Região Carbonífera, avalia que o ideal seria que os professores fossem preparados para o debate com os alunos do ensino médio — na faixa dos 15 aos 18 anos, na média. Entretanto, ele acredita que o livro não retorne para as escolas. Alguns exemplares ficaram à disposição nas bibliotecas, mas não serão trabalhados diretamente com os estudantes.

— O livro constava na lista de obras preparatórias para o vestibular ao lado de clássicos como Menino do Engenho, de José Lins do Rego, Melhores Poemas, de Luis Delfino, e Vidas Secas, de Graciliano Ramos. Acredito que a obra de Tezza não será substituída por outra — disse Nuernberg.

Assistente diz que vocabulário é chulo

A assistente técnica pedagógica do Colégio Estadual Governador Heriberto Hülse, no Bairro Próspera, em Criciúma, Maria Gorete da Silveira, considera que o livro de Tezza tem uma boa história e um enredo interessante, que se passa na Ilha de Santa Catarina. Entretanto, classifica o vocabulário "chulo e em alguns parágrafos a relação sexual é abordada de maneira banal".

— O vocabulário é exagerado e essas palavras queremos extinguí-las da boca dos alunos, banir do ambiente escolar. O aluno não está preparado para receber esse conteúdo — avalia Maria Gorete.

A coordenadora regional do Sindicato dos Trabalhadores em Educação em Santa Catarina (Sinte), Janete Medeiros, não acredita que o conteúdo do livro enriqueça o vocabulário dos estudantes. E que apesar de ser uma obra de um autor conhecido, premiado e o livro indicado para o vestibular, usa palavreados "baixos".

— Se querem moralizar o ensino, é preciso cuidar. O sindicato considerou irresponsável a distribuição desse livro. Houve irresponsabilidade das equipes preparadas para checar a lista. Se leram, e mandaram, é pior ainda — finaliza Janete.

Diretor avalia que obra é credenciada

O diretor de Educação Básica da Secretaria de Estado da Educação, Antônio Pazeto, afirmou que, quando se trata de livros de literatura brasileira, reconhecidos e credenciados em instituições como a Academia Brasileira de Letras e Associação Catarinense de Literatura, eles já têm seu valor literário comprovado.

Na manhã desta quinta-feira, Pazeto disse que o livro não foi lido antes da distribuição. E frisou:

— Este livro do Tezza não foi lido antes, reconhecemos. Como o autor é moderno, novo, poderíamos ter lido, mas não lemos. Como em uma gerência um professor observou termos e abordagens que não eram pertinentes ao ambiente escolar, pedimos que quatro professores lessem e nos fizessem uma avaliação.

À tarde, ao ser novamente consultado pela reportagem, se contradisse:

— Eu não li o livro. Mas a comissão de avaliação do livro leu e considerou adequado do ponto de vista literário. Entretanto, no que diz respeito a questões éticas e morais, a Secretaria de Educação optou por não criar um choque ou ferir os princípios éticos, morais e religiosos das famílias. [Itálico nosso]

— Esta foi uma lição para nós. Não temos nada contra o autor e não vamos solicitar que a obra tenha seu conteúdo alterado. Afinal, o processo criativo e a produção literária têm que ser preservados e respeitados — acrescentou Pazeto.

Até o início da próxima semana haverá uma reunião da diretoria de ensino com o secretário de Estado da Educação, Paulo Bauer, para definir qual será a destinação dos livros recolhidos.

Obras serão redistribuídas

Em nota oficial, a Secretaria da Educação de Santa Catarina informou que "por prudência" decidiu recolher todos os exemplares depois que foi constatada a existência de expressões consideradas incompatíveis com a idade de alunos das séries iniciais do Ensino Médio. A Secretaria esclareceu ainda que está

providenciando a redistribuição dos exemplares de Aventuras Provisórias a bibliotecas e salas de aulas para uso de alunos adultos. Professores e servidores também serão orientados para o uso pedagogicamente esclarecido da obra.

Escritor afirma não ter controle sobre uso da obra

Cristovão Tezza afirmou, na tarde desta quinta-feira, que não há nada a dizer a respeito do assunto. Para ele, cabe ao professor adotar ou não seus livros, de acordo com seu método e seus critérios de adequação à faixa etária dos alunos.

— Várias vezes romances meus foram adotados em escolas e vestibulares. Obviamente, não tenho e nunca tive controle sobre isso — argumentou via e-mail. Cristovão Tezza afirmou, ainda, que como autor envolvido, sente-se eticamente impedido de dar palpite sobre o recolhimento dos livros. E finaliza: — Trata-se de uma questão didático-pedagógica, que deve ser tratada com frieza e bom-senso. De qualquer modo, faço votos de que o problema encontre uma boa solução. (LIVRO..., 2009).⁶³

2.2.2.1 Escólio

Em Santa Catarina, o Estado (Secretaria de Educação) considera a obra adequada do ponto de vista literário, mas opta por não confrontar a pressão da comunidade dos professores sindicalizados em defesa dos valores de sempre éticos, morais e religiosos das famílias, o velho e conhecido “moral e bons costumes” dos tempos ditatoriais e retira de circulação o

⁶³ É interessante a manifestação de Tezza (2009), “*Não me adotem*”, publicada dias depois:

1. Sobre a compra: “*Nos últimos dias, entre uma viagem e outra, fui bombardeado pelas notícias em torno da adoção e da compra, pelo governo de Santa Catarina, de cerca de 130 mil exemplares do meu romance Aventuras provisórias, incluído num pacote de títulos de obras literárias para distribuição escolar. Para quem não sabe, essa é uma operação que, sob qualquer aspecto jurídico e comercial, diz respeito exclusivamente à editora do livro, às entidades oficiais que solicitam a compra e às empresas distribuidoras que tiram o livro da editora e o entregam para o estado. [...], o montante da compra poderia além de tudo atizar a curiosidade sobre a riqueza súbita do escritor, que teria atingido o seu Santo Graal sem fazer força – mal sabem as pessoas que o preço de compra nesses casos é ridiculamente baixo e a porcentagem do autor uma merreca. Portanto, fique o povo tranquilo, que ainda não foi dessa vez que eu me forrei.*”

2. Antecedentes: “*Uma vez, e isso em Curitiba, tentaram processar uma professora por ter indicado a leitura do meu romance Juliano Pavollini – um parágrafo do livro provocou sentimentos horríveis no pai de um aluno, e por pouco a coisa não toma uma proporção irracional.*”

3. O caso: “*Sempre que me adotam [...] fico com a pulga atrás da orelha: vai sobrar para mim. [...] E minha desconfiança de que aquilo não acabaria bem, é claro, se confirmou – em poucos dias, uma “auxiliar pedagógica” levantou a lebre de que a linguagem chula de alguns trechos do livro tinha de ser “banida” da escola, e, após uma sequência rápida e furibunda de críticas lítero-sexuais de pais e professores indignados, em que as pobres Aventuras provisórias sofreram o diabo, determinou-se o recolhimento imediato e espetacular do livro.*”

3. O texto: “*Entre os danos materiais, está o dano moral do autor ao ver um trecho de seu próprio livro, duas ou três linhas, ser reproduzido nos jornais como se fosse um hai-kai, e não parte de um romance de 142 páginas, em que cada palavra se relaciona com o todo e é voz de um narrador-personagem capaz de dar significado à sua linguagem. [...] É simplesmente um dado técnico para o leigo entender como uma narrativa produz sentido. [...] Colocado no centro dessa fogueira de pascalhos, faço um apelo: por favor, não me adotem. Não sou um escritor de confiança.*” (TEZZA, 2009).

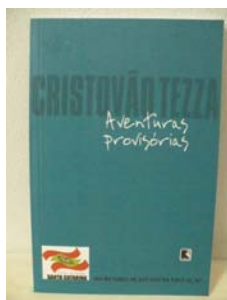
livro de Cristóvão Tezza. Houve protestos. Abaixo assinados, como do poeta Marco Vasques, que dizia:

Pornográfico são os pedagogos e professores que fizeram a leitura do livro, será que fizeram? Pois a eles cabe o papel de contextualizar a obra, falar sobre a linguagem, o tema e o estilo do autor, enfim, preparar os alunos para entrar no universo literário proposto. Se a onda pega, todos os livros de arte serão retirados das escolas públicas.

Houve a reflexão e visão claras do Blog de Letrinhas:

[...] o que queremos que nossos jovens leiam? E respondi para mim mesma: queremos que eles leiam. Uma leitura chama a outra e o mais importante é que eles criem o gosto pela leitura. Outra coisa: "que tal" os professores de ensino médio serem preparados para trabalhar diferentes tipos de literatura com os estudantes? Por fim, se eu fosse uma das adolescentes dessas escolas, agora mesmo é que ia dar um jeito de ler o livro. Ah se ia! (SOBRE..., 2009.)

Só há provavelmente desenvolvimento sólido – maturidade e intelecto – na reflexão e no registro do real, longe disso uma disposição absolutamente refratária a tudo o que se assemelhe à vida real. Tudo o que visa atenuar a verdade, as asperidades do real, tem como consequência infalível o descrédito da capacidade de entendimento dos indivíduos e produção ou reprodução de um nanismo crítico e emocional, gerando dependência.



Na introdução deixamos uma pergunta no ar: “*para onde vão os livros recolhidos?*”. Uma questão que gostaria que todo leitor se fizesse ao encontrar com expressões afirmativas como “*todos os livros serão recolhidos?*”. Pra onde? Nunca aparece este complemento de lugar. Em Santa Catarina, interessante, encontrei o livro do Tezza com o timbre do governo estado, com farta disponibilidade, em sebos da região de Criciúma, por apenas R\$ 4,00. Um exemplar exhibe sua concretude defronte a mim.

3.2.3 Rio de Janeiro

Não podendo ficar de fora, em 10 de junho, a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro anuncia que vai recolher livro didático com figura imprópria para crianças.

Em O Globo⁶⁴:



Gravura de Theodore de Bry (1527-1598) feita por volta de 1540, baseada em descrições e ilustrações de Viagem ao Brasil de Hans Staden (1525-1579)

O livro didático de história da Coleção Projeto Pitangüá, da editora Moderna, será recolhido da rede municipal de ensino do Rio por ter uma gravura do pintor francês Theodor de Bry considerada inapropriada para os alunos do 4º ano do ensino fundamental. A figura feita em 1540 mostra um empalamento (ritual de tribos indígenas do século XVI, em que povos tupis executavam seus adversários e introduziam uma estaca pelo ânus que atravessava os órgãos até chegar à boca). Segundo a Secretaria Municipal de Educação (SME), o Ministério da Educação (MEC) já foi notificado sobre o caso.

- É inaceitável que falhas como essa ocorram. Consideramos esse tipo de imagem inadequada para alunos do 4º Ano e já estamos recolhendo os exemplares desse livro. Precisamos proteger os alunos e todo cuidado é pouco - afirmou a secretária municipal de Educação, Claudia Costin, ressaltando ainda que os pais podem devolver o livro às escolas.

De acordo com a assessoria de comunicação do MEC, o órgão respeita a decisão da secretária Claudia Costin, mas não vê nenhum problema na gravura, já que a mesma está exposta na

Biblioteca Mario de Andrade em São Paulo.

A Editora Moderna informou, em nota, que todas as ilustrações da edição 2005 do livro Pitangüá - História 3 são reproduções de pinturas ou gravuras históricas presentes em museus, bibliotecas e acervos públicos cuja visita faz parte do currículo extracurricular dos estudantes dessa faixa etária. Por se tratarem de material histórico, inserido num livro de estudo de História, as ilustrações devem ser analisadas dentro de seu contexto de época e de cultura.

3.2.3.1 Escólio

Uma vista rápida, objetiva, nos livros de História para o ensino fundamental faz prever que para "*proteger os alunos*" do Brasil não escapa um, "todos" serão recolhidos (lembrem Peirrat, se formos procurar o que uns entendem como "politicamente certo" não escapa um de nossos clássicos), afinal, de que servem as ilustrações de Staden, de Bry, Post, Debret e outros se não ***mostrar o Brasil ao Brasil e ilustrar livros pedagógicos de história?***

⁶⁴ GOMES, Rodrigo. Secretaria vai recolher no Rio livro didático com figura imprópria para crianças. **O Globo**, Rio de Janeiro, 10 jun 2009. Educação. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/educacao/mat/2009/06/10/secretaria-vai-recolher-no-rio-livro-didatico-com-figura-impropria-para-criancas.htm>>. Acesso em: 1 set 2009.

Ao lado uma das ilustrações mais populares de Hans Staden⁶⁵, onde as “*três ou quatro moças, bem moças e bem gentis*” fazem um assado enquanto sorvem uns dedinhos, lambiscam um mocotó. Como entender o Manifesto Antropofágico (1922) de Oswald de Andrade e a arte moderna brasileira, sem essa visita aos primeiros dias do encontro de europeus e indígenas? Como nos entendermos?

É nitidamente uma censura fundada em um comportamento de negação da realidade, como eliminar um cigarro de uma foto de Mário Quintana ou Néelson Rodrigues, porque hoje fumar é objetável, se inscreve, portanto, numa preocupação mais com o considerado “*politicamente correto*” do que com a proteção contra os efeitos “*nefastos da exposição à violência*”. Uma censura de caráter ideológico que atua como se se pudesse reescrever a história, apagá-la, ao invés de aprender com ela. Uma censura provocada por pais⁶⁶ que se viram frente a material polêmico e que “reagiram” a êle sem entendê-lo e abraçada e executada pelo Estado, que foge duplamente dos fatos: não cumpre seu dever ao responder pela educação, não informa, nem educa, nem instruí e não defende a memória nacional.

Não fosse o açodamento, não falaria impropriedades como o “*empalamento*”, forma moura-européia de martírio, não praticada pelos indígenas brasileiros. Se fosse tentado um entendimento, se encontraria o fato de que se estava então em um momento de preparação do morto para o moquéim:

Então desfecha-lhe o matador um golpe na nuca, os miolos saltam e logo as mulheres tomam o corpo, puchando-o para o fogo; esfolam-no até ficar bem alvo e lhe enfiam um páozinho por detrás, para que nada lhes escape. (STADEN, 1930, p. 166).

Estes são os retratos de nossa história colonial, apagados estes, logo as gravuras retratando a escravidão serão retiradas dos livros didáticos, agressivas, violentas para brancos e depreciativas para negros — a escravidão se transformará num veraneio do criolêu nos

VIAGEM AO BRASIL



Assando um prisioneiro

⁶⁵ STADEN, Hans. Viagem ao Brasil. Rio de Janeiro: Academia Brasileira, 1930. Disponível em: <<http://purl.pt/151>>. Acesso em: 1 set 2009.

⁶⁶ SORRAB, Luisa. Livro didático infantil com imagem de tortura choca pais. **O Dia**, Rio de Janeiro, 10 jun. 2009. Educação. Disponível em: <http://odia.terra.com.br/porta/educacao/html/2009/6/livro_didatico_infantil_com_imagem_de_tortura_choca_pais_17155.html>. Na versão virtual, o protesto dos leitores é majoritário,

trópicos.



Fotograma



Fotograma corrigido.

Esta fuga da história (ilustração ao lado) ou reescritura da história, não é privilégio nosso, veja-se o caso *Noite e Neblina* (1955), filme de Alain Resnais: “un gendarme français qui figurait sur une photo du camp de Pithiviers est gommé” (Drillon, 2009)⁶⁷. A foto apresenta um policial francês controlando um campo de prisioneiros na França ocupada durante a Segunda Guerra Mundial. Ainda em suas palavras: “La censure et l'autocensure a posteriori sont des manières de récrire l'histoire. Du révisionnisme.”

Ainda sobre esta questão, a manifestação registrada pela bibliotecária Judith Krug (1995):

Você não sabe como você chegou ao ponto onde você está hoje a menos que você saiba de onde você veio. E se você não sabe de onde veio ontem para chegar onde você está hoje, você nunca vai saber como avançar para o amanhã.

Como é impossível fugir ao político evidente, é hora de lembrar que Claudia Costin (PSDB), não é uma profissional da área da Educação, administradora, no governo Fernando Henrique Cardoso foi Ministra da Administração Federal e Reforma do Estado, nome dado pelos intelectuais universitários, acadêmicos governistas da época, para a reengenharia do serviço público ou redução de pessoal na máquina pública ou demissão estimulada de funcionários públicos. O que representa, até o momento, uma ocorrência de três casos destes incidentes com o PSDB no exercício da administração pública e tomando uma decisão de censura. E aí vem o Paraná e ele de novo.⁶⁸

3.2.4 Paraná

Premido pela geografia e pelo tempo, o Paraná entra na onda, mas com a propriedade de usar a palavra justa: **censura**. Em 17 de junho, em matéria longa e bem documentada, lê-se

lembram a ditadura, a violência do cotidiano, a escravidão, o papel da escola. Acesso em: 1 set 2009.

⁶⁷ O texto de Drillon é muito ilustrativo para estas questões da revisão histórica, recomendo sua leitura.

⁶⁸ Importante observar que não é o autor que identifica os partidos, eles fazem parte do registro jornalístico, na maior parte dos casos.

no jornal *Gazeta do Povo*⁶⁹:

Censura a livros chega ao Paraná

Vereador de União da Vitória considera textos pornográficos, recolhe obras da biblioteca de uma escola e entra com ação pedindo que sejam retiradas de todas as outras

A onda de caça a obras literárias disponíveis em bibliotecas escolares chegou ao Paraná. O vereador Jair Brugnago (PSDB), de União da Vitória, na Região Sul do estado, retirou das prateleiras da biblioteca da Escola Estadual São Cristóvão, onde é diretor, duas obras literárias indicadas para alunos de ensino médio. Após considerar o conteúdo dos livros inadequado, Brugnago entrou com ação no Ministério Público do município para pedir que todos os exemplares de *Amor à Brasileira* – que reúne vários contos, dentre eles um de Dalton Trevisan – e *Um Contrato com Deus* – e *Outras Histórias de Cortiço*, do escritor americano Will Eisner, sejam retiradas de todas as escolas da cidade. A retirada dos livros é criticada por especialistas. (SIMAS; DUARTE, 2009).

As articulistas lembram o que já se conhece e se repete a cada ato: as obras enviadas pelo Ministério da Educação, por meio do Programa Nacional das Bibliotecas Escolares (PNBE), às escolas públicas de todo país; a lista selecionada, analisada e aprovada por uma comissão de professores universitários especialistas selecionados pelo MEC. E situam o fato, a ação do vereador ocorreu após casos semelhantes em São Paulo e Santa Catarina. Recordam Eisner, sua importância para os quadrinhos e a cultura popular, um pouco de sua história e o cenário de, mais uma vez, *Um Contrato com Deus*, questionado em São Paulo por alguns educadores por conter cenas de violência, sexo, estupro e pedofilia. Continuam:

Amor à Brasileira é uma coletânea de contos organizada por Caio Porfírio Carneiro e Guido Fidélis. Um dos contos questionados pelo vereador Brugnago é de autoria de Rodolfo Konder, jornalista que conquistou o Prêmio Jabuti, em 2004. O erotismo presente no conto traz termos classificados pelo vereador como “pouca vergonha”. Segundo o vereador, as obras não são adequadas para os adolescentes. Ele *resolveu lê-las depois que percebeu que os estudantes da escola estavam emprestando o livro com muita frequência*. Retirou então os exemplares da biblioteca e agora eles estão com a promotoria de Justiça para serem analisados.

“Esses livros não condizem com a realidade da educação. Os termos neles são vulgarizados e tem até trechos de pedofilia. Acho inadmissível gastar dinheiro público para colocar pornografia nas escolas públicas”, diz.

Como vereador, ele pediu que *os responsáveis pela biblioteca municipal* não emprestassem as obras para estudantes, somente para os universitários. “Não ia querer que um filho meu lesse isso. Os pais da escola e da cidade concordam comigo”, comenta. A secretária de educação de União da Vitória e esposa do vereador, Marli Brugnago, diz que como educadora não consegue permitir esse tipo de material dentro das bibliotecas. “Os livros chegaram e foram direto para a biblioteca, só depois vimos. Se o MEC manda, a gente confia que é bom.”

⁶⁹ SIMAS, Anna, DUARTE, Tatiana. Censura a livros chega ao Paraná. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 17 jun. 2009. Ensino. Disponível em: <<http://portal.rpc.com.br/gazetadopovo/ensino/conteudo.phtml?tl=1&id=896993&tit=Censura-a-livros-chega-ao-paraná.php>>. Acesso em: 1 set 2009.

O presidente do Conselho Estadual de Educação, Romeu Gomes de Miranda, explica que não é permitido retirar obras da biblioteca dessa forma. Segundo ele, primeiro o vereador teria de entrar com ação no Ministério Público e as obras só seriam recolhidas se a Justiça permitisse. *“O MEC tem uma comissão de alto nível. Nenhum vereador tem o poder de retirar os livros das escolas. Isso é censura”*.

O diretor da LGE Editora, Antonio Carlos Navarro, responsável pela comercialização do livro *Amor à Brasileira*, ressalta que há um processo muito rígido na escolha dos títulos que vão integrar o Programa Nacional das Bibliotecas Escolares. *“Sempre há uma intenção, um objetivo pedagógico e cultural dos profissionais que escolhem os livros. Esse livro é uma coletânea de contos, com autores renomados. O livro em si não tem nada demais”*, diz. A Editora Devir, que comercializa o livro *Um Contrato com Deus*, foi procurada pela reportagem, mas não retornou até o fechamento desta edição.

Em defesa da literatura

Para a doutora especialista em leitura Marta Morais da Costa, professora da pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Paraná (UFPR), a literatura tem uma característica de descompromisso com a escola. *“Há uma incompatibilidade entre a proposta da literatura e de uma escola sistematizada e normativa. A escola foi convertida num espaço e recebeu a função de passar cultura escrita para as crianças, coisa que famílias e outras instituições sociais não fazem”*, diz. A professora ressalta que toda situação de censura leva a extremos. *“Começa devagarinho e logo vamos ter uma pseudo literatura pasteurizada nas escolas”*.

Professor de literatura há 12 anos, Marlus Geronasso ressalta que essa atitude é perversa. *“Teremos de censurar tudo, sobretudo a televisão e internet. Se uma equipe de profissionais resolveu adotar esses livros, houve critérios e o dinheiro público não pode ser desperdiçado. O professor tem de analisar a situação em sala de aula”*, diz. Geronasso lembra que em 1998 sofreu censura em uma escola particular com a obra *Juliano Pavolline*, de Cristóvão Tezza, o mesmo autor que teve livros recolhidos em Santa Catarina. *“É possível contornar a situação, conversando com pais e com a escola. Quem se aventura na escolha do livro tem de ter um propósito. É hipocrisia quem faz busca aos livros”*, diz.

A psicóloga e pesquisadora sobre aprendizagem e adolescência Gabriella Mello Sabag acredita que não há problema que o jovem tenha acesso ao conteúdo literário sobre sexo, desde que seja orientado pelos pais e professores. *“O adolescente vai ter contato com sexo de qualquer forma, então é melhor que os responsáveis o ajudem a pensar nas consequências e a refletir sobre o que lê e vê.”*

Na estante de 689 escolas

No Paraná, 689 escolas receberam – ou vão receber – os livros *Amor à Brasileira* e *Um Contrato com Deus*. Eles começaram a ser enviados pelo MEC no fim de abril e devem ficar nas estantes das bibliotecas destinadas aos alunos de ensino médio. A orientação dada pelo Ministério é que cabe às bibliotecárias cuidar do que é adequado a cada faixa etária, para que estudantes do ensino fundamental não tenham acesso às obras do ensino médio.

Na Escola Estadual Jayme Canet, em Curitiba, os livros já chegaram, mas ainda não estão nas estantes. Estão em processo de catalogação, assim como outras obras que a escola recebeu do MEC neste ano. A bibliotecária do colégio, Isabel Simões Klin, explica que eles ficam na biblioteca e todos os alunos podem pegar qualquer um deles. *“Geralmente o que eu faço é orientar os menores, da quinta e sexta séries, em quais estantes estão os livros indicados para eles”*, diz.

A bibliotecária conta que os professores não costumam ir à biblioteca ver as obras, mas que ficaram bastante entusiasmados com os novos livros que o MEC tem mandado, inclusive obras de vestibular que antes a escola não tinha. *“Eu vi o livro *Um Contrato com Deus* e fiquei chocada. Achei inadequado, inclusive por falar em suicídio. Ainda não sei como ele vai ficar aqui na escola.”*

Para a diretora da Escola Estadual Hasdrubal Bellegard, Francisleia Ishikiriyana, que está para receber o material, retirar os livros não é a forma correta de educar. *“Lutamos tanto pela democratização nas escolas e agora vamos proibir livros? Isso é contrariar tudo que acreditamos.”* A escola também possui uma bibliotecária

responsável pelo empréstimo de livros. Porém, Francisleia explica que nada vai para o local sem que os professores tenham visto e analisado. (SIMAS; DUARTE, 2009, *itálicos nossos*).

No dia seguinte, o mesmo jornal faz nova matéria sobre o assunto com o título “*Censura a livros causa polêmica entre juristas*”⁷⁰ onde registra que outra questão além do julgamento moral sobre a ação estava em discussão, já que entre promotores e advogados não havia um consenso sobre a legalidade da atitude do vereador Jair Brugnago (PSDB) de retirar os livros sem antes procurar a Justiça ou o Ministério da Educação. A divisão de opiniões sobre a legalidade da retirada dos livros e se este gesto caracterizaria ou não censura, caberia ao promotor da cidade que recebeu o ofício decidir.

A Folha de São Paulo⁷¹, na mesma data, reproduz a notícia do dia anterior acrescida de manifestação de José Jackiw, do Núcleo Regional de Educação de União da Vitória, que representa a Secretaria da Educação do Paraná, que criticou a medida adotada pelo vereador diretor de retirar os livros: “a atitude denota censura”. Segundo ele, na semana seguinte, deveria se reunir com o diretor para pedir explicações e perguntar por que o Núcleo Regional não foi consultado antes das medidas. O caso deve ser encaminhado à Secretaria de Educação do Estado.

No dia 19, é Foz do Iguaçu que manda recolher livros de bibliotecas.

O próprio Núcleo Regional de Educação (NRE) de Foz do Iguaçu determinou o recolhimento de três livros considerados inadequados. Os livros disponíveis nas 64 escolas da rede estadual de ensino de nove municípios do Oeste do estado permaneceriam em poder das diretorias até que houvesse uma orientação. Os títulos censurados são os mesmos de sempre, mais Amor à Brasileira, uma coletânea de contos. Enfim o lava mão:

Por respeitar a política de “gestão democrática” adotada pelos conselhos de educação de cada escola, a chefia do Departamento de Educação Básica da Secretaria de Estado da Educação adiantou que não fará nenhum tipo de censura aos livros e que a decisão de recolhê-los ou não cabe à direção de cada estabelecimento⁷².

⁷⁰ SIMAS, Anna. Censura a livros causa polêmica entre juristas. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 18 jun. 2009. Ensino. Disponível em: <<http://portal.rpc.com.br/gazetadopovo/ensino/conteudo.phtml?id=897273&tit=Censura-a-livros-causa-polêmica-entre-juristas.php>>. Acesso em: 1 set 2009.

⁷¹ RIBEIRO, Veridiana. Diretor de escola recolhe livros com palavrões. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18. 2009. Educação. Disponível em: <<http://tools.folha.com.br/print?site=emcimadahora&url=http%3A%2F>>. Acesso em: 1 set 2009.

⁷² WURMEISTER, Fabiula. Agora, é Foz do Iguaçu que manda recolher livros de bibliotecas. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 19 jun. 2009. Ensino. Disponível em: <<http://portal.rpc.com.br/gazetadopovo/ensino/conteudo.phtml?tl=1&id=897588&tit=Agora-e-Foz-do-Iguaçu-que-manda-recolher-livros-de-bibliotecas.php>>. Acesso

3.2.4.1 Escólio

Estava assim instucionalizada a censura no Estado, a baderna (cada um faz o que quer com a coisa pública) e a truculência; um caso de censura clássica, como lembra Pierrat (2009, p. 22), que lembra a ação da Frente Nacional (extrema direita francesa) na administração das prefeituras, nestas os bibliotecários não tinham liberdade de propor títulos e assistiram a “higienização” das bibliotecas dos títulos considerados malditos pelas hordes do Sr. Le Pen. Aqui independente da posição da Secretaria de Educação, sob a bandeira de uma eufemística “gestão democrática”, ficaram ao léu as bibliotecas, sujeitas ao arbítrio de quem quer que se intitulasse “autoridade”.

3.2.5 Bahia

É devagar que a Bahia pega a voga, mas com originalidade, musicalidade e rapidez. Leu-se muito até agora sobre abertura de sindicâncias, mas é lá que se vai apurar e resolver.

Em 01 de agosto, o jornal Tribuna da Bahia⁷³ publica matéria de Manuela Matos com o título: “Secretaria da Educação distribui revista didática com palavrão”. Nela conta que a Secretaria de Educação da Bahia distribuiu para professores da rede pública em fevereiro uma revista pedagógica com palavrão.

O material didático “Viva” foi lançado e distribuído durante a jornada pedagógica, em fevereiro de 2009. De acordo com a nota divulgada pela assessoria da Secretaria da Educação (SEC), percebido o erro, imediatamente ocultou-se o quadrinho com problema, por meio de um carimbo e continuou-se a fazer a sua distribuição entre os professores da rede, especialmente pela qualidade de seu conteúdo pedagógico.

em: 1 set 2009.

⁷³ MATOS, Manuela. da Educação distribui revista didática com palavrão. **Tribuna da Bahia**, Salvador, 1 ago. 2009. Educação, p.8. Disponível em: <<http://www.tribunadabahia.com.br/news.php?idAtual=18077.php>>. Acesso em: 1 set 2009.



Foi informado também, que o erro na publicação foi reconhecido pela prestadora de serviço, já afastada da equipe editorial da segunda edição da revista “Viva”. Foram confeccionados 55 mil exemplares, sendo 10 mil distribuídos sem correção. Contudo, a solução encontrada pelo Governo do Estado não agradou a Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia (APLB) que deseja o recolhimento dos exemplares. “É preciso procurar os responsáveis para punir quem tem culpa no cartório”, enfatizou Rui Oliveira, primeiro secretário da APLB. O diálogo do personagem Chico Bento contido na revista foi alterado do desenho original, publicado na página da internet do cartunista Maurício de Souza.



O instituto do criador da Turma da Mônica informou que recebeu um pedido de desculpas do Governo da Bahia.

No dia 3 de agosto, o governador Jaques Wagner decidiu afastar o Secretário Estadual de Educação, Adeum Sauer, que foi naquela noite informado de sua demissão⁷⁴. Na semana anterior, quando o erro tornou-se público, o ex-secretário disse que os professores eram "*inteligentes o suficiente*" para saber que houve um erro e que, por as revistas não terem os estudantes como público-alvo, o episódio não tinha "*consequência nenhuma*".

O governo atribuiu o erro a uma funcionária terceirizada, responsável pela diagramação da revista, que capturou a tira da internet, sem perceber o palavrão. O próprio Governador teria ligado para pedir desculpas a Maurício de Sousa, que aceitou o pedido.

Mauricio de Sousa escreveu assim em uma série de postagens no Twitter em 31 de

⁷⁴ APÓS livro com palavrão, secretário é afastado na bahia. **A Tarde**, Salvador, 04 ago. 2009. Disponível em: <<http://www.atarde.com.br/brasil/noticia.jsf?id=1201263>>. Acesso em: 1 set 2009.

julho⁷⁵:

Fui informado assim que a falha foi constatada, com pedidos de desculpas e informações sobre providências tomadas pelo governo.

Julguei a atitude respeitosa e entendi que foi uma falha humana. E como a revista não chegou às crianças, dei o caso por encerrado.

Vinte dias depois do Chico Bento baiano ganhar os jornais, uma professora de uma escola particular⁷⁶, mãe de uma menina de sete anos, foi demitida depois de aparecer em vídeos postados no site You Tube, dançando o pagode Todo Enfiado, da banda O Troco.

Nas imagens, feitas em junho, durante as férias, a professora de 28 anos é vista fazendo a coreografia erótica da música, no palco, ao lado da banda. Lírica de O Troco:

Tem mulher que usa "p"
 Tem mulher que usa "m"
 Tem mulher que usa "g"
 E a outra é "gg"
 A perigueti anda com um fio só
 Todo enfiado, todo enfiado, todo enfiado
 Ela chega no pagode
 Chamando atenção
 Com um tomara que caia
 E o celular na mão
 As mulheres do pacote
 Tá com o bichão no chão
 As mulheres do pacote
 Tão com o bichão no chão
 Mas essa mina tá com o fio só
 Todo enfiado, todo enfiado, todo enfiado (O TROCO, 2009)⁷⁷

3.2.5.1 *Escólio*

Hora em que o leitor se pergunta: o que tem em comum, uma professora dançarina, uma tira do Chico Bento e livros proibidos e censurados. A resposta pode ser simples, uma

⁷⁵ Mauricio de Sousa. Disponível em: <<http://twitter.com/mauriciodesousa>>.

⁷⁶ APÓS vídeo sensual, professora primária é demitida. **A Tarde**, Salvador, 27 ago. 2009. Disponível em: <<http://www.atarde.com.br/brasil/noticia.jsf?id=1217253>>. Acesso em: 1 set 2009.

⁷⁷ O TROCO. Todo enfiado. Disponível em: <<http://letras.terra.com.br/o-troco/1543652/>>. Acesso em: 1 set. 2009.

resposta bibliotecária, a de Judith Krug⁷⁸ (OPPENHEIM; SMITH, 2004, p.166): “*the responsibility of the library and the librarian is to be concerned about censorship “wherever it occurs”.*”

Uma outra resposta demonstra que:

1. no caso do Chico Bento, faltou bibliotecário na operação. Desde o princípio ocorreram equívocos, principalmente com a questão de direito autoral. O falso entendimento de que tudo que está na rede pode ser utilizado livremente gera onerosos equívocos, mas todos os produtos intelectuais e imagens estão sob o guarda chuva da Lei Direito Autoral. O simples ato de pedir autorização para publicação teria evitado todo erro.
2. O caso da dançarina, que teve sua vida privada publicizada na web, sem se considerar, este aspecto do que é público ou privado, mas lembrando que é um novo elemento que serve de motivo a atos de censura, aponta para a volubilidade dos costumes, dos julgamentos baseados em censura moral. E foi aqui que a julgaram. Pela idade a professora foi educada pela tv assistindo Xuxa e dançando as danças populares baianas como “na boquinha da garrafa”, “no sapatinho”, hoje o “rebolation” e a “bundinha maluca” e tantas outras que mudam a cada verão, todas com forte apelo erótico. Tudo isto é visto em casa pela tv, com o apoio financeiro de patrocinadores, sucesso dos apresentadores dos programas e lucro da emissora. Enfim, a emissora de tv que julgou e jogou as imagens da professora nas casas é a mesma que exhibe meninas impúberes fazendo as mesmas coreografias com beneplácito da sociedade. Não cabe procurar nenhum senso na censura.

As contradições são maiores se se observa que no capítulo da Constituição (1988) referente à Comunicação Social, art. 220, consta no parágrafo 2º que “*é vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística*”. Mas alerta que tem que guardar a observância do inciso X do art. 5, onde está expresso que “*são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas*”, ou seja, a proteção à intimidade e à vida privada. Contudo, não é

⁷⁸ Judith Krug (1940-2009), bibliotecária americana, diretora do Office for Intellectual Freedom da ALA (American Library Association) desde 1967, diretora executiva da Freedom to Read Foundation desde 1969, foi co-fundadora da Banned Books Week em 1982. Ocupou diversos cargos em bibliotecas de Chicago, foi bibliotecária de referência da John Crerar Library e catalogadora-chefe da Northwestern University Dental School Library. Antes de assumir suas funções na ALA, foi analista de pesquisas da Associação.

raro, na mídia, reportagens que criam fatos, onde se entra num terreno perigoso, propenso às distorções, que podem trazer prejuízos incalculáveis para as partes. Garapon (1996, 90), analisando a influência da mídia sobre a sociedade e o judiciário, observa que a mídia revela elementos e efetua um julgamento. Todos os fatos são pertinentes, se diabolizados, muito melhor. A própria notícia traz em si um pré-julgamento e sob isto, sob esta imagem, se efetuam os julgamentos.

3.2.6 Goiás

Em Goiás, pode-se usufruir da transparência dos agentes públicos, aqui tudo se inicia em uma Recomendação pública do Ministério Público Estadual⁷⁹:

O Ministério Público do Estado de Goiás, neste ato representado pelo Coordenador do Centro de Apoio da Infância, Juventude e Educação, e os integrantes do Núcleo de Apoio Técnico da Infância, Juventude e Educação, Promotores de Justiça abaixo assinados, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 129, incisos VI e IX da Constituição Federal de 1988, nos artigos 26 e 27, inciso IV da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), no artigo 201, § 5º, alínea “c” da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e no artigo 60, inciso II da Lei Complementar nº 25/98 (Lei Orgânica Estadual do Ministério Público de Goiás), e CONSIDERANDO que:

[...] De acordo com as informações recebidas no CAOINFÂNCIA, inúmeros municípios goianos estão passando pelos problemas acima mencionados, com professores, pais, alunos e comunidade perplexos com o conteúdo das obras citadas; Considerando, por fim, que o Estatuto da Criança e do Adolescente determina que cabe ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados às crianças e adolescentes, promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis; (artigo 201, VIII);

Resolve RECOMENDAR à Secretaria Estadual de Educação que:

I) A imediata criação e instalação de Câmara Técnica permanente, formada por profissionais da Educação, encarregada de analisar os aspectos formal e material das obras distribuídas às escolas estaduais pelo PNBE, bem como avaliar a sua compatibilidade com a faixa etária e programas pedagógicos, tendo atribuições para expedir notas técnicas sobre a inclusão ou exclusão de obras.

II) Em caráter preventivo, determine o recolhimento das obras aqui destacadas de todas as escolas estaduais do Estado de Goiás até a análise de seu conteúdo, pela referida Câmara Técnica, que ao final deverá concluir se o mesmo é plena e eticamente adequado para o pleno desenvolvimento das crianças e dos adolescentes, tendo em vista especialmente as lições e expressões citadas, observando-se, como parâmetro, os critérios de seleção estabelecidos pelo Ministério da Educação para o

⁷⁹ GOIÁS. Ministério Público. Centro de Apoio Operacional da Infância, Juventude e Educação. **Recomendação** de 25 de setembro de 2009. a Secretaria Estadual de Educação criação e instalação de Câmara Técnica de análise de obras literárias e que determine o recolhimento das obras indicadas do PNBE-MEC. Disponível em: <http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/8/docs/recomendacao_pnbe_-_mec_-_corrigida.pdf>. em: 2009.

PNBE. São os livros:

- Contos Antológicos, de Domingos Pellegrini, editora NovAlexandria.
- Os Meninos, de Domingos Pellegrini
- Aventuras Provisórias, de Cristovão Tezza, editora Record.
- Amor à Brasileira, organizado por Guido Fidelis e Caio Porfírio Carneiro, editora Traço.
- Um Contrato com Deus – e Outras Histórias de Cortiço, de Will Eisner, editora Brasiliense.
- O Nome do Jogo, Will Eisner, editora Devir.
- O Sonhador, Will Eisner, editora Devir.
- Dez na Área, Um na Banheira e Ninguém no Gol, vários, editora Via Lettera.

III) Oriente os diretores e coordenadores pedagógicos das unidades estaduais e municipais de ensino sobre o suposto conteúdo inadequado daqueles livros enviados pelo Ministério da Educação.

IV) Oriente os diretores e coordenadores pedagógicos das unidades estaduais de ensino que informem a Promotoria de Justiça da localidade em que funciona a unidade de ensino sobre toda listagem dos livros enviados pelo “Programa Nacional Biblioteca da Escola”.

As providências adotadas para cumprimento da presente Recomendação devem ser comunicadas ao Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude e Educação no prazo de 10 (dez) dias, observando-se, ainda, que o seu não atendimento implicará a tomada das medidas administrativas e judiciais cabíveis.

Cinco dias depois em O Popular, matéria de Carla Borges⁸⁰, apresenta os resultados da Recomendação do Ministério Público:

Educação manda recolher livros considerados ofensivos

A secretária estadual de Educação, Milca Severino Pereira, determinou ontem aos diretores de todas as cerca de 1,3 mil escolas da rede que recolham de suas bibliotecas os sete títulos de livros distribuídos pelo Ministério da Educação (MEC), por meio do Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE), cujo conteúdo foi considerado inadequado por pais, professores e Ministério Público (MP) estadual. A medida atende recomendação do coordenador do Centro de Apoio da Infância e da Juventude do MP, promotor Everaldo Sebastião de Sousa, que recebeu reclamações de mais de 80 pais de alunos.

A secretária também nomeou uma comissão, formada por três especialistas em literatura e língua portuguesa e um sociólogo, para analisar os livros e emitir um parecer. “Faremos uma leitura criteriosa, levando em conta que literatura é uma arte e precisamos estar atentos às circunstâncias em que estão inseridas as frases e ilustrações considerados inadequados”, explicou ao POPULAR a coordenadora de ensino fundamental da Secretaria Estadual de Educação (SEE) e da comissão recém-criada, Maria Luiza Batista Bretas Vasconcelos.

A coordenadora, que já foi analista de obras para o PNBE, se disse surpresa, tanto pela postura criteriosa do programa em outras seleções como pelo nível dos autores dos livros, como Cristovão Tezza, Domingos Pellegrini e Will Eisner. “Por tudo isso, só teremos uma posição definitiva depois de concluída essa análise”, ressaltou Maria Luiza. A orientação aos professores, especialmente os de literatura e língua portuguesa, é para que leiam as obras e conversem entre si, mas não as deixem à disposição dos alunos, por ora.

Coordenador de ensino especial da SEE e membro do Conselho Estadual de Educação (CEE), Sebastião Donizete Carvalho acredita que as obras criticadas podem ser objeto de bons debates orientados pelos professores em sala de aula. “Até

⁸⁰ BORGES, Carla. Educação manda recolher livros considerados ofensivos. **O Popular**, Goiânia, 01 out. 2009. Disponível em: <://www.opopular.com.br/anteriores/01out2009/home>. Acesso em: 23 out. 2009.

para ver a qualidade literária desses textos”, propõe. Donizete, no entanto, ressalta que qualquer iniciativa nesse sentido teria de ser precedida por uma avaliação criteriosa, até para atender ao que determina o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). “O estatuto diz que a criança é uma pessoa em desenvolvimento e que a sociedade tem de zelar por ela”, observa o conselheiro.

A polêmica teve início depois que pais de alunos procuraram promotores de justiça em diversas cidades do interior do Estado, indignados com o conteúdo de livros literários emprestados pelas bibliotecas escolares, que os filhos levaram para casa. Eles identificaram termos de baixo calão e material que poderia fazer apologia à pedofilia, como uma história que mostra uma criança cobrando para deixar um adulto vê-la sem roupa. São retratados ainda episódios de estupro e violência doméstica. Em São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul as obras também causaram polêmica e ações do MP.

O assunto será tratado em reunião do Conselho Estadual de Educação amanhã. “Uma obra literária, em tese, não pode ser censurada. Mas uma coisa é comprar o livro e outra tê-lo no lugar que é para formar cidadãos para o pleno desenvolvimento”, alerta. O professor Gismair Martins Teixeira, que dá aulas de literatura para estudantes do ensino médio na rede estadual, tem o mesmo cuidado ao tratar do tema. “Por mais que intelectuais aleguem seus direitos, os pais também têm direito a escolher o que querem que os filhos vejam e leiam”, pondera. Ele também acredita que o contato com a literatura deve ser um contraponto à realidade de meninos carentes. “Eles já estão saturados de termos chulos no cotidiano e pela mídia”, disse.”

O Ministério Público goiano, antes de dar sua recomendação, reconhece que:

Os recursos para a produção e aquisição dessas obras são disponibilizados pelo FNDE (dados referentes a quantitativo de obras distribuídas e montante de recursos poderão ser obtidos junto ao FNDE), cabendo à SEF a avaliação e seleção do material apresentado pelas editoras;

Essa iniciativa chega a beneficiar a quase totalidade do universo das instituições do ensino fundamental, rompe com a prática historicamente adotada de se fazer o atendimento por faixa de matrícula, o que tradicionalmente atendia as escolas com um número maior de alunos, em sua maior parte urbanas. Além disso, o fato dos educandos receberem para si um conjunto de obras, estendendo seu uso para o ambiente familiar e comunitário, amplia o espaço de sociabilidade em torno do livro;

O impacto sociocultural de tal ação é de grande relevância por contribuir para a diminuição das desigualdades de oportunidades de acesso a esse bem.

3.2.6.1 *Escólio*

Em Goiás, uma manifestação concisa e anterior ao evento do jurista Alaor Barbosa⁸¹ responde adequadamente ao quadro criado, quando grupos de pressão usam do sistema

⁸¹BARBOSA, Alaor. Censura literária no Brasil. Diário da Manhã, Goiânia, 25 ago. 2009. Opinião. Disponível em: <http://www.dm.com.br/materias/show/t/censura_literaria_no_brasil>. Acesso em 23 out. 2009.

jurídico para efetuar a censura:

A transferência da censura literária – prévia ou posterior – de livros da administração (Poder Executivo) para os juízes de Direito não legitima a censura. Censura é censura: um fato intolerável. Tanto faz se feita por um juiz de Direito ao processar uma ação quanto pelo Ministério da Justiça mediante ato administrativo. Aliás, se feita por juiz de Direito, torna-se, quanto ao aspecto filosófico-moral, ainda mais chocante e inaceitável, pois juiz de Direito possui, ou deve possuir, devido à sua formação intelectual e moral, intrínseco compromisso com a justiça e com a liberdade intelectual. Liberdade intelectual concebida não como direito natural, que direito natural não existe (todo direito é uma conquista histórica), mas como salvaguarda do espírito humano na História.

Numa demonstração de que o Ministério Público lê os jornais com o rigor necessário a quem cabe defender os inocentes e no exercício deste zelo, ordenou a apreensão dos livros “*Aventuras Provisórias*” (Cristovão Tezza) e “*Dez na Área, Um na Banheira e Ninguém no Gol*” (vários autores), que nem sequer foram distribuídos, nem pertencem à biblioteca do PNBE, ou seja uma determinação de apreensão premunitória.

3.2.7 Geografia nacional: Espírito Santo e Minas Gerais

O levantamento de casos se encerra aqui, mas é importante observar que não se encerrou o tsunami dos atos de censura, continuou. Aqui ficam uns poucos registros para finalizar.

Em 20 de outubro de 2009⁸², a Secretaria de Educação do município de Vila Velha, Espírito Santo, mandou recolher todos os exemplares de “O Nome do Jogo”, de Will Eisner, que haviam sido encaminhados às bibliotecas de 23 escolas da cidade pelo Ministério da Educação em 2006. “O beijo no asfalto”, de Nelson Rodrigues⁸³, também foi recolhido.

Em 06 de outubro de 2009⁸⁴, o uso do livro “Viver, aprender unificado”, do Projeto

⁸² MONTEIRO, André; MADUREIRA, Roberto. Escola de Vila Velha (ES) emprestava livro com sexo e palavrão; material foi recolhido. **Folha de São Paulo**, 22 out. 2009. Educação. Disponível em: <<http://tools.folha.com.br/print?site=emcimadahora&url=http%3A%2F%2Fwww1.folha.uol.com.br%2F>>. Acesso em: 22 out 2009.

⁸³ Lembraram-se dele, logo vão se lembrar de Jorge Amado, o escritor que escreve com os testículos.

⁸⁴ REZENDE, Cláudia. Educadores apoiam uso 'controlado' de palavrões. **Hoje em Dia**, Belo Horizonte, 6 out. 2009. Disponível em: <<http://www.hojeemdia.com.br/cmlink/hoje-em-dia/minas/educadores-apoiam-uso-controlado-de-palavroes-1.21137>>. Acesso em: 29/10/2009.

REZENDE, Cláudia. Palavrão na escola: MEC defende livro que pais rejeitam. **Hoje em Dia**, Belo Horizonte, 6 out. 2009. Disponível em: <<http://www.hojeemdia.com.br/cmlink/hoje-em-dia/minas/palavr-o-na-escola-mec-defende-livro-que-pais-rejeitam-1.21130>>. Acesso em: 29/10/2009.

de Aceleração da Aprendizagem pela rede pública estadual, foi criticado por pais de alunos - na faixa etária dos 15 anos, que estão nos 8º e 9º anos do Ensino Fundamental - por conter palavrões. A Federação de Pais de Alunos das Escolas Públicas de Minas Gerais (Fapaemg), contudo, desistiu de tentar retirar o livro de circulação ainda neste ano, mas enviou ofício ao governador pedindo que ele não seja usado no ano que vem. Mas, tanto a Secretaria de Estado da Educação quanto o Ministério da Educação referendam o capítulo do livro "*Capão Pecado*", de Ferréz, que está na obra e contém palavras consideradas de baixo calão como "*filho da p.*" e "*tomar no c.*". O autor chama a atitude dos pais de uma "*caça às bruxas*". A assessoria do MEC afirmou que o Ministério considera que esse tipo de contestação faz parte de uma onda conservadora que não faz sentido e que vem sendo combatida há muitos anos. Mas a federação de pais solicita, no ofício ao Governo, que, até o final do ano, o texto criticado seja trabalhado dentro de uma ação pedagógica, destacando o caráter literário da obra. O presidente da Fapaemg, Mário de Assis, diz que se não houver retorno, a entidade vai acionar o Ministério Público e as comissões de Educação e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa e informou que tem uma estimativa em mãos de que cerca de 70% das pessoas são contra o emprego de livros com expressões chulas em sala de aula.

Já a Secretaria de Estado da Educação informou que o livro foi avaliado e aprovado pela comissão pedagógica da instituição e que não irá retirar a obra do Projeto Aceleração da Aprendizagem. Neste ano, foram distribuídos 15 mil exemplares.

De acordo com o MEC, o livro "*Capão Pecado*" foi aprovado pelo Ministério para o Programa Nacional de Bibliotecas (PNBE) em 2006 por entender que a obra tem qualidade. O MEC entende que palavras de baixo calão fazem parte da Língua Portuguesa e espera que professores e bibliotecários que possam mediar o contato entre textos e estudantes. O Ministério não irá rever as obras que foram aprovadas para o programa, há inclusive outros livros aprovados que também estão sendo contestados, sendo o principal "*Um contrato com Deus e outras histórias de cortiço*", de Will Eisner, também usado na rede pública de Minas.

A Associação de Professores Públicos de Minas Gerais defende a obra nas salas de aula sob o argumento de que ela é usada para explicar aos jovens as diferentes formas de linguagem da sociedade. O livro trata das várias formas de comunicação, que podem ser desde as mais eruditas e cultas até as mais corriqueiras e os palavrões estão dentro do contexto de ensinar aos jovens os modelos de linguagem. Acredita que isso escandaliza muito pouco as pessoas, pois todos os

jovens com mais de 15 anos já ouviram as expressões citadas no texto.

3.2.6.1 *Escólio*

Em ambos os casos, pais ou grupos de pais manifestam seu escândalo. No Espírito Santo, recolheram-se os livros e mandaram-se às favas qualquer escrúpulo ou projeto de ensino. Em Minas, o momento único e de resistência, é o caso singular em que os professores, manifestam-se conscientes de seu trabalho e o defendem contra o obscurantismo representado por uma associação de pais. A Secretaria de Educação não cedeu e seguiu com seu projeto de trabalho.⁸⁵

Esta é uma demonstração concreta da futilidade e arbitrariedade dos atos de censura cometidos por outros governos estaduais, alguns do mesmo partido político, com respaldo dos professores em alguns e o silêncio de muitos em outros.

3.3 O HORROR! O HORROR!

Em O Dia, 27 de outubro de 2009⁸⁶, o Rio volta ao noticiário, agora por causa de um livro sobre lendas da Umbanda. As aulas de Literatura Brasileira sobre o livro Lendas de Exu, de Adilson Martins, se transformaram em batalha religiosa, travada dentro de uma escola pública. A professora Maria Cristina Marques, 48 anos, conta que foi proibida de dar aulas

⁸⁵ Em 26 de março de 2010, após usar o livro “*Linguagem - Práticas de Leitura e Escrita*”, que contem um trecho do livro ‘*Capão Pecado*’ e foi lido por adolescentes entre 13 e 16 anos, uma professora da Escola Estadual Godofredo Filho, em Feira de Santana (BA), foi afastada pela Diretoria Regional de Educação. É o mesmo livro aqui visto em uso em Minas Gerais, cinco meses antes. O caso foi notícia na rede Globo local, no jornal Correio, entre outros jornais baianos e na Folha de São Paulo. (Professora é afastada depois de usar livro com texto erótico em sala. **Correio**, Salvador, 27 mar 2010. Disponível em: <<http://correio24horas.globo.com/noticias/noticia.asp?codigo=54468&mdl=50>>. Acesso em 27 mar 2010.)

O livro de Anna Christina Bentes é editado pela Global Editora, que atua desde 1973. Começou publicando livros de referência do pensamento socialista e os “malditos” Plínio Marcos e Adelaide Carraro, entre outros autores novos que não encontravam espaço. Constam de seu catálogo nomes como os de Cora Coralina, Ignácio de Loyola Brandão, Ferreira Gullar, Edla van Steen, Sábato Magaldi, Marcos Rey e Mario Quintana.

A Global é empresa brasileira, não ligada aos grupos de mídia ou grupos editores e financeiros internacionais.
⁸⁶ ALBUQUERQUE, Ricardo. Livro sobre Exu causa guerra santa em escola municipal. **O Dia**, Rio de Janeiro, 27 out. 2009. Segundo Caderno, p. 1.



Presidente da Comissão de Combate à Intolerância Religiosa, Ivanir dos Santos, ao lado a prof. Maria Cristina mostra desenhos feitos por alunos após a leitura: mães evangélicas se rebelaram. A foto ocupa meia página na edição. (Foto: Paulo Alvadia / Agência O Dia)

após usar a obra, recomendada pelo Ministério da Educação (MEC). Ela entrou com notícia-crime no Ministério Público, por se sentir vítima de intolerância religiosa. Maria é umbandista e a diretora da escola, evangélica.

A professora confirmou que voltou a lecionar. "Voltei, mas fui proibida até por mães de alunos, que são evangélicas, de dar aula sobre a África. Algumas disseram que estava usando a religião para fazer magia negra e comercializar os órgãos das crianças. Me acusaram de fazer apologia do diabo!".

O livro *Lendas de Exu*, da Editora Pallas, traz informações sobre uma das principais divindades da cultura afro-brasileira. O autor, Adilson Martins, remete ao folclórico Saci Pererê para explicar as traquinagens e armações de Exu. Na introdução, diz que ele é "*um herói como tantos outros que você conhece*".

"Se houver preconceito de religião, acredito que deva ser aplicado todo o rigor da lei", afirmou o coordenador de Direitos Humanos do Ministério Público (MP), Marcos Kac. O crime de intolerância religiosa prevê reclusão de até 5 anos. Em caso de injúria, a pena varia de 3 meses a 2 anos de prisão. O MP poderá entrar com ação pública penal se comprovar a intolerância religiosa." O presidente da Comissão de Combate à Intolerância Religiosa, Ivanir dos Santos garantiu que outros autores de livros, como Jorge Amado e Machado de Assis, sofrem discriminação nas escolas: "as ideias neopentecostais vêm crescendo muito, desrespeitando a lei". (ALBUQUERQUE, 2009)

3.3.1 Escólio

Aqui a censura se põe toda nua ante nós, exhibe toda sua razão cínica. Como se apresentou, para Conrad, o imperialismo na abertura do século XX nos altos do Congo, no

coração da África. Não há mais o discurso de defesa dos jovens impúberes, das falsas questões morais, da sexualidade perversa, do vocabulário chulo, dos bons costumes, da salvaguarda da instituição familiar, acabam-se as tergiversações. Há sim o discurso seco da discriminação religiosa, da indisfarçada segregação racial, a verbalização e concreção de preconceitos. Também coube aqui, com inteligência editorial, a antítese à voz do ódio racial e à extrema direita que prospera nos discursos raciais e fundamentalistas: leia, leitor, esta foto, imagine-a ocupando meia página de um tablóide, como diria Machado, Mário, Freyre e Nelson, saboreie as contradições que a habitam e que constituem nossa riqueza. Leia com atenção.

Em conversa, o Babalaô Ivanir dos Santos⁸⁷ informou que, para começar, era necessário uma correção: ele não era o presidente, ele é o porta-voz da Comissão de Combate à Intolerância Religiosa (CCIR), composta por instituições do movimento social, o MP, o TJRJ, a Polícia Civil do Rio de Janeiro, a Federação Israelita, a Sociedade Muçulmana, Pastorais católicas e presbiterianos. Ali todas as instituições têm o mesmo peso.

A CCIR já há muito tempo vinha recebendo informações sobre uma neoinquisição que tem atingido escolas, professores, diretores e profissionais de ensino, com a proibição de livros e autores. Memórias Póstumas de Brás Cubas, por exemplo, tem sido demonizado por professores. Jorge Amado e Zélia Gatai figuram entre autores do capeta. No Rio de Janeiro, continuou Ivanir, a situação é ainda mais dramática. Por oito anos o governo do estado implementou e fomentou uma política de ocupação de espaços de poder por neopentecostais. O ensino religioso confessional é Lei estadual.

Ocorreu que poucos foram os profissionais que se propuseram a levar a denúncia até o fim. O caso da professora Maria Cristina (do Jornal O Dia) foi apenas mais um. Mas foi o primeiro em que o professor não teve medo de aparecer, encerrou o Babalaô.

⁸⁷ Nesta oportunidade, indicou para exame os Questionários da Libertação, onde constam outros autores proscritos, além dos acima relatados: Nostradamus, Paulo Coelho, Lair Ribeiro, Carmem Ballesteros, Shirley MacLaine, Paiva Netto, Allan Kardec, Anthony Robert, Roberto Shiniashik, Jim Room, Marx, Lenin, Moisés, J. K. Rowling (Harry Potter) e Darwin. Pelo conjunto de autores citados, já se pode concluir que não há uma razão uniforme, existem, contudo, conjuntos de razões identificáveis e que conformam anatemas: a cultura de matriz africana, o judaísmo, a bruxaria, a fantasia, cultos alternativos, a pregação do sucesso financeiro, o agnosticismo e a sexualidade dissoluta, entre outros. Marx, por exemplo, é condenável não porque efetua uma crítica ao sistema capitalista, mas porque prega o comunismo e este é contra a religião. E é claro por ter dito que a religião é o ópio do povo.

3.4 LEITURAS

Assim como foi registrada a manifestação do cineasta e escritor Julio Furtado, outros artigos de intelectuais foram sensíveis à importância deste momento, registram-se dois, o segundo particularmente importante. O foco é diverso, violentamente contrário à censura um, expondo as cicatrizes de quem já viveu esta experiência e, refletindo sobre os quadrinhos, o outro.

3.4.1 Marcelo Rubens Paiva

Essa censura que não acaba

Desculpe a expressão, mas não consigo encontrar outra definição: censura é uma merda. A polêmica em torno dos livros didáticos recolhidos recentemente indica uma falha de caráter, de que não nos livramos.

Censurar implica que um grupo que tem o poder de escolha decide o que outros podem ler. Tal decisão subjetiva esboça que sabemos o que é melhor e pior, o que é certo e errado, seguindo nossa visão de mundo e crenças, sem nenhum dado científico. Afinal, há provas de que um palavrão na infância torna o indivíduo menos capacitado?

Aqueles que deliciaram na infância com os poucos palavrões de MEU PÉ DE LARANJA LIMA se tornaram seres com problemas? E os que leram FELIZ ANO VELHO na pré-adolescência, livro que narra as primeiras experiências sexuais e com maconha de um universitário, que abusa de gírias e expressões coloquiais, tiveram o futuro estragado?



Livros com palavrões para crianças podem ou não? Merda é palavrão? Coco pode? Soltar pum, xixi, meleca, caca? Bem, recolheram MANOEL DE BARROS, por conter o palavrão "boceta" em 1 poema. O poema é ruim? A palavra é gratuita?

A Secretaria da Educação de Santa Catarina recolheu o livro AVENTURAS PROVISÓRIAS, do premiado escritor Cristóvão Tezza, distribuído para o ensino médio da rede estadual, que possui um trecho considerado... "erótico".

"A tua grande fraqueza - me disse Mara na cama, a primeira vez, quando eu broxei vergonhosamente mesmo depois de baixar a calcinha dela com os dentes e chupá-la como um pêssego maduro, na boca um gostinho de sal molhado- é que teu orgulho te castra".

O livro também possui expressões como "porra", "me fodendo a troco de bosta" e "caralho". Realmente, Tezza

não o escreveu para ser lido por crianças. Mas elas nunca ouviram ou leram isso? CENSUREM! Ou troquemos “foder” por “fazer amor”, “boceta” por “bo-bo-leta”, “perseguida”, “vagina”, “pau” por “pipi”, “pênis”, “varinha”?

Em SP, a Secretaria Estadual da Educação fez um pente-fino nas 818 obras escolhidas para o projeto Ler e Escrever. Recolheu 5, depois de se revelar que havia palavrões e piadas machistas num livro de HQ sobre futebol.



Outro recolhido, POESIA DO DIA - POETAS DE HOJE PARA LEITORES DE AGORA, tem a poesia com jogo de palavras como "nunca ame ninguém, estupre". Mais três tinham o que classificam como inadequação etária: O TRISTE FIM DO MENINO OSTRAL E OUTRAS HISTÓRIAS; "MEMÓRIAS INVENTADAS - A INFÂNCIA e MANUAL DE DESCULPAS ESFARRAPADAS: CASOS DE HUMOR.

Uma verdadeira caça às bruxas se instalou. Procuram-se culpados. Acusam profissionais de estarem aliados a essa ou aquela editora. É um mercado, o do livro didático, que envolve bilhões. O Estado é o maior comprador de livros e sustenta um negócio de pouca demanda. Houve já favorecimento, deve haver corrupção, há interesses envolvidos, grupos de comunicação, como GLOBO e ABRIL, participam de licitações.

No entanto, não se pode confundir licença poética com caixa 2.

A não ser que queiram censurar Machado de Assis, por denegrir a imagem de um deficiente em MEMÓRIAS PÓSTUMAS, já que o narrador desdenha a beleza de uma garota bela, mas “coxa”. Ou incentiva a violência ao afirmar no prefácio que daria um “piparote” na cabeça do leitor.

Kafka deve ser censurado, por não dar esperanças aos homens e duvidar da eficiência do sistema jurídico em O PROCESSO?

Dostoiévski deve ser banido, por banalizar a violência e sugerir a impunidade em CRIME E CASTIGO?

Shakespeare, aquele inglês que só pensa em vingança e derramamento de sangue, abusa de diversas piadas com palavras chulas sobre o desempenho sexual de reis e rainhas, usa o sadismo e a escatologia (como marinheiro que defeca “trínculos”, em A TEMPESTADE), é outro que deve ser censurado?

E Mário de Andrade, vesgo e com fama de homossexual, que exalta o caráter preguiçoso do índio brasileiro?

Hemingway, aquele bêbado, não tem coração com os animais, ao exaltar as touradas.

Cervantes deve ser banido, pois louva as humilhações que um servo sofre e expõe as loucuras irresponsáveis de um cavaleiro que decide fazer justiça com as próprias lanças.

A mitologia grega deve ser banida, pela quantidade de casos de infidelidade, a maioria delas praticadas por Zeus, quem tem relações incestuosas e chega a ser pai do próprio neto (Dionísio).

Nelson Rodrigues deve ser rasgado do mapa. Queimem as obras de Henry Miller que poluem as bibliotecas escolares!

Talvez a própria BÍBLIA deva sofrer restrições, já que aponta, apesar da lição de moral, casos de abuso de poder, envolvimento com prostitutas e violência gratuita.

Quem garante que o melhor para uns é o melhor para todos? É, censura é uma merda. Não é o caso de puxar a descarga e se livrar dela de uma vez por todas?

Aliás, “merda” pode? (PAIVA, 2009, ilustrações do artigo)



3.4.2 Paulo Ramos e Waldomiro Vergueiro

O óbvio: quadrinhos não são só para crianças

Por trás dessa questão, parece estar um olhar ainda estreito sobre as histórias em quadrinhos, herdado das décadas de 1940 e 1950.

Reportagem desta Folha publicada na última terça-feira (dia 19) revelou que uma obra em quadrinhos com palavões e conotação sexual seria distribuída pelo governo paulista a alunos do terceiro ano do ensino fundamental. Em nota, a administração estadual reconheceu a falha e mandou recolher os 1.216 exemplares adquiridos.

O governador José Serra prometeu punição aos responsáveis e instaurou uma sindicância. Em entrevista ao telejornal "SPTV - 1ª Edição", da TV Globo, classificou o livro em quadrinhos como um "horror", obra de "muito mau gosto".

É preciso olhar criticamente esse noticiário, pois corre o risco de haver generalizações e reprodução de discursos antigos a respeito das histórias em quadrinhos. É o caso da associação delas somente às crianças.

A obra em pauta - "Dez na Área, Um na Banheira e Ninguém no Gol" - não é direcionada ao público infantil. O álbum foi pensado para o leitor adulto, como confirmam o organizador da publicação, o ilustrador Orlando Pedroso, e outros desenhistas do livro.

O governo de São Paulo acerta ao não distribuir a obra a estudantes de nove anos. Nessa idade, o aluno não está preparado para uma leitura nesses moldes. Seria um desserviço pedagógico. Mas parece estar por trás dessa questão um olhar ainda estreito sobre as histórias em quadrinhos, herdado das décadas de 1940 e 1950.

Tal olhar ainda está presente também em parte da imprensa. Reportagem sobre o assunto, exibida na edição noturna do "SPTV", começava com a frase "as histórias são em quadrinhos, mas o conteúdo não tem nada de infantil". É um discurso que enxerga a linguagem como feita exclusivamente para crianças. É claro que o conteúdo não é infantil: a obra foi direcionada ao leitor adulto. A falha, assumida pelo governo do Estado, foi direcioná-la ao ensino fundamental.

Os quadrinhos, assim como a literatura, o teatro e o cinema, possuem uma diversidade de gêneros. Um deles é o infantil, do qual faz parte a Turma da Mônica, de Mauricio de Sousa. Mas há muitas outras produções, direcionadas a diferentes leitores. Inclusive aos adultos, como provam muitas livrarias e as tiras publicadas neste jornal.

O mesmo discurso tende a ver os quadrinhos de forma infantilizada ou não séria. Essa generalização evidencia desconhecimento sobre as histórias em quadrinhos e sua produção e afastou das escolas, por décadas, essa forma de leitura.

Os primeiros passos para a inclusão "oficial" dos quadrinhos no ensino ocorreram no fim do século passado com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e, pouco depois, nos PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais), ainda no governo Fernando Henrique Cardoso, quando o atual secretário estadual da Educação, Paulo Renato Souza, era ministro da Educação e do Desporto. Os parâmetros traziam orientações para as práticas pedagógicas dos ensinos fundamental e médio.

Outra medida que levou as obras em quadrinhos às escolas ocorreu na gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A partir de 2006, publicações em quadrinhos foram incluídas na lista do PNBE (Programa Nacional Biblioteca da Escola), que distribui livros para escolas de todo o país. A prática foi repetida nos anos seguintes e também no edital deste ano.

Em 2008, a pesquisa "Retratos da Leitura no Brasil", do Instituto Pró-Livro, revelou que as histórias em quadrinhos encontram forte eco entre os brasileiros. É o gênero mais lido entre os homens e o sétimo mais listado pelas mulheres. Especificamente entre estudantes até a quarta série, os quadrinhos são o terceiro item mais mencionado (36%).

São corretas as iniciativas de levar histórias em quadrinhos à sala de aula e ao roteiro de leitura dos estudantes. No entanto, há dois cuidados que deveriam ser

óbvios, mas que o noticiário recente revelou que não são. O primeiro é haver uma seleção do material, de modo a separar as obras de melhor qualidade e destiná-las a seu público ideal. "Dez na Área, Um na Banheira e Ninguém no Gol" tem qualidade. Mas não é destinada ao leitor juvenil.

O segundo cuidado é o de não associar as histórias em quadrinhos somente ao público infantil. Do contrário, corre-se o risco de repetir a falha agora vista e de generalizar discursos adormecidos, que são despertados em situações-limite como essa.

PAULO RAMOS, 37, é jornalista e professor adjunto do curso de letras da Unifesp (Universidade Federal do Estado de São Paulo). É autor de "A Leitura dos Quadrinhos".

WALDOMIRO VERGUEIRO, 52, é professor titular da Escola de Comunicações e Artes da USP e coordenador do Observatório das Histórias em Quadrinhos, da mesma universidade. É organizador do livro "Como Usar as Histórias em Quadrinhos na Sala de Aula".

3.5 Palavra do leitor

É uma obra de fácil interpretação, por ser narrada em quadrinhos, estimula o leitor a ler até o fim. Dessa forma ensina-lhe apreciar não somente a leitura, como a interpretação de imagens, dando assim uma característica de lazer e entretenimento. O poder de transformação que a leitura exerce é muitíssimo importante para os jovens, pessoa em geral que vive hoje em uma era de tecnologia, e os recursos para a educação são mais acessíveis e o interesse muito menor.

O livro apresenta fatos do cotidiano de um cortiço que o autor necessita escrever para não perder essas lembranças tão reais vividas e inventadas por ele nesse espaço. Contém algumas cenas inadequadas para crianças, de fatos tão comuns neste ambiente que não poderiam passar despercebidos pelo autor. Por causa dessas cenas, este, entre outros livros foram recolhidos de algumas bibliotecas, porém se tratando de pessoas realmente comprometidas com a leitura, aconselho o livro.

Boa Leitura!

Aqui, para encerrar, a voz dos que não foram ouvidos. Este foi na íntegra, o depoimento público da *aluna* P.B.F do Colégio Estadual de Ensino Médio Rui Barbosa⁸⁸, Itaúna do Sul, Paraná, sobre a leitura de "Um Contrato com Deus" de Will Eisner, que tanta polêmica provocou.

Saldo do tsunami de atos de censura: oito meses de duração (março a outubro de 2009), atingiu nove estados, 13 atos de censura foram realizados, 12 com apreensão de livros das bibliotecas.

⁸⁸ Disponível em: <://www.jurruibarbosa.seed.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=221>. Acesso em: 23 out. 2009.

A proposta desta seção se esgotou, assim como se esvaziaram os jornais. Os fatos, um conjunto bastante amplo de atos de censura, foram ilustrados em sua dimensão original, tiveram seus dias de manchetes e depois saíram da pauta, até um novo surto, que, como registrou-se nas notas, não deixam de ocorrer. As reações, se havidas, foram documentadas, mas ficou um silêncio.

4. LEEM OS BIBLIOTECÁRIOS O QUE ESCREVEM?

Bibliotecas escolares em cerca de nove estados, principalmente nas regiões Sul e Sudeste, foram vítimas de diversos atos de censura durante o ano de 2009.

Estes fatos viraram notícias e foram veiculados em quase todas as mídias, principalmente em jornais de grande circulação nos estados em que ocorreram. Aos fatos não faltou visibilidade; termo que em breve aparecerá com veemência. O significativo número de ocorrências neste curto espaço de tempo, menos de um ano letivo, a área coberta pela ação dos redutores da moral e bons costumes, o número de alunos, escolas, bibliotecas e obras atingidas bastam para atribuir uma importância incomparável ao evento e ao seu impacto sobre a ação dos Conselhos, Associações e Sindicatos dos profissionais bibliotecários.

Esta área geográfica é de responsabilidade e representada pelas seguintes instituições:

Censura / Estados	Conselhos / CFB	Sindicatos	Associações / FEBAB
Rio Grande do Sul	CRB - 10	—	ARB
Santa Catarina	CRB - 14	—	ACB
Paraná	CRB - 9	SINDIB-PR	ABPR
São Paulo	CRB - 8	SINBIESP	ABMSP*
Rio de Janeiro	CRB - 7	SINDIB-RJ	—
Espírito Santo	CRB - 12 ⁸⁹	—	—
Bahia	CRB - 5	—	—
Minas Gerais	CRB - 6	SiB-MG	ABMG
Goiás	CRB - 1	—	ABG

Estados com bibliotecas censuradas e órgãos de representação de classe.

*** Indica que não possui página na web**

Como responderam estas entidades representativas dos bibliotecários aos atos de censura documentados?

⁸⁹ O Conselho Regional de Biblioteconomia 12ª Região (CRB-12) foi extinto em 01 de março de 2010, sendo transformado em Delegacia do Conselho Regional de Biblioteconomia da 6ª Região – CRB-6.

4.1 A BIBLIOTECA EM SILÊNCIO I

Nada, nada por todos os lados, uma infinidade de nada inimaginável, é o que se encontra sobre estes incidentes ao se questionar o sistema CFB/CRBs, Sindicatos e Associações/FEBAB em busca de uma voz oficial, uma manifestação de classe.

Silêncio.

Repetição trágica do que Vergueiro escrevia em 1987 (p. 21) sobre o enfrentamento aos desmandos dos governos autoritários (1964-1985): “*Reações contrárias à censura, por parte de associações de bibliotecários, não existiram.*” E continua (p.22), como um oráculo:

[...] é um silêncio total, como se tudo estivesse bem, parafraseando Voltaire, no melhor dos mundos possíveis. Estava? Fica-se tentado a imaginar o que passou pela cabeça de bibliotecários e bibliotecárias brasileiros quando os atos de censura eram perpetrados. Tomaram conhecimento dos mesmos? Se souberam, por que calaram? Por medo? Por omissão? Por concordância? Por desconhecimento?⁹⁰ Sejam, então, caridosos, e partamos da premissa de que calaram por desconhecimento, desconhecimento este fruto da lacuna da literatura especializada e do silêncio das associações e escolas de biblioteconomia.

A resposta dos bibliotecários à censura, se existiu, foi invisível, *nem pobrementemente documentada* (Oppenheim; Smith, 2004, p. 162).

4.2 A BIBLIOTECA E A IMPRENSA

Antes de se apresentar a ação das entidades representativas, há que se registrar que constam somente por duas vezes o registro na imprensa da manifestação de um bibliotecário. Isto se dá em Curitiba, na Escola Estadual Jayme Canet, onde a bibliotecária do colégio, Isabel Simões Klin, explica que eles (os livros recolhidos) ficam na biblioteca e todos os alunos podem pegar qualquer um deles. “Geralmente o que eu faço é orientar os menores, da quinta e sexta séries, em quais estantes estão os livros indicados para eles”⁹¹.

⁹⁰ Buscou-se e considera-se descartada a hipótese de desconhecimento ao se focar a seleção dos casos apontados em casos publicizados pela grande imprensa, jornais de grande circulação, dos Estados. Casos houve que foram parar nas rádios e em jornais televisivos.

⁹¹ SIMAS, Anna, DUARTE, Tatiana. Censura a livros chega ao Paraná. Gazeta do Povo, Curitiba, 17 jun. 2009. Ensino. Disponível em: <<http://portal.rpc.com.br/gazetadopovo/ensino/conteudo.phtml?tl=1&id=896993>>

A outra manifestação, que abordou a questão dos quadrinhos na escola, se encerrava com a seguinte advertência:

São corretas as iniciativas de levar histórias em quadrinhos à sala de aula e ao roteiro de leitura dos estudantes. No entanto, há dois cuidados que deveriam ser óbvios, mas que o noticiário recente revelou que não são. O primeiro é haver uma seleção do material, de modo a separar as obras de melhor qualidade e destiná-las a seu público ideal. "Dez na Área, Um na Banheira e Ninguém no Gol" tem qualidade. Mas não é destinada ao leitor juvenil. O segundo cuidado é o de não associar as histórias em quadrinhos somente ao público infantil. Do contrário, corre-se o risco de repetir a falha agora vista e de generalizar discursos adormecidos, que são despertados em situações-limite como essa. (RAMOS; VERGUEIRO, 2009).

Esta, que não poderia deixar de ocorrer por toda a sua postura e história, é do bibliotecário e professor Waldomiro de Castro Santos Vergueiro em artigo assinado com Paulo Ramos, de título "*O óbvio: quadrinhos não são só para crianças*", publicado na seção de Opinião (p.3) do jornal Folha de São Paulo em 22 de maio de 2009, já aqui apresentado.

4.3 A BIBLIOTECA EM SILÊNCIO II

Agora o registro da ação das entidades representativas durante o período, conforme constam nos sítios e documentação disponível (boletins, etc).⁹²

4.3.1 CFB – Conselho Federal de Biblioteconomia

Buscou-se uma manifestação formal do CFB sobre os casos de censura nas bibliotecas escolares através dos seguintes canais e entre os meses de março e dezembro de 2009:

- Boletim Eletrônico do Sistema CFB/CRB (do n. 18A (12 de maio de 2009) ao

&tit=Censura-a-livros-chega-ao-paraná.php>. Acesso em: 1 set 2009.

⁹² Esta pesquisa, que implicou na visita aos sítios de todas as entidades enumeradas, se encerrou no dia 30 de outubro de 2009.

33 (15 de dezembro de 2009) e

- página de Notícias do sítio e seu arquivo.

Nenhum registro sobre os casos documentados pela imprensa encontrou eco no CFB. Nem foram incorporados ao noticiário relevante para a entidade, nem consta manifestação alguma do próprio Conselho sobre estes casos.

Tanto no Boletim, como em Notícias, encontra-se somente a crônica corriqueira da vida de uma associação profissional e seus assuntos: eleições, cursos, lançamentos de livros, visitas a instituições, visitas a políticos, datas comemorativas, atividades de universidades, divulgação de notícias veiculadas na imprensa (excluídas as notícias sobre os eventos relatados), fatos ligados à leitura, referências à vida escolar, etc.

O noticiário do mês de junho, ocasião dos eventos ocorridos no âmbito do CRB-10 (Rio Grande do Sul), origem da atual presidente do Conselho Federal apresenta o seguinte conteúdo:

- UFMG oferece 3º Curso a distância de Atualização em Normalização Bibliográfica
- Biblioteca Nacional
- Prêmio Viva Leitura
- Para Entender a Internet - Livro online
- Profissionalização em gestão da informação cresce acima da média
- Boletim n. 19 – CFB, Boletim n. 20 – CFB, Boletim n. 21 - CFB
- Documento em Revista (ISSN 1984-5375)
- Capes e Elsevier oferecem acesso livre a artigos
- Biblioteca, para que te quero
- Feira do Livro de Ribeirão Preto terá obra a várias mãos e novas bibliotecas
- O custo da publicação de um artigo científico, artigo de Wanderley de Souza
- Em emendas à LDO, Educação prevê apoio a mil bibliotecas públicas
- Tesouro brasileiro na internet
- Programa amplia inclusão de pessoas com deficiência ao converter texto em áudio
- Campanha Nacional de Conciliação (CFB, Notícias, jun.2009).⁹³

Nem traço da polêmica que envolveu ato da Secretaria de Educação do Estado e o maior jornal da região.

Os Boletins de n. 21 e n. 22, publicados respectivamente em 29 de junho e 20 de julho, portanto, posteriores ao caso, igualmente o ignoraram.⁹⁴

⁹³ CFB. Notícias, jun. 2009. Disponível em: <<http://www.cfb.org.br>>. Acesso em 29 out. 2009.

⁹⁴ Abordaram assuntos como: Amazonas discute Sistema Estadual de Biblioteca Escolar; presidente e diretora visitam vereador de Manaus; coletânea Ética tem lançamento em Manaus; CFB reúne-se com a Frente Parlamentar da Leitura; presidente e diretora reúnem-se com docentes e direção do curso de Biblioteconomia da UFPA; seminário sobre governança corporativa em Belém; Sistema CFB/CRB defende mapeamento de

O Boletim n. 27, de 9 de outubro, registra a visita da presidente do CFB ao CRB-9 (Paraná) e informa que esteve em visita às dependências do Conselho Regional com vistas a acompanhar trabalhos desenvolvidos na região e que, também, reuniu-se com representantes do Sindicato dos Bibliotecários do Paraná – Sindib-PR. São passados alguns meses (ocorreram em junho) dos atos de censura e retirada de livros das bibliotecas escolares do estado, é o espaço em que se busca com a expectativa de se anunciar um pronunciamento, afinal, foi o único estado em que a imprensa registrou a manifestação de um bibliotecário. Discutiu-se a produção de um DVD promocional da profissão, a reativação do curso

de Biblioteconomia numa universidade local e um projeto com vistas a estabelecer o piso salarial para as profissões regulamentadas. Após as reuniões, a presidente manifestou sua satisfação em testemunhar o dinamismo dos colegas. Nada mais.

Consta, contudo, a seguinte observação em matéria sobre a criação da disciplina Bibliotecas Escolares no Departamento de Informação e Documentação da UnB:

“Fundamental também”, enfatizou Nêmera [Rodrigues, presidente do CFB], “é despertarmos os graduandos para as questões profissionais desde o período discente”. O consenso geral é de que é fundamental o **resgate do lado social da profissão de bibliotecário**, com foco nas bibliotecas escolares e públicas. (BOLETIM..., 27, 2009, grifo nosso.).

O assunto censura irá, contudo, aparecer em meio ao conjunto dos boletins consultados, mas não vinculado às bibliotecas e às questões que foram levantadas ao longo do ano. No Boletim n. 29, de 4 de novembro, a Presidente do CFB publica o artigo intitulado “*Profissão Regulamentada: uma questão de cidadania*”, onde a questão da censura vai aparecer associada à questão da regulamentação da profissão de Jornalista, “*cuja tentativa de regulamentação foi comparada à tentativa de censura e controle da liberdade de expressão*” (RODRIGUES, 2009). O artigo, sobre a importância ética de responsabilidade social da

competências.

Boletim Eletrônico do Sistema CFB/CRB
9 de outubro de 2009 Brasília, DF, Ano 2, Número 27

Biblioteca Escolar é Tema de Disciplina na UnB
Com base na solicitação do CFB encaminhada a todos os cursos de Biblioteconomia do país, a UnB criou a disciplina Bibliotecas Escolares no Departamento de Informação e Documentação, que vem sendo ministrada sob a forma de seminário. A disciplina é coordenada pelo Professor Dr. Tarciso Zandonade, o qual ressaltou o Programa Mobilizador do Sistema CFB/CRB e convidou os alunos a tomarem atitudes mais participativas diante do movimento associativo, enfatizando as ações que vêm sendo implementadas. A Presidente do CFB, Nêmera Rodrigues, esteve na UnB em agosto, a convite do coordenador, para apresentar as ações desenvolvidas com vistas à implantação do Programa. Abordou as conquistas e as barreiras encontradas e classificou como decisiva a iniciativa de criação da disciplina em todos os cursos de Biblioteconomia, diante da carência de bibliotecas escolares no Brasil, em contraponto à potencial força propulsora ao desenvolvimento da cultura e de acesso ao saber que ela pode proporcionar. “Fundamental também”, enfatizou Nêmera, “é despertarmos os graduandos para as questões profissionais desde o período discente”. O consenso geral é de que é fundamental o resgate do lado social da profissão de bibliotecário, com foco nas bibliotecas escolares e públicas.

O Sistema CFB/CRB na I Bienal do Livro em Curitiba
O Conselho Regional de Biblioteconomia da 9ª Região – CRB-9, organizou o Encontro de Bibliotecários do Paraná, marcando presença na I Bienal do Livro de Curitiba, também com um estande em conjunto com a Biblioteca Pública do Estado do Paraná. A Presidente do CFB, Nêmera Rodrigues, proferiu palestras durante o evento sobre a prática de Governança Corporativa no âmbito do Sistema CFB/CRB, quando foram apresentadas as ações que vêm sendo desenvolvidas para o Sistema segurar os princípios preconizados de ética, transparência, equanimidade e prestação de contas na gestão do Sistema. Na ocasião, a Presidente Nêmera Rodrigues também ministrou a palestra sobre o Programa Mobilizador do Sistema CFB/CRB – Construção de uma rede de informação para o ensino público – quando foram divulgadas as atividades de implantação do programa no país. Além do CFB, participaram do evento os representantes da Associação e do Sindicato dos Bibliotecários do Paraná, assim como docentes da Universidade Federal do Paraná – UFPR. O bibliotecário e professor da Universidade Estadual de Londrina,

Evento de Lançamento do Livro do CFB
Oswaldo Francisco de Almeida Júnior, também esteve presente e abordou em sua explanação a questão da leitura. A qualidade das palestras e o brilhantismo dos palestrantes foram reconhecidos por Nêmera Rodrigues, que referiu à importância do trabalho pela formação de novas lideranças, capazes de avançar no movimento associativo bibliotecário. O evento culminou com o lançamento da Coleção e CD de Ética Profissional, em cumprimento à programação de promover o lançamento das publicações do CFB em todo o país.

CFB em reunião no CRB-9
A Presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia, Nêmera Rodrigues, esteve em visita às dependências do Conselho Regional de Biblioteconomia da 9ª Região, com vistas a acompanhar trabalhos desenvolvidos pelo Regional e, também, reuniu-se com representantes do Sindicato dos Bibliotecários do Paraná – Sindib-PR. Na reunião com o Regional, Nêmera teve a oportunidade de ouvir a presidente do CRB, Nadia Camargo Muller, ressaltar as atividades que vêm sendo desenvolvidas naquela Região, com destaque para a produção de um DVD de divulgação da profissão de bibliotecário. O CFB também relatou as ações que vêm tomando, visando à reativação do curso de Biblioteconomia na Universidade Federal do Paraná – UFPR. Na reunião com o Sindicato, a Presidente do CFB pôde ouvir sobre as lutas da entidade pelo reconhecimento da contribuição sindical, o que permitirá o fortalecimento da profissão. Nesse encontro, Nêmera deu conhecimento aos participantes da iniciativa do Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, Luiz Antônio Madureira, que apresentou projeto com vistas a estabelecer o piso salarial para os profissionais regulamentados, o que representará uma conquista sem precedentes para os bibliotecários. Após as reuniões, Nêmera Rodrigues manifestou sua satisfação em testemunhar o dinamismo dos colegas paranaenses e confirmou a máxima disposição do CFB de trabalhar em todas as instâncias pela reativação do curso de Biblioteconomia da UFPR.

EXPEDIENTE
Boletim Eletrônico do Sistema CFB/CRB
BRUNO DE SOUZA RIBEIRO CAVALARI – ISSN 1979-2079 - Brasília, DF
Fone: (61) 3332-0981 - cfb@fb.org.br

Presidente: Nêmera Rodrigues - 19ª Região
Coordenadora de Disciplina: Ana Maria Perazzo, Região CEI de São Paulo, São Paulo/SP

regulamentação das profissões, continua observando que “*os conselhos de profissões regulamentadas existem para isso. Existem para proteger a sociedade em favor do cidadão*”, com origem em “*profissionais preocupados com o exercício pautado na ética e na qualidade dos serviços a serem oferecidos, mobilizaram-se para que houvesse a devida regulamentação*”. “**Proteger a sociedade em favor do cidadão**” não é defender o direito cidadão de acesso à informação e à um serviço bibliotecário qualificado contra a “*razão cínica, instrumental, dos senhores do certo e do errado*”? (FICO, 2001, negrito nosso).

No Boletim n. 32, de 30 de novembro, há o registro da participação da Presidente do CFB em uma audiência pública, no dia 18 de novembro, em Goiânia, com a participação da Secretária de Estado da Educação de Goiás, Milca Severino Pereira, para discutir a Biblioteca Escolar, sem que haja menção à retirada de livros das bibliotecas escolares por ação do Ministério Público daquele Estado, assunto que chegou aos jornais em 1 de outubro. Sobre a oportunidade se manifestou a Presidente:

[...] audiências como essa deverão ocorrer em todo o Brasil, pois se constituem em oportunidade para que educadores, bibliotecários, escritores e autoridades ligadas ao ensino público no país apresentem suas contribuições para melhoria da biblioteca escolar. (AUDIÊNCIA..., 2009).

4.3.2 CRB-8 São Paulo

Este Conselho possui um boletim eletrônico para divulgar suas atividades e assuntos correlatos, o Bob News, que foi consultado do n. 8 (junho de 2009) ao n. 18 (outubro de 2009), sem que os episódios de censura em São Paulo (ou outros Estados) a partir de maio tenham sequer sido registrados.

O exemplar de n.8 é praticamente dedicado à biblioteca escolar. Sob um artigo longo, não assinado, de título “*A Biblioteca Escolar representa um Centro de Aprendizagem*” efetua umas considerações registráveis:

Sua função [*a da biblioteca*] está relacionada à ação em prol da leitura, à pesquisa escolar e ao trabalho intelectual, e à ação cultural. Se as instituições de ensino público investirem na criação de espaços de bibliotecas bem equipados e colocarem bibliotecários para administrar esses espaços e constituir acervo de acordo com o

projeto político pedagógico das escolas, haveria um melhor aprendizado dos alunos e das comunidades do entorno. [...] Além de ser um espaço de aquisição e disseminação de cultura e informação, **a biblioteca escolar deve oferecer um serviço cidadão, viabilizando um processo de democratização da informação com amplo acesso aos meios de cultura e de serviços, capazes de promover a aquisição dos saberes registrados nos artefatos culturais que a biblioteca escolar deve disponibilizar.** (A BIBLIOTECA..., 2009, p. 2, grifo nosso.).

Ainda no mesmo artigo, a afirmação de que

[...] a missão da biblioteca escolar extrapola a questão da leitura. A ela é atribuído um tríplice papel: leitura, pesquisa e cultura, favorecendo a criação de competências informacionais nos educandos e permitindo que a cidadania se constitua por meio do exercício da reflexão, da criatividade e da crítica. (A BIBLIOTECA..., 2009, p.3).

Não foram abertos espaços para os incidentes de censura ocorridos nas bibliotecas escolares paulistas no mês anterior, nem para nenhuma manifestação do Conselho sobre este assunto. Criticou-se, mais de uma vez, acerbamente, as aquisições de bibliografias “*a simples aquisição e distribuição de livros também se configura em mal uso do patrimônio cultural*” (A BIBLIOTECA..., 2009, p.2), como se fosse preferível não comprar e não distribuir um livro sequer. Escorreu a oportunidade de afirmar a necessária presença dos bibliotecários: presentes, por sua ação e exercício de sua responsabilidade, os problemas ocorridos não teriam existido.

O fato é de que há uma contradição latente, ainda mais visível na edição n. 20, Bob News de novembro, dedicada ao Encontro de Bibliotecários da Região Oeste, em Osasco (SP), que, nas palavras do boletim

[...] teve como pilar o “Manifesto de Alexandria sobre Bibliotecas: a Sociedade da Informação em Ação” (IFLA/UNESCO 2005) que proclama o papel fundamental das bibliotecas na construção de uma sociedade da informação e do conhecimento aberta e democrática, no combate ao analfabetismo e à alienação, ajudando a atingir os objetivos traçados pela ONU para a redução da pobreza mundial. (BOB NEWS, n.20, 2009, p. 2).

A presidente do CRB-8, Evanda Verri Paulino, pontuou ao falar sobre o desenvolvimento do indivíduo e cidadão:

Para que ele possa ocupar com mais dignidade o seu espaço na sociedade, possa se transformar num elemento de mudança ajudando a construir uma sociedade melhor, mais justa e democrática – o que vai muito além dos direitos e deveres –, o cidadão tem que ter a consciência e exercitar esses direitos e deveres no seu cotidiano, atitude possível somente às pessoas bem informadas. Consciência, conhecimento e informação são absolutamente atreladas. A inconsciência e o desconhecimento afastam os indivíduos de seus direitos (BOB NEWS, n.20, 2009, p. 2).

O Manifesto de Alexandria, da IFLA (2005)⁹⁵, objeto do debate, diz em seu preâmbulo:

Bibliotecas e serviços de informação [...] Permitem a liberdade intelectual, proporcionando acesso à informações, idéias e obras de imaginação em qualquer meio e independentemente de fronteiras. Ajudam a preservar os valores democráticos e os direitos civis universais de forma imparcial e **por oposição a qualquer forma de censura.**

A IFLA conclama os governos e organizações internacionais a:

- apoiar o acesso irrestrito à informação e liberdade de expressão;
- promover o livre acesso à informação e ultrapassar os obstáculos estruturais e outros ao acesso. (Grifo nosso)

4.3.3 CRB-9 Paraná

Não consta nenhuma manifestação ou notícia sobre os eventos sucedidos e documentados no Paraná, ocorridos no mes de junho, como a censura e retirada de livros de bibliotecas escolares. Não foi nem sequer registrada a entrevista concedida pela bibliotecária de Curitiba.

4.3.4 CRB-14 Santa Catarina

Não consta nenhuma manifestação ou notícia sobre os eventos sucedidos em Santa Catarina a partir de maio, como a retirada de livro do escritor catarinense adotado para o vestibular Cristóvão Tezza.

4.3.5 CRB-10 Rio Grande do Sul

Este conselho possui um blog, o “*CRB10 Informativo do Conselho Regional de*

⁹⁵ International Federation of Library Associations and Institutions.

Biblioteconomia - 10ª Região - Rio Grande do Sul” (<http://crb10.blogspot.com/>), meio de comunicação rápida com a comunidade de profissionais da região, com a propriedade de propiciar rapidez nas atualizações; isto permite que tenha um conteúdo informativo bastante intenso quantitativamente, mas mesmo assim nem sequer registrou os eventos ocorridos no Estado em junho. Também não há nenhuma manifestação sobre o assunto.

A organização do Conselho, contudo, permite que até o momento se possa consultar as efemérides daquele junho. Foram 41 (quarenta e um) assuntos, aqui uma amostra:

- concursos na área de biblioteconomia;
- vagas de estágio, vagas para bibliotecários;
- a ARB é nossa!;
- gnuteca 3.0 no FISL;
- 3ª Maratona Literária;
- I Fórum de Debates sobre Bibliotecas Públicas;
- curso: aprendendo a trabalhar com Pergamum;
- Trilhos da Memória;
- Biblioteca, para que te quero?;
- XXIII CBBB;
- reunião do Grupo Jurídico;
- Projeto Vozes Poéticas dos Países de Língua Portuguesa,
- 25ª Feira do Livro de Canoas,
- Boletim Eletrônico Sistema CFB/CRB,
- Fórum Gaúcho pela Melhoria da Biblioteca Escolar, etc.. ⁹⁶

4.3.6. CRB-7 Rio de Janeiro

Não consta nenhuma manifestação ou notícia sobre os eventos sucedidos no Rio de Janeiro entre junho e outubro. Ali se encontram notas sobre: Edital de Licitação Assessoria Contábil e Financeira; Campanha Nacional de Conciliação no CRB7; Vencedor Brasileiro do Prêmio de Alfabetização 2009; Seminário A Viagem da Leitura, XIV Bienal Internacional do Livro do Rio de Janeiro; convocação do SINDIB-RJ - Sindicato dos Bibliotecários no Estado do Rio de Janeiro; Conselho Estadual de Cultura do Rio de Janeiro - Bibliotecária Ana Lúcia Medeiros tomou posse.

Para provar que o Conselho lê a imprensa local, em outubro, há o registro do seguinte recorte: “*Projeto de Incentivo a Leitura, Coordenação do Bibliotecário Wilson Martins. Artigo publicado na Folha Carioca - "Trilhas Históricas" - out/2009 Ano 8 - n. 70*”.

4.3.7 CRB-5 Bahia

Não consta nenhuma manifestação ou notícia sobre os eventos sucedidos na Bahia, com início em fevereiro e que culminam com a demissão do Secretário de Educação do Estado em agosto. Registros de agosto: curso sobre a literatura infantil no processo de alfabetização, Campanha Nacional de Conciliação.⁹⁶

4.3.8 CRB-1 Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul

Não consta nenhuma manifestação ou notícia sobre os eventos sucedidos em Goiás, com início em 25 de setembro a partir de ação do Ministério Público e que resultaram na retirada de livros das bibliotecas escolares do Estado.

4.3.9 CRB-6 Minas Gerais

Não consta nenhuma manifestação ou notícia sobre os eventos sucedidos no Estado e noticiados na imprensa entre setembro e outubro. O Conselho Regional também possui um boletim e se destaca por ter o sítio melhor organizado e com bastante conteúdo.

Foram examinados todos os boletins que cobrem o evento local, entre 21 de setembro (Boletim 30) e 30 de outubro (Boletim 36). Alguns assuntos abordados: fiscalização abre vagas para bibliotecários, carro-biblioteca da UFMG recebe menção honrosa, bibliotecária mineira é premiada, CRB-6 implanta coleta seletiva, Conselho adere a projeto da UFMG que aproxima ex-alunos do mercado de trabalho, sistema CFB/CRB lança livro sobre ética. O exemplar 33 tem artigo sobre o papel da biblioteca escolar no contexto da Educação de Jovens e Adultos, tema da dissertação de mestrado da bibliotecária Raquel Miranda Vilela e bastante pertinente ao que era discutido nas escolas naquela ocasião:

⁹⁶ Estas informações se encontram disponíveis em: <<http://crb10.blogspot.com>>.

⁹⁷ Retornou-se ao sítio deste Conselho em função de incidente recente (27 mar. 2010) , já documentado (p. 70), e

Segundo ela, enquanto os bibliotecários valorizam muito a questão da leitura, os professores tendem a dar maior ênfase à visão da biblioteca como lugar de pesquisa. “Uma visão não contradiz a outra, mas o ideal seria que elas se complementassem, pois a partir do momento em que se conseguir essa integração, a tendência é que o trabalho de ambos os profissionais melhore e se tenha um uso mais produtivo da biblioteca para todos” [...]“Conforme outros autores já verificaram, a integração entre bibliotecário e professor é extremamente importante, mas ainda não se estabeleceu na prática cotidiana”, descreve a bibliotecária, que defende a ampliação do debate sobre a biblioteca escolar. (BOLETIM ELETRÔNICO CRB-6, n.33, 2009).

Em Notícias, numa demonstração de que o Conselho lê a imprensa, até de fora do Estado, encontra-se uma matéria de fevereiro de 2009 publicada no “Estado de São Paulo” sobre a distribuição de quadrinhos para as escolas, o que poucos meses depois desencadearia um incêndio e quando ninguém lia mais os jornais de fora do estado, e ali pode-se ler:

Mais importante do que a ampliação numérica foi a valorização da linguagem das HQs na última seleção oficial, avalia Waldomiro Vergueiro, coordenador do Núcleo de Pesquisa de Histórias em Quadrinhos da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Ele também elogia a inclusão do ensino médio na relação das escolas que vão receber HQs. Os adolescentes poderão ler três álbuns do quadrinista norte-americano Will Eisner (1917-2005): A Força da Vida, O Sonhador e Um Contrato com Deus. Publicada originalmente em 1978, esta última é considerada a primeira graphic novel (romance gráfico). O aluno que procurar super-heróis não vai encontrar. (QUADRINHOS ..., 2009).

4.3.10 FEBAB – Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições

Não há no sítio da Federação, filiada a IFLA, porta voz do pensamento desta entidade no Brasil, nenhum registro de alguma manifestação sobre quaisquer dos fatos documentados.

4.3.11 ABPR - Associação Bibliotecária do Paraná

Encontra-se informação sobre a história da associação, cursos e nenhuma manifestação sobre os incidentes ocorridos na região.

4.3.12 ACB - Associação Catarinense de Bibliotecários

Apresenta um sítio com bastante conteúdo, muito bem organizado, bastante dinâmico e com muita interação social entre seus membros. A seção de Notícias apresenta conteúdo muito diversificado, mas não contempla nenhum registro dos fatos documentados. Não consta também nenhuma manifestação sobre o assunto.

4.3.13 ARB - Associação Rio-Grandense de Bibliotecários

Não consta nenhuma manifestação ou notícia sobre os eventos sucedidos no estado em junho de 2009 e que determinaram a retirada de livros das bibliotecas escolares.

4.3.14 ABMG - Associação dos Bibliotecários de Minas Gerais

Não consta nenhuma manifestação ou notícia sobre os eventos sucedidos no estado em setembro/outubro de 2009.

4.3.15 ABG - Associação dos Bibliotecários de Goiás

Não consta nenhuma manifestação ou notícia sobre os eventos sucedidos no estado em outubro de 2009 e que determinaram a retirada de livros das bibliotecas escolares. Mas, sem fazer nenhuma menção direta ao incidente recente (1 de outubro), em que o Ministério Público demandava o recolhimento de dez títulos, há o seguinte registro efetuado em dezembro, reportando reunião havida em novembro:

ABG na audiência pública sobre Bibliotecas Escolares

Qui, 10 de Dezembro de 2009 10:50

No dia 18 de novembro de 2009, os membros da ABG participaram da audiência pública promovida pelo Conselho Estadual de Educação, a qual discutiu a situação das Bibliotecas Escolares na Rede Pública Estadual de Ensino.

Estavam presentes na mesa de autoridades a Prof^ª Dr^ª. Eliany Alvarenga, que representou o curso de Biblioteconomia da UFG; a Secretária Estadual de Educação, Milca Severino; A vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás (SINTEGO), O Presidente do Conselho Estadual de Educação, Marcos Elias Moreira; E, por intermédio da ABG, a Presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia, Nêmora Arlindo Rodrigues. Figuras importantes, como a ex-secretária de estadual de educação, Eliana França e o presidente do Conselho Regional de Biblioteconomia da 1ª Região também assistiram a audiência pública. Ao final da audiência, decidiu-se criar uma comissão que avaliará a situação das bibliotecas nas escolas estaduais. O curso de Biblioteconomia da UFG e a ABG foram convidados para participarem dessa comissão. (ABG..., 2009.).

4.3.16 SINDIB - PR - Sindicato dos Bibliotecários do Paraná

Não consta nenhuma manifestação ou notícia sobre os eventos sucedidos no Estado em junho de 2009 e que determinaram a retirada de livros de bibliotecas escolares.

4.3.17 SINDIB - RJ - Sindicato dos Bibliotecários do Rio de Janeiro

Não consta nenhuma manifestação ou notícia sobre os eventos sucedidos no Estado em junho e outubro de 2009. O Sindicato possui um boletim, a última edição, v. 7 n. 24, de

julho de 2009, também não se manifesta sobre a atitude da Secretaria de Educação do mes anterior, mas tem matéria sobre a situação das bibliotecas publicas e escolares municipais, com a possível ameaça de ter as administrações terceirizadas.

4.3.18 SiB - MG - Sindicato dos Bibliotecários e Auxiliares de Biblioteca do Estado de Minas Gerais

Não consta nenhuma manifestação ou notícia sobre os eventos sucedidos no Estado em setembro/outubro de 2009.

4.3.19 SinBiesp - Sindicato dos Bibliotecários do Estado de São Paulo

Não consta nenhuma manifestação ou notícia sobre os eventos sucedidos no Estado em março de 2009. Contudo, o Sindicato possui um boletim e exatamente naquele momento teve uma reunião com a Secretária de Educação do Estado, onde cobrou a ausência de concursos para bibliotecários e a falta de atenção dada aos profissionais desta classe.

4.4 IMOBILIDADE DA BIBLIOTECA

Faltaram instrumentos para os bibliotecários enfrentarem estas ações contra o direito intelectual⁹⁸ dos estudantes, dos cidadãos e contra a autonomia das bibliotecas?

Para tratar das situações de censura, os bibliotecários possuem instrumentos legais, normatizações e posicionamentos das organizações profissionais, condensados em códigos e conceitos sobre censura.

No que diz respeito às normas que regem a profissão, a atuação dos bibliotecários

⁹⁸ Entende-se como direito intelectual ou direito à liberdade intelectual, o direito de todo cidadão a um ensino laico, à cultura sem censura, à informação de todas as fontes para a construção de um juízo pessoal. É o direito

brasileiros é regida sob princípios institucionais importantes relacionados ao direito de acesso e à liberdade de expressão, ambos com ênfase adequada, e enunciados todos por instituições reconhecidas, autoridades nacionais e internacionais. Para dar aplicação a estes princípios, orientam-se por documentos próprios, elaborados pelas associações profissionais, a IFLA e o CFB, com o fim de mobilizar seus membros a exercer uma relação profissional com respeito aos direitos de acesso e livre expressão dos cidadãos.

É sob este firmamento legal que está subordinado todo o exercício da atividade profissional:

1. Constituição Federal, 1988, Art. 5 e 220:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
 [...] IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;
 [...] IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;
 [...] XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional; [...]
 § 2º - É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

2. Declaração dos Direitos do Homem, ONU, 1948, Art. 19:

Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras. (ONU, 1948)

A estes pode-se acrescentar o Estatuto da Criança e do Adolescente, lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, frequentemente invocado para o exercício de arbitrariedades contra os direitos intelectuais numa pretensão de defesa das “desprotegidas criancinhas”, ignorando que o mesmo estipula:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.
 Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Art. 15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

Art. 16. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:

[...]II - opinião e expressão;

III - crença e culto religioso;

IV - brincar, praticar esportes e divertir-se;

Art. 71. A criança e o adolescente têm direito a informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos e produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

O Art. 74 prevê uma forma de censura classificatória, mas, em seu seguimento, abriga, contudo, contradições como a do Art. 79:

As revistas e publicações destinadas ao público infanto-juvenil não poderão conter ilustrações, fotografias, legendas, crônicas ou anúncios de bebidas alcoólicas, tabaco, armas e munições, e deverão respeitar os valores éticos e sociais da pessoa e da família.

Aplicado ao pé da letra, o artigo censuraria sumariamente publicações como um Pato Donald, um Caçadas de Pedrinho, é de se supor que o legislador considera aqui que estes casos sejam pensados em seu contexto, caso contrário, bibliotecas inteiras seriam esvaziadas. É o caso típico onde sua aplicabilidade foi transferida para a sociedade e o judiciário, já que não se conhece casos de sua aplicação ou seu uso por parte do Estado, assim, casos conflitantes com a lei seriam considerados caso a caso e na justiça. Antes, sempre e acima de tudo, considerar o texto constitucional.

Os documentos próprios, produzidos pelo esforço coletivo da comunidade dos bibliotecários, em seguida apresentados, aos quais está moralmente subordinado o exercício da atividade profissional, dizem:

1.o Manifesto IFLA/UNESCO da Biblioteca Escolar, 1999, declara:

[...] defender a idéia de que a liberdade intelectual e o acesso à informação são essenciais à construção de uma cidadania efectiva e responsável e à participação na democracia.

O acesso aos serviços e fundos documentais deve orientar-se pela Declaração Universal dos Direitos e Liberdades do Homem, aprovada pelas Nações Unidas, e não deverá ser sujeito a nenhuma forma de censura ideológica, política ou religiosa ou a pressões comerciais.

2. a Declaração da IFLA sobre as Bibliotecas e a Liberdade Intelectual, preparada pelo IFLA/FAIFE (Comite sobre a Liberdade de Acesso à Informação e sobre a Liberdade de Expressão), aprovada em 25 de Março de 1999 em Haia, declara:

[...] os seres humanos têm o direito fundamental de aceder às expressões do conhecimento, do pensamento criativo e da actividade intelectual e de expressar as suas opiniões publicamente.

o direito ao conhecimento e a liberdade de expressão são dois aspectos do mesmo princípio. O direito ao conhecimento constitui um requisito da liberdade de pensamento e de consciência; a liberdade de pensamento e a liberdade de expressão são condições necessárias à liberdade de acesso à informação.

a defesa da liberdade intelectual é uma responsabilidade fundamental dos profissionais da documentação e informação.

Em consequência, a IFLA exorta as bibliotecas e o respectivo pessoal a aderirem aos princípios da liberdade intelectual, do livre acesso à informação e da liberdade de expressão e a reconhecerem o direito à privacidade dos utilizadores das bibliotecas. (IFLA, 1999b, grifos nossos).

3. o Código de Ética Profissional do Bibliotecário (Resolução do CFB n. 42 de 11 de janeiro de 2002), apesar de não explicitar um comprometimento deontológico em defesa da liberdade intelectual e do direito de acesso, estabelece no Art. 2, sobre direitos e deveres do profissional:

c) respeitar leis e normas estabelecidas para o exercício da profissão; [...]

e) contribuir, como cidadão e como profissional, para o incessante desenvolvimento da sociedade e dos princípios legais que regem o país.

[*E continua no Art.3:*] a) preservar o cunho liberal e humanista de sua profissão, fundamentado na liberdade da investigação científica e na dignidade da pessoa humana (CFB, 2002).

Estes parágrafos manifestam o necessário vínculo legal de compromisso em defesa dos princípios constitucionais, avançando um pouco, pode-se mesmo “considerar” a fórmula “*liberdade da investigação científica*” e o que isto possa significar, como compreendendo os direitos elementares da liberdade intelectual.

4.4.1 Imobilidade e biblioteca escolar

Em todos os relatos anteriores houve um ponto comum: a invasão do espaço da biblioteca. Todas as ações de censura se caracterizaram pela subtração de livros das prateleiras das bibliotecas ou foram promovidos para um eufêmico espaço reservado. Todas as ações do gênero, portanto, extraíram livros ou concentraram livros fora do alcance da comunidade – “guardaram no armário” – com o discurso de protegê-la.

As bibliotecas em questão foram bibliotecas escolares, um acaso e nunca o foco deste estudo. O fato realmente importante é a imobilidade frente a fatos que desafiam o

discurso sócio-político fundador da biblioteca, sobretudo as escolares, que possuem um vasto corpo ideológico sobre a sua missão e compromisso social elaborado por bibliotecários de todo o mundo, como se verá a seguir.

A questão destes incidentes ocorrerem em bibliotecas escolares se explica pela própria exposição no sistema de bibliotecas, aqui considerando o conjunto das bibliotecas publicamente oferecidas (escolares, públicas e especializadas universitárias), a biblioteca escolar é a biblioteca visível e vulnerável, sobretudo num país que não tem uma população com o hábito de frequentá-las, onde também são poucas e estas poucas não possuem visibilidade. A biblioteca escolar foi e será frequentada por todos ao passarem pela escola e é um dos pontos de encontro, convivência e integração entre as comunidades das famílias e as comunidades da escola, um ponto que atende a confluência de diversas idéias e interesses de comunidades, porque nunca são únicas nem uniformes, e está assim destinada a também se converter em uma natural zona de conflito, porque também terá que ouvir e atender igualmente a todos. É assim modernamente aqui e por toda parte, como se pode ver nos exemplos citados. Sobretudo quando os governos atentam para a sua importância no processo pedagógico e na formação dos indivíduos enquanto cidadãos e a valorizam enriquecendo seu acervo, com esta política a biblioteca ganha maior relevância e espaço, mas também maior exposição e responsabilidade.⁹⁹

A biblioteca escolar tem por missão, assim caracterizada pelo Manifesto IFLA/UNESCO para Biblioteca Escolar, de 1999¹⁰⁰, disponibilizar:

[...] serviços de aprendizagem, livros e recursos que permitem a todos os membros da comunidade escolar tornarem-se pensadores críticos e utilizadores efectivos da informação em todos os suportes e meios de comunicação. (IFLA, 1999b).

Estes serviços, ainda segundo o referido Manifesto, devem ser disponibilizados

[...] de igual modo a todos os membros da comunidade escolar, independentemente da idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua e estatuto profissional ou social. (IFLA, 1999b).

⁹⁹ Mesmo para a biblioteconomia, prática e acadêmica, a biblioteca escolar era acarinhada por muitos mas tratada sem relevo, que adquiriu recentemente. O que faz pensar em como será a formação destes bibliotecários escolares já que tão poucos um dia trabalharam numa biblioteca escolar. Como será a formação para participarem como **protagonistas** do processo pedagógico: com programas de leitura dirigida, participação nos conselhos e associações de pais e mestres, processos de geração de leitores?

¹⁰⁰ Usamos a edição portuguesa, a edição brasileira tem incorreções que prejudicam seu entendimento.

Quanto ao acesso às coleções e aos serviços a biblioteca deve orientar-se

[...] pela Declaração Universal dos Direitos e Liberdades do Homem, aprovada pelas Nações Unidas, e não deverá ser sujeita a nenhuma forma de censura ideológica, política ou religiosa ou a pressões comerciais. (IFLA, 1999b).

Continua o Manifesto, quanto aos objetivos afirma a biblioteca escolar como parte integrante do processo educativo, e preconiza como indispensáveis à aquisição da leitura e da escrita, de competências elementares em matéria de informação e do desenvolvimento do ensino, da aprendizagem da cultura, serviços básicos da biblioteca escolar:

- apoiar e promover os objetivos educativos definidos de acordo com as finalidades e currículo da escola;
- criar e manter nas crianças o hábito e o prazer da leitura, da aprendizagem e da utilização das bibliotecas ao longo da vida;
- proporcionar oportunidades de utilização e produção de informação que possibilitem a aquisição de conhecimentos, a compreensão, o desenvolvimento da imaginação e o lazer;
- apoiar os alunos na aprendizagem e na prática de competências de avaliação e utilização da informação, independentemente da natureza e do suporte, tendo em conta as formas de comunicação no seio da comunidade;
- providenciar acesso aos recursos locais, regionais, nacionais e globais e às oportunidades que confrontem os alunos com ideias, experiências e opiniões diversificadas;
- organizar actividades que favoreçam a consciência e a sensibilização para as questões de ordem cultural e social;
- trabalhar com alunos, professores, órgãos de gestão e pais de modo a cumprir a missão da escola;
- **defender a ideia de que a liberdade intelectual e o acesso à informação são essenciais à construção de uma cidadania efectiva e responsável e à participação na democracia;**
- promover a leitura, os recursos e serviços da biblioteca escolar junto da comunidade escolar e fora dela. (IFLA, 1999b, grifo nosso.).

Em outro documento referencial, “*Directrizes da IFLA/UNESCO para Bibliotecas Escolares*” (2002), ao tratar da política de gestão de coleções determina que:

A biblioteca deve disponibilizar o acesso a um amplo leque de recursos que corresponda às necessidades dos usuários, independentemente da sua educação, informação e desenvolvimento pessoal.

O pessoal da biblioteca escolar deve cooperar com administradores e professores no desenvolvimento de uma política comum de gestão da coleção, baseada no currículo, nas necessidades e nos interesses particulares da comunidade escolar, e refletir a diversidade da sociedade fora da escola.

Devem ser integrados na política os seguintes elementos:

- Manifesto para as Bibliotecas escolares da IFLA/Unesco – a missão da Biblioteca Escolar
- Declaração de Liberdade Intelectual
- Liberdade de Informação (IFLA, 2002a).

E ainda, a finalidade de uma política de gestão de coleções em relação com a escola e o currículo e objetivos de curto e longo prazo.

O que nos leva a dois outros documentos fundamentais na relação entre a biblioteca e a sociedade contemporânea:

Em “*The public library service: IFLA/UNESCO guidelines for development*” (2001), a IFLA adverte que não se pode ignorar o papel de biblioteca pública que a biblioteca escolar assume em alguns contextos sociais, assim como o contrário também é verdadeiro; lê-se sobre liberdade de informação, após lembrar o Manifesto da Biblioteca Pública:

‘Coleções e serviços não devem ser sujeitados a nenhuma forma de censura ideológica, política ou religiosa, nem a pressões comerciais.’ (Manifesto)
A biblioteca pública deve estar apta a representar **toda a expressão e dimensão da experiência humana** livres do risco de censura.[...] **Bibliotecários and governos devem defender estes direitos humanos básicos e resistir às pressões de indivíduos e grupos para limitar o acervo disponível na biblioteca pública.** (IFLA, 2001, grifo nosso.).

Em “*The Glasgow Declaration on Libraries, Information Services and Intellectual Freedom*” (2002), após um preâmbulo onde declara que:

IFLA proclama o direito fundamental dos seres humanos, tanto para acessar e como expressar informações sem restrição.
IFLA com apoio mundial de seus membros defende e promove a liberdade intelectual tal como expresso na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Esta liberdade intelectual abrange a riqueza do conhecimento humano, opinião, pensamento criativo e atividade intelectual.
IFLA afirma que o compromisso com a liberdade intelectual é uma responsabilidade fundamental da biblioteca e dos profissionais da informação de todo o mundo, expressado através de códigos de ética e demonstrado através da prática. (IFLA, 2002b.).

Afirma que:

Bibliotecas e serviços de informação contribuem para o desenvolvimento e a manutenção da liberdade intelectual e ajudam a preservar os valores democráticos e universais dos direitos civis. Conseqüentemente, eles estão empenhados em oferecer a seus usuários o acesso a recursos e serviços relevantes, sem restrição e em oposição a qualquer forma de censura.
Bibliotecas e serviços de informação devem adquirir, preservar e disponibilizar a mais ampla variedade de materiais, refletindo a pluralidade e a diversidade das sociedades. A seleção e a disponibilidade de materiais e serviços da biblioteca será regida por considerações profissionais e não por critérios políticos, morais ou religiosos. (IFLA, 2002b.).

Estas declarações constituem uma profissão de fé de bibliotecários de todo o mundo

em princípios fundamentais da sociedade democrática, igualmente abraçados pela Constituição de 1988 e representados no Brasil pela FEBAB.

Foi armado com este conjunto de princípios que bibliotecários, o Conselho Federal de Biblioteconomia, os Conselhos Regionais, a FEBAB, as Associações e Sindicatos se defrontaram com a censura em 2009 e silenciaram.

4.4.2 Ainda o nosso silêncio

Durante o período abrangido, o documento denominado “*Projeto Mobilizador: biblioteca escolar construção de uma rede de informação para o ensino público*”, vinha sendo debatido no âmbito do CRB-10, talvez em outros, não se pode afirmar. Havia o incentivo do CFB para que assim ocorresse. O projeto, apresentado como resultado do trabalho do sistema CFB/CRB,

Propõe o estabelecimento de um amplo esforço nacional, visando promover maior qualidade no ensino público através da criação e implantação de uma rede de informação dinâmica e eficaz. Indica que o país há muito tempo, se recente da falta de bibliotecas nas escolas, embora dados oficiais mostrem que há um vertiginoso crescimento da oferta de acervo nas escolas de ensino básico em detrimento a promoção de serviços que permitam o acesso aos saberes existentes nas coleções distribuídas. Destaca que a oferta de um serviço eficiente de informação para a formação de autonomia crítica do cidadão brasileiro perpassa pela concepção de uma competência informacional, função também da biblioteca escolar. (CFB, 2008, p.4).

Este projeto não abraça explicitamente a concepção da IFLA para as bibliotecas escolares, consolidada em farta e moderna documentação, mas ao tratar dos objetivos, contrário à prática até aqui apresentada, incorpora os princípios do “*IFLA/UNESCO Manifesto da Biblioteca Escolar*” de 1999: “*Proclamar a idéia de que a liberdade de expressão e o acesso à informação são essenciais à efetiva e responsável cidadania e participação na democracia*”. (CFB, 2008, p.8).

Isto é o mesmo que dizer que a biblioteca é o espaço da liberdade de expressão e do livre acesso e que cabe a biblioteca defender estes direitos. De novo, pode-se debruçar sobre uma contradição evidente já apontada anteriormente e que se apresenta a cada passo entre o discurso e a prática. O que provoca inúmeras perguntas e dúvidas, todas decorrentes do silêncio da biblioteca.

Ainda neste mesmo ano, o CFB responde pela publicação do livro “*A ética na sociedade, na área da informação e da atuação profissional*”, o espinhoso tema da censura encontra repercussão em Fernández-Molina (2009, p. 69), sobre as fontes de censura e o papel das associações profissionais:

La censura procede de fuentes tanto externas (padres, grupos religiosos, grupos políticos, grupos de minorías protegidas, grupos patrióticos, individuos emocionalmente inestables) como internas (administradores, órganos de gobierno, personal, políticas de selección o circulación). Dependiendo del tipo de biblioteca o centro de información las fuentes de censura varían. Por ejemplo, las bibliotecas públicas o escolares son especialmente vulnerables a las intromisiones de padres o de grupos religiosos que intentan proteger a los niños de lo que ellos consideran materiales poco apropiados. Evidentemente, la supresión de tales materiales es ofensiva para otros estudiantes y padres. **La mejor defensa contra las presiones de censura**, del tipo que sea, es tener una política de adquisiciones bien definida, detallada y explícita, establecida de forma integrada con los responsables de la institución. También es importante **el apoyo de las asociaciones profesionales nacionales e internacionales y sus declaraciones oficiales**, tal es la reciente declaración de la IFLA sobre las bibliotecas y la libertad intelectual (IFLA, 1999). (Grifos nossos.)

Antes já havia comentado a necessidade crescente de “[...] *desarrollar o incrementar la concienciación de las dimensiones éticas del trabajo de los bibliotecarios y demás profesionales de la información*” (ÁNDEZ-MOLINA, 2009, p. 66) para fazer frente a:

- a) la tendencia en todo el mundo a una disminución del libre acceso a la información en las bibliotecas y centros de información;
- b) el escaso apoyo al uso de la información por razones educativas, culturales o de investigación; [...]
- e) los ataques sobre las bibliotecas y centros de información y sus colecciones por aquellos que censuran, controlan o manipulan los materiales a los que se puede acceder. (ÁNDEZ-MOLINA, 2009, p. 66).

A questão da responsabilidade dos bibliotecários será assunto de Souza (2009, p.142-143) e, com um explosivo arremate, de Bottentuit, Oliveira e Ferreira (2009, p.182) que, depois de passar pela questão da responsabilidade social de bibliotecas e bibliotecários conforme colocada e defendida pelo “*Manifiesto da IFLA sobre a Internet para as Bibliotecas*”, ao discutir o momento de introdução e debate das questões éticas na formação de um bibliotecário sugerem um momento conclusivo do curso quando o futuro profissional estaria mais envolvido na dimensão social e política da profissão.

Isso nos leva a afirmar que há desarticulação política da profissão, desintegração dos órgãos de classe, ausência de debates neste campo, evidenciados nos fóruns da categoria e, em especial, nos congressos de Biblioteconomia. Isto reflete, em última análise, uma lacuna que pode ser reavaliada a partir da disciplina Ética e da

discussão (BOTTENTUIT; OLIVEIRA; FERREIRA, 2009, p. 182).¹⁰¹

Em ato de encerramento do semestre do Curso de Especialização em Bibliotecas Escolares e Acessibilidade (EBEA), FABICO-UFRGS, realizado em 15 de dezembro de 2009, final de nosso tormentoso ano, a bibliotecária Nêmora Arlindo, presidente do CFB, profere uma palestra sobre o *“Programa Biblioteca Escolar: Rede de Informação para o Ensino Público e as ações desenvolvidas em nível nacional coordenadas pelo CFB”*. A palestra tinha um caráter de balanço de ações desenvolvidas e por desenvolver. Nem sinal das sombras que caíram sobre as bibliotecas escolares, mas o discurso remetia sempre ao registro de que *“aos bibliotecários não cabe mais justificar seu trabalho (sua existência), mas dar “visibilidade”*. A palavra visibilidade foi a constante: a marca.¹⁰²

Há uma contradição pulsando, indigente, pode se perceber, nítida, desenhada até o momento conflitando discurso e praxis. É a *“proclamação da idéia de que a liberdade de expressão e o acesso à informação são essenciais à efetiva e responsável cidadania e participação na democracia”* e o silêncio da biblioteca, é *“a consciência do bom exercício profissional e as boas práticas profissionais”* em antinomia com a defesa *“dos valores humanos e políticos de uma população”*, é a *“visibilidade”* que qualifica o cidadão como ser social e *“a articulação política com a sociedade”*, o compromisso que une o bibliotecário com o leitor e a biblioteca.

A primeira coisa a fazer, metodologicamente ou politicamente, é deixar de dissociar, biblioteca como uma construção intelectual constitutiva do aparelho social de memória e educação e biblioteca como espaço político de direito intelectual, ou liberdade de informação, são uma única realidade com intrínsecas relações entre elas, relações históricas, perfeitamente identificáveis, é o exercício da liberdade de informação pela ação das gentes que alcança o progresso da sociedade e a realização de um ideal democrático de trocas de conhecimento para o bem comum.

Negar-se a defendê-la, a biblioteca e a relação de direitos biblioteca - usuário, é ser superado politicamente, estar defasado na defesa dos interesses da sociedade em que se atua,

¹⁰¹ Esta lacuna parece encontrar seu espelho em Souza (2009, p.143): “compromissos (sócio-políticos) completos com declarações transparentes acerca desses compromissos”.

¹⁰² Ainda dois registros. Apesar da presidente do CFB ter participado da reunião de novembro em Goiás, nada foi comentado sobre o que lá havia ocorrido. Na continuação do evento, ainda uma palestra sobre a realização dos “Fóruns de Bibliotecas Escolares 2009” da bibliotecária Loiva Serafini, coordenadora dos fóruns e vice-presidente do CRB-10. No mesmo tom. No mesmo rumo, pode-se lembrar entrevista, distribuída por todos os canais de comunicação profissionais, da presidente do CRB-8, São Paulo, onde começou o banzê nas bibliotecas em 2009: nada contribuí. O mesmo que um ano antes. Por se tratar de um curso voltado para bibliotecas escolares, era bastante pertinente a introdução do tema *censura*, dada a constância da ocorrência.

manter-se acuado, é negar a capacidade sua de produzir as respostas adequadas à transformação material e mental da sociedade em que se encontra (SOUZA, 2009, p. 143).¹⁰³

4.4.3 *La sagesse du bibliothécaire*

O fato está consumado. A foto documental realizada. O objetivo era capturar o silêncio e este foi atingido. Um paralelo necessário, aquele que documenta como reagem os bibliotecários frente às situações observadas deixo para o leitor, ficam aqui os caminhos.¹⁰⁴ Mas, antes de seguir para a reação contra a censura, cabe uma pausa sobre esta advertência de Cornog, no espírito da IFLA:

Ao invés de olhar para a censura como a confusão entre demandas os escandalosas e conflitantes, o melhor curso pode ser ver a controvérsia como um sinal saudável de debate e de participação onde a biblioteca pode fornecer materiais para todos os lados da questão. A controvérsia pode ser usada para facilitar a missão da biblioteca. [...] **As bibliotecas podem usar a censura para incentivar as pessoas a ler** e elas devem assumir os riscos que vêm com a controvérsia. **Se não o fizerem, a biblioteca se reduz em livros e influência, para um pequeno higienizado e trivial retiro longe da realidade.** (CORNOG, 1993, p. 46, negrito nosso.).

Assim como não convem à biblioteca se afastar das contradições que dão vida às

¹⁰³ Roelants (1993, p.198), bibliotecária, escreve para a sociedade dos bibliotecários belgas, ainda, naquela ocasião, sem um código de ética; o tom é didático, seco, objetivo na busca de nada faltar em suas considerações: “*L'éthique s'applique, en principe, a tout activité humaine et professionnelle. Conserver, préserver, acquérir, traiter et diffuser la savoir sont du ressort du bibliothécaire depuis la creation des bibliothèques. [...] la fonction est de plus en plus technique avec des qualifications de haut niveau pour répondre aux exigences de plus en plus pressantes de l'utilisateur. [...] Le professionnalisme mélange éthique et qualité en ne les dissociant pas [...] Il faut donc protéger l'utilisateur, la société mais également le bibliothécaire de toutes dérives résultant d'un abus d'autorité. Les différents risques de dérive du pouvoir[...]: censure, delation, intimidation et autocensure... La liberté d'expression, d'information sont la sauvegarde de la démocratie. Le code d'éthique permet au bibliothécaire non seulement de valoriser sa fonction mais encore de protéger son intégrité contre tout abus d'autorité.*”

¹⁰⁴ Casos concretos e atuais que fervorosamente recomendo a leitura podem ser encontrados em: 1. Mauro Guerrini, presidente da Associazione Italiana Biblioteche, que conta inclusive a prisão de uma bibliotecária por permitir a retirada por uma menina de catorze anos de livro considerado obsceno pela família mas recomendado pelo governo italiano, ali o relato curto da resistência da bibliotecária e da Associação, da repercussão positiva “*l'occasione per riportare al centro del dibattito nazionale il valore delle biblioteche per la crescita civile e culturale del nostro Paese.*”, e da vitória. Para este e outros, são textos curtos de fácil entendimento, veja Guerrini (2005a e 2005b). 2. Para o caso de mães e comunidades que pleiteiam a retirada de livros, veja LIBRARY BOOKS held captive for 'content' (2010) e LEESBURG mom not giving up on library book warning-label campaign (2010), ambos são novíssimos e muito próximos do gênero de diálogo que encontramos em nossas bibliotecas. São didáticos, na exposição dos casos, na resposta das bibliotecárias e no apoio da Associação. Ilustram bem o que acabamos de ler. Referências completas ao final.

comunidades onde se insere, cabe a ela enfrentar as adversidades que batem às suas portas e a questão: como reagir?

A distância entre os artigos é de 14 anos, Fausto Rosa (2007) e Martha Cornog (1993), ambos bibliotecários, escreveram sobre a resistência dos bibliotecários contra a censura e, apesar do tempo, são muitos os pontos de encontro. A sabedoria de Cornog será nossa guia, fornecerá a espinha dorsal deste receituário (quase um manual de guerrilha contra a estupidez), uma bibliotecária em uma sociedade onde a censura sempre se fez presente, ora exercida pelo Estado ou pelos cidadãos. Ela fez a lição de casa e apresentou magistralmente na forma de indicações operacionais, baseadas em estratégias bem sucedidas:

Faça o trabalho de casa.

Escute seus censores potenciais, estude sua retórica e considere como responder. Mantenha-se informado e à equipe sobre questões de censura. Consulte um advogado quando em dúvida. Consulte o CRB ou Associação. Acompanhe o que acontece nos jornais, nunca um caso é isolado. Não ceda a avisos vagos de governos ou polícia sobre violações a costumes, moral, etc.. Um livro só pode ser julgado obsceno por um juiz.

Apareça, converse, fale.

Trabalhe com a equipe, a administração, os grupos de amigos, a mídia para torná-los conscientes do propósito da biblioteca e da natureza da liberdade intelectual, especialmente em questões de sexo, estas sempre estão presentes. Informe e envolva toda a comunidade com publicações variadas e programas de leitura e outros. Lute especialmente para alcançar estes grupos de cidadãos que não tomam ou tomaram posição, mais que os já assumidos censores. Trabalhe com a reputação da biblioteca e com a história de serviços comunitários prestados ao longo dos anos. Bibliotecas tem intrinsecamente alta credibilidade como uma peça fundamental na construção da democracia. Procure os CRBs e Associações.

Coloque sua política em ordem.

Reexamine sua política e seus procedimentos tendo os Manifestos da IFLA/UNESCO como referência. Inclua, com certeza, uma cláusula requerendo que reclamantes leiam a obra inteira. Considere usar uma comissão de reconsideração com ampla representação se não existir nenhuma especificação anterior. Quando sua política e rotinas forem julgadas satisfatórias, aprove-as com a equipe e a administração e então siga com seu trabalho. Livros são mais prováveis de serem preservados quando procedimentos formais são aprovados e seguidos. Para a biblioteca construir e manter credibilidade, o devido processo deve ser seguido e todos os pontos de vista ouvidos, indiferente se os livros sejam mantidos ou removidos.

Seja criativo para preservar o acesso.

Reconheça e responda às preocupações dos usuários sem negar acesso a nenhum outro. Selecione livros cobrindo diversos pontos de vista, especialmente em assuntos polêmicos e deixe o público saber que *todos* estão disponíveis. Ganhe pontos incluindo materiais que reflitam o ponto de vista dos censores. Solicite-lhes recomendações. Encoraje os pais, se desejarem, a monitorar a leitura de suas próprias crianças. Trabalhe com grêmios escolares e associações de pais. Incentive doações de livros e fundos, especialmente para livros e questões controversos. Apóie organizações contra a censura, vote em candidatos contra a censura nas escolas, nas cidades, nos estados e nacionalmente. Vote e se manifeste contra qualquer proposta de lei que possa restringir o acesso à informação. (CORNOG, 1993)

Estes quatro eixos de trabalho são compartilhados integralmente por Rosa (2007), o

que permite ver com clareza quais seriam os pilares de uma ação bibliotecária, aqui sintetizados:

- i. ação integrada com a representação classista (CRBs, Associações e Sindicatos) e trabalhar por um Código de Ética que proporcione uma declaração de princípios efetivos para lidar com a sociedade real e suas questões (presente também em Souza, 2009, p. 143);
- ii. ação de conjunto pela visibilidade e difusão da biblioteca/deste Código de Ética, apresentando-o às administrações, instituições, enfim, à sociedade e aos usuários (a questão da visibilidade da biblioteca);
- iii. defesa de um princípio político de separação entre gestão da biblioteca e controle social;
- iv. ação em prol de um trabalho de cooperação entre as bibliotecas, evitando o isolamento e a solidão das bibliotecas;
- v. apresentação de uma política de desenvolvimento de coleções, com regras claras e acessíveis para a delimitação dos propósitos, extensão e conteúdo das coleções, tanto para aquisições como para reavaliações, sempre considerando os Manifestos da IFLA/UNESCO.

O receituário de Cornog (1993, p.44), no entanto, não acaba aí, deixa ainda um roteiro de argumentos para lidar com censores, seus “*11 WAYS TO ANSWER A CENSOR*”¹⁰⁵:

1. Ninguém é forçado a ler *livro* algum.
2. Você leu o *livro* INTEIRO?
3. Desde que você pensa que nossa biblioteca favorece um ponto de vista, nós o convidamos para sugerir alguns livros refletindo outros pontos de vista. Gostaríamos muito de considerá-los para aquisição.
4. Este *livro* foi selecionado de acordo com pareceres favoráveis e nossa política de aquisições [um conjunto de critérios] que incluem necessidade, demanda, qualidade e equilíbrio [nas escolhas]? Aqui está uma cópia . Ficaremos contentes em responder qualquer questão.
5. Concordamos que a biblioteca deve refletir os valores da comunidade. Contudo, nossa comunidade é mais variada do que você possa pensar, e nós temos muitos leitores que desejam ler o que “um”¹⁰⁶ não deseja. Nós não podemos remover publicações só porque elas ofendem algumas pessoas. Se removermos todo livro ou revista que for considerado ofensivo por alguém, não atenderíamos ninguém em nossa comunidade
6. Nenhuma criança é forçada a ler *livro* algum, incluindo a sua. Você está livre para impedir [prevenir] seu filho de vê-lo ou consultá-lo, mas nem todos os

¹⁰⁵ Como no caso anterior, o texto foi descarnado dos exemplos que se referem a questões locais americanas, guardou-se “a orientação”. O *livro*, sempre um hipotético título de discórdia.

¹⁰⁶ Refere-se tanto a um usuário como a uma comunidade.

pais se sentem assim. Você não tem o direito de impedir outras crianças de lê-lo.

7. Não, seus impostos não compraram o *livro*. Ele foi pago por toda a comunidade.
8. Se você quer protestar contra um título, é seu direito como cidadão fazer uma petição e encaminhar para as autoridades, contudo, a biblioteca não responde de forma diferente a quem fala mais alto que os outros. Nós processaremos sua reclamação de acordo com os nossos procedimentos normais de reconsideração.
9. Quando seu filho encontra/retira um *livro* do qual você discorda, como acontecerá seguramente se a biblioteca banir ou não o que você pede, você tem uma oportunidade de conversar com seu filho sobre seus valores e porque você pensa que o *livro* é inadequado.
10. Se as ações [retratadas, ilustradas] são ilegais/ofensivas ou não, escrever sobre elas não é ilegal. Determinar que um *livro* é ilegal por obsceno [ou qualquer outra razão], isto é um julgamento que terá que ser feito pela justiça.
11. **Nós podemos ter que discordar.** (Grifo nosso.)

E a sessão “*andar com fé eu vou que a fé não costuma faid*” ou “*prevenção e caldo de galinha...*”: *ARE YOU PREPARED FOR THESE CENSORSHIP TATICS?* (Cornog, 1993, p. 46), com proveitosa advertência no final:

- Cartas, telefonemas, visitas, sua chefia, os governos.
- Protestar longamente, em alguns casos, emocionalmente e em massa ante a biblioteca ou junto à equipe da escola.
- E-mails e folhetos da comunidade planejados para reunir suporte contra a biblioteca.
- Petições assinadas por centenas e mesmo milhares de pessoas.
- Marchas de protesto e demonstrações.
- Aparições e anúncios na mídia apresentando o ponto de vista dos censores.
- Pressão para mudar a política de seleção e reconsideração ou o acesso das crianças.
- Campanhas para substituir funcionários contrários à censura por outros coniventes.
- Ameaças e campanhas para conseguir suporte contra o financiamento da biblioteca.
- Retirar livros “ofensivos” e não retorná-los ou retirá-los repetidamente para que ninguém mais possa ter acesso.
- Ameaças de demissão da equipe da biblioteca e reais demissões.
- Ameaças de advogados governamentais ou polícia que certos livros podem ser ilegais.
- Vandalismo: contra os livros ofensivos e algumas vezes contra a biblioteca e a equipe.
- Ameaças de bombas.¹⁰⁷

ALGUMAS destas táticas também podem ser usadas pelos bibliotecários contra a censura. (Grifo da autora.)

¹⁰⁷ A ALA e muitos bibliotecários americanos sempre esperaram o uso de bombas contra as bibliotecas, como ocorria contra as clínicas legais que praticavam o aborto.

4.4.5 “A biblioteca é o lugar de outra vivência”¹⁰⁸

A grande questão de nossos dias é a constituição de uma nação de leitores e bibliotecas, poucas vezes este assunto apareceu com tanta frequência na vida pública deste país. A maior parte das vezes é para mencionar carências: poucos leitores, pouca habilidade de leitura, pouca compreensão dos textos lidos. O mesmo se aplicando às bibliotecas *“depósitos de livros velhos, [...] o pessoal é pouco ou nada capacitado – nem como bibliotecários nem como mediadores de leitura – para um atendimento correto do conjunto da população”* (LINDOSO, 2008, p.122).

No mesmo livro, Amorim (2008, p.16) fazendo um balanço da situação do livro e da leitura no país constata que a má notícia é que, apesar dos avanços, *“o Brasil ainda não reconhece a questão do livro e da leitura [e da biblioteca] como algo realmente importante e estratégico para seu presente e, sobretudo, para construir outro tipo de futuro”*, e continua: *“a biblioteca continua a merecer um tratamento de segunda classe. Não por outra razão, elas estão às mínguas e, vez ou outra, surgem notícias na imprensa dando conta do fechamento de algumas delas.”*

A seguir, duas questões são colocadas para a biblioteca, questões que são a carne da unha das questões que foram desenvolvidas. A primeira compreende o fato de que *“o mundo da literatura deve ser apresentado contextualizado em um ambiente cultural que possa interessar ao jovem; [...] uma diversidade de gêneros e a possibilidade de escolher o que lhe atrai mais e lhe dá prazer. Devem ser facilitadas e respeitadas suas escolhas.”* E, a segunda, pergunta o que se deve fazer: *“como promover [a] biblioteca a um equipamento cultural a ser visitado pela população [...] para outras descobertas, para se enriquecer culturalmente, ampliar seu conhecimento por meio da leitura de obras de diferentes gêneros?”* (FAILLA, 2008, 106-107).

A primeira transita na área de conflito que gerou esta reflexão, a censura; foram textos e gêneros contemporâneos, próximos do público leitor, que serviram para desencadeá-la. Mas para ambas só há uma resposta nos manifestos bibliotecários, numa reafirmação, por parte dos bibliotecários brasileiros, da concepção da biblioteca como instrumento democrático de difusão do conhecimento, livre acesso à informação e lazer, e isto só acontece quando a biblioteca exerce sua voz e rompe o silêncio.

¹⁰⁸ Afirmação atribuída à Prof. Iara Conceição Bitencourt Neves, FABICO/UFRGS.

O que não aconteceu.

Documentou-se neste capítulo a inação dos representantes de classe dos bibliotecários frente a fatos que invadiam o espaço físico de seu trabalho, que exigiam uma tomada de posição dos profissionais, ao menos por parte de seus representantes, que não podiam alegar desconhecer devido a publicização destes atos de censura. Esta imobilidade, esta renúncia a uma manifestação política, também não era devida a falta de instrumentos para exercê-la; historicamente, ao menos, os bibliotecários professam uma fé democrática em repúdio a toda e qualquer forma de censura e exclusão, mas ficou a omissão. Os Manifestos em mãos bibliotecárias tornaram-se ociosos, sem significado, não se refletiram em enunciados públicos sobre fatos concretos. Mas não é o objetivo deste trabalho explicar porque calaram, este é outro trabalho. Registre-se também, pela verdade, que todos os bibliotecários, docentes e os operadores das bibliotecas, calaram. Exceto dois. Fica o registro aqui, junto a outros somados e presentes no texto, de que há, no entanto, uma demanda por um posicionamento político vigoroso de responsabilidade social, que não se reflete no Código de Ética em vigor, publicizado pelo próprio Conselho Federal de Biblioteconomia.

5 A BIBLIOTECA: UM MODO DE CONCLUSÃO

O que é a biblioteca? Entendê-la é fundamental para um exercício ético profissional. Entender o que é a biblioteca é também conhecer as obrigações que recaem sobre aqueles que tem como atribuição mantê-la viva, cumprindo com sua missão na sociedade. É esta busca por este entendimento, este exercício de compreensão que serve aqui como um modo de conclusão. Esta também é a função radical dos Manifestos e Declarações da IFLA, um credo sempre renovado. Afinal, há algo além da biblioteca enquanto organização intelectual e material do conhecimento e as técnicas para alcançar este objetivo?

Desde a primeira leitura de “*Carta sobre o Humanismo*” de Heidegger, sob o olhar e movimentação febril do professor Emmanuel Carneiro Leão, não pude deixar de guiar o olhar para fora da sala e debruçar-me sobre a rua Luiz de Camões. Do outro lado, da pouco mais que viela estreita, ergue-se mourisco e majestoso o Real Gabinete Português de Leitura. Uma biblioteca criada, cerca de meados do século XIX, uns poucos anos depois da Independência, por um grupo de emigrantes portugueses, comerciantes, residentes no Rio de Janeiro. Esta era a casa.

O texto, um rio de águas mexeriqueiras, em que Heidegger iluminava aquela manhã, inicia aos leitores na página 54 e existe na seguinte forma em tradução de Carneiro Leão (1967):

[...] a linguagem não é meramente linguagem, no sentido que a concebemos, quando muito, como a unidade de fonema (grafema), melodia e ritmo e significação (sentido). E pensamos no fonema e no grafema o corpo, na melodia e no ritmo a alma e na significação o espírito da linguagem. Assim, de ordinário, pensamos a linguagem numa correspondência à Essência do homem, no sentido em que essa última é representada como animal rationale, isto é, como a unidade de corpo-alma-espírito. [...] De acôrdo com essa Essência, *a linguagem é a casa do Ser*, edificada em sua propriedade pelo Ser e disposta a partir do Ser. Por isso urge pensar a Essência da linguagem numa correspondência ao Ser e como uma tal correspondência, isto é, como *a morada da Essência do homem*.

O homem não é apenas um ser vivo, que, entre outras faculdades, possui também a linguagem. Muito mais que isso. *A linguagem é a casa do Ser*. Nela morando, o homem ec-siste na medida em que pertence à Verdade do Ser, protegendo-a e guardando-a. (Grifos nossos.)

A casa residia em toda sua concretude ali, sob os olhos: *a biblioteca*.

A biblioteca era/é *a casa da linguagem*.

O homem nasce em linguagem. Desde o momento em que, no exercício de uma práxis coletiva para a transformação e apropriação da natureza para sua sobrevivência o homem criou a linguagem como ferramenta/meio para possibilitar o entendimento, o que permitia a compreensão e troca de experiências entre os sujeitos em sociedade, o homem é um sujeito de linguagem. A linguagem servia para conhecer o mundo, para pensar este mundo — quebrar o real em cacos e refletir sobre ele para gerar conhecimento e para comunicá-lo aos outros em sociedade. “*A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da linguagem*” (BAKHTIN, 1992, p.123). Mas o homem é também objeto da linguagem, a linguagem age sobre o comportamento e no desenvolvimento e na preservação da cultura, esta que é produto da memória social, do pensar e fazer do homem e que a linguagem influencia no produto do pensamento através da educação e da cultura. O homem que nasce em linguagem: a voz da mãe, as palavras do pai, os objetos e a relação entre os objetos, o homem e a relação entre os homens, a palavra e a relação entre elas na língua — o homem exerce a linguagem e é moldado em homem pela linguagem.

E o que era/é a biblioteca senão a casa viva da linguagem registrada fisicamente por um sistema de grafismos, aos quais atribuímos significados? A casa da cultura. A casa da linguagem. A casa do homem. A casa que molda homens, “*portas de acesso [abertas] ao conhecimento, ao pensamento e à cultura*” (IFLA, 1999).

E, mais uma vez, a presença do trabalho humano, do bibliotecário, que arquiteta e acaba por construir definindo o desenho e qualidade que fazem da casa uma biblioteca:

O que define a condição de biblioteca é a existência de alguma forma de organização que permita encontrar o que se deseja [...] O que motiva esse esforço é o desejo de proteger o patrimônio humano [...] Se desaparecessem todos os acervos reais ou virtuais os homens não teriam como transferir para a geração subsequente tudo que as gerações anteriores acumularam. (MILANESI, 2002, p. 12).

Pensar a biblioteca supõe, portanto, o estudo de um conteúdo organizado (livros e documentos em suportes diversos), um espaço social e unidades de armazenamento. Sua história está ligada à transmissão de conhecimento, desde que este patrimônio humano, fruto do trabalho, foi fixado sobre um suporte: livros, ou qualquer outra espécie de documento que contenha informações. Em sua essência, o papel da biblioteca na vida humana tem sido o de um modo de apreensão e transmissão do mundo, mas também um modo de exteriorização (socialização e sociabilização) e de ferramenta de transfiguração.

Eco (1994, p.24) faz um breve resumo desta história:

Comecei a reflectir sobre qual será a função de uma biblioteca. No início, no tempo de Assurbanípal ou de Polícrates, talvez fosse uma função de recolha, para não deixar dispersos os rolos ou volumes. Mais tarde, creio que a sua função tenha sido de entesourar: eram valiosos, os rolos. Depois, na época beneditina, de transcrever: a biblioteca quase como uma zona de passagem, o livro chega, é transcrito e o original ou a cópia voltam a partir. Penso que em determinada época, talvez já entre Augusto e Constantino, a função de uma biblioteca seria também a de fazer com que as pessoas lessem

Bibliotecas, na história brasileira, aconteceram desde os primórdios, com os primeiros colégios dos jesuítas, bibliotecas de um só livro como define Damien (2000, p. 36): todas ao redor da Bíblia. Haverá uma expansão rápida após a chegada do Príncipe Regente D. João em 1808, sobretudo no Império, mas parecem distantes da biblioteconomia brasileira manifestações como as que seguem:

Democracia, "governo pelo povo", tem sido uma ética crescente e vital deste século e, acredito, será a marca registrada do próximo. Únicas entre as instituições de uma nação, as bibliotecas estão abertas a todas comunidades e são capazes de proporcionar acesso aberto e imparcial a todas as informações. [...] Somente as bibliotecas procuram fornecer acesso completamente aberto, equilibrado e imparcial às idéias, sonhos, experiências, reflexões e pesadelos do nosso passado, presente e, espero, futuro. Neste contexto, as bibliotecas livres e abertas são vitais para o sucesso da democracia. Sem elas, nós somos vulneráveis àqueles que procuram recriar o nosso futuro - e até mesmo o nosso passado. Todos nós, bibliotecários, parlamentares e membros da comunidade em geral, devemos desenvolver bibliotecas e fortalecê-las, a fim de desenvolver e fortalecer nossas democracias. (BYRNE, 1999).

Podemos dizer que, historicamente, a biblioteca é o lugar ideal para o exercício da cidadania, todos os bibliotecários o sabem. Lugar de aprendizagem, de indagação intelectual, do debate democrático, da confrontação de idéias, da descoberta do outro, a partilha e respeito à propriedade pública, ela não pode escapar a uma reflexão colectiva sobre esta concepção [...] (BRAOUEZEC; DELOULE; MATRAY, 2000, p.63).

No primeiro caso acima, ouve-se o ex-presidente da IFLA, Alex Byrne, seu discurso, portador do ideário da Associação, está embebido na experiência anglo-saxã, mais apropriadamente norte-americana de defesa do livre acesso à informação e da liberdade de expressão, ideário forjado em luta permanente pela garantia destes direitos. A experiência francesa, logo a seguir, tem uma matriz histórica que começa na biblioteca de Naudé (1644) —“*Elle sera ouverte à tout le monde sans excepter âme vivante.*”, — passa pelo papel das bibliotecas na Revolução Francesa e a posterior criação das primeiras bibliotecas públicas e permanece na permanente luta dos bibliotecários franceses com uma legislação que lhes é adversa. São ambas fundações ideológicas enraizadas na experiência histórica, mas não de todo estranhas às vivências brasileiras das bibliotecas, veja-se o que conta Martino e Sapaterra (2006, p. 239):

Eram esses bacharéis, estudantes ou saídos da Faculdade de Direito do Largo São Francisco - umas das mais conservadoras instituições paulistas -, os responsáveis pela formação e disseminação dos Gabinetes de Leitura da Província de São Paulo, as primeiras bibliotecas populares e públicas do país. Por causa dessa ausência de livros na biblioteca da faculdade, os estudantes se reuniam em repúblicas, onde liam, trocavam ideias, discutiam as novidades. [...] Gabinetes de Leitura presididos por bacharéis recém-saídos do curso jurídico - representantes quase exclusivos da cultura letrada do país - que se comportavam como liberais do seu tempo: traziam as ideias de subversão da ordem, que era monárquica, escravocrata e católica; contrapunham a essa ordem a República, a Abolição, o livre arbítrio, a liberdade de religião e de ensino. Esses gabinetes não se limitavam a preencher as estantes com livros veiculadores das ideias de Liberdade, Igualdade e Fraternidade [...] lá se encontravam dezenas de outros assuntos.¹⁰⁹

Eram bibliotecas que cumpriam, portanto, com um dos princípios enunciados por Melot (2004, p.17):

não se pode adotar nenhuma posição dogmática, porque o princípio mesmo da biblioteca é de colocar em questão todo dogmatismo.[...] É precisamente por isto que a biblioteca é indissociável da democracia.

Para Damien (2000, p.36 e seguintes),

...La démocratie et la bibliothèque sont philosophiquement et politiquement inséparables. [...] As bibliotecas estão mortas, se não podem servir como ferramentas do conhecimento e educação do povo, do eleitor soberano. [...] A Biblioteca livre, moderna deve fazer pela instrução republicana o que a Igreja fez pela Bíblia cristã. É a pedra angular de uma sociedade republicana de sufrágio universal: a biblioteca deve ser o lugar mais bonito [...] Enfim, é o lugar onde os cidadãos, suas lides terminadas, se reúnem. Fazer o que? Conhecer as novas, falar de negócios, dos assuntos públicos, aprender, adquirir fatos e idéias, se divertir e crescer - finalmente conversar [...] (Grifo nosso.)

Melot (2002) concorda com Damien, a biblioteca não é um espaço destinado exclusivamente para o livro, “*Le livre n’est pas l’évidence même de la bibliothèque*” e continua:

a biblioteca não é o lugar do livro, mas ao invés de *links*. Estas relações podem ser orais. Em Alexandria, se desconhece onde era a biblioteca (talvez ela não tivesse um espaço particular), mas sabemos que estava inserida no que foi chamado de Museu. E o Museu não era um museu no sentido moderno, era o lugar onde se praticava as nove artes das musas: era uma escola de filosofia e eu acho que se conversava ali muito mais do que se lia, era um lugar de palavras e ensino.

¹⁰⁹ Antes vem a imagem que persegue historicamente a práxis bibliotecária no Brasil. Num retrato das bibliotecas de então: o salão espaçoso cheio de estantes de velhos livros, sem grande número de obras importantes, sobre ciências contemporâneas nada, na intenção de fazer estudos que o deixem a par dos progressos científicos, de assuntos modernamente discutidos, não adiantará um passo, não adquirirá uma idéia. Esta não é uma verdade hoje em boa parte das bibliotecas escolares, mas ainda é a percepção dos estudantes. Como se pode ver em Macedo e Mello (2008).

A biblioteca é o lugar, portanto, onde se encontram pessoas e saberes, cultura, informação, informação para o trabalho e para a cidadania, o amigo. Um espaço de diálogo onde se faz necessário ouvir todas as vozes, sem censura, para que se construa uma voz própria, crítica e socialmente criativa e responsável.

Para que os bibliotecários obtenham legitimidade é fundamental, portanto, que enquanto cidadãos utilizem suas liberdades e tenham interesse em participar ativamente das questões políticas, sociais e educacionais, não apenas como liberdades subjetivas de ação para a defesa de interesses próprios, mas também como liberdades para fins do uso da razão e benefício da sociedade, em defesa de uma biblioteca humana e democrática.

Com brevidade e precisão, Ponzani (2009) assim caracteriza a profissão:

A profissão bibliotecária não é só uma profissão técnica, mas se caracteriza também – e sobretudo – pela sua militância cultural, baseada em princípios deontológicos imprescindíveis, a defesa da liberdade de expressão, do confronto das ideias, da democracia.

Neste contexto, a biblioteconomia brasileira, seus profissionais, só terão visibilidade e reconhecimento no dia em que exercerem sua vocação de defesa de um espaço democrático e pedagógico aberto ao cidadão, quando de fato olharem para o mundo e apresentarem sua voz à sociedade. Apresentar a sua voz com a sabedoria que lhes é própria, acumulada em cinco mil anos de história, a partir da biblioteca que formou os homens que desbravaram fronteiras físicas e abstratas, que serviu de cenário dos primeiros passos para a criação de novos mundos, conscientes de sua responsabilidade social. Não foi construindo silêncios que a biblioteconomia construiu sua história. A biblioteca foi e é ruidosa. O silêncio mata: o leitor, o cidadão e o bibliotecário.

6 RESTA O SILÊNCIO

Silêncio na biblioteca é uma metáfora. Uma metáfora onde se pode identificar com naturalidade ao menos três planos associados às bibliotecas e ao universo deste trabalho. O plano familiar e de conhecimento popular que remete a placas e lembretes sussurrados por bibliotecárias nas nossas bibliotecas, presente na lembrança de quase todos que um dia passaram por uma escola e pisaram na biblioteca ou frequentaram uma biblioteca pública. O plano imediato e limitado ao raio de ação deste estudo que condensa no termo “biblioteca” as representações institucionais de classe dos profissionais bibliotecários e em “silêncio”, a ausência de manifestação destas instituições contra atos de censura que afetaram bibliotecas no Brasil ao longo do ano de 2009, uma violência contra princípios básicos dos operadores das bibliotecas como a oposição a toda forma de censura ideológica, política ou religiosa e a pressões comerciais e a defesa da idéia de que a liberdade intelectual e o acesso à informação são essenciais à construção de uma cidadania efetiva e responsável e à participação na democracia. E, um outro silêncio, com raízes profundas na história de bibliotecários e bibliotecas, oriundo do claustro, de sob os arcos das bibliotecas monacais, e que cai sobre os fatos como uma forma de censura, um silêncio que cala, um silêncio que pratica a censura aos fatos por obliteração, por condená-los obsequiosamente ao esquecimento, ao silêncio que cerra as portas deixando o mundo lá fora, que se fecha como a virgem de Nuremberg, mas não tem o poder de apagar o intenso rumor que ali se encerra. E acaba por se caracterizar em um ato insidioso, porque, retornando-se ao conhecimento popular do início deste parágrafo, silenciar interpreta-se como concordância, assentimento, como afirma o adágio. Aprovação contraditória, portanto, àquilo que cala a afirmação do papel da biblioteca em uma sociedade democrática como espaço de livre exercício da liberdade de expressão e respeito a todas as comunidades, e diminui papel social dos profissionais.

Neste momento de sintetização e reflexão sobre o percurso efetuado, constata-se que o objetivo proposto para este projeto de investigação foi cabalmente cumprido. Efetuou-se uma resenha sobre como se manifesta a censura no tempo de hoje, quando o Estado deixou de ser seu principal agente, principalmente na sociedade brasileira pós 1988, onde a censura é constitucionalmente proibida. Delineou-se suas formas. Seus fundamentos, muitos historicamente resistentes, principalmente os baseados em razões de sexualidade e,

acrescento, de religião e preconceito racial, como pode ser apreciado na documentação coletada. Seus agentes, com destaque para dois, que se impõem pela ação, os cidadãos e os grupos organizados como promotores de atos de censura. Os atos de censura foram documentados extensamente através de uma coletânea de artigos jornalísticos que nos proporcionaram em detalhe a configuração de cada caso. Assim viu-se que a maioria das bibliotecas atingidas foram escolares em função de bibliografias modernas adquiridas pelo governo federal e estadual, que acabaram por lhes dar maior visibilidade e projeção. Estes livros, enfim, serviram de ponto de conflito com diversas comunidades, que atuaram como agentes de censura: professores, pais, grupos organizados, o Ministério Público e o próprio Estado, em algumas situações. As razões passaram por questões ligadas a sexo, vocabulário até regiões mais sombrias, como a dos preconceitos de religião, raça e a reescritura da história. Com efeito, também foi reunida aqui a informação pertinente sobre a inação das representações profissionais dos bibliotecários, a resposta inexistente aos atos de censura registrados pela imprensa e documentados extensamente. Nunca foi objeto, interrogar o porque desta ausência de uma resposta institucional, eram fatos consumados, documentados, qualquer outra manifestação posterior aos fatos não os mudaria, já eram passado. Questionar estes representantes é um outro trabalho. Apontou-se, então, a violenta contradição entre o discurso ideológico profissional formalizado em declarações, Manifestos e até mesmo o Código de Ética e esta inação, o que permitiu apresentar brevemente como reagem os bibliotecários em outros países e destacar a importância de estudos críticos recentes, publicados pelo próprio Conselho Federal de Biblioteconomia, que propõem uma revisão do Código para atender às demandas sociopolíticas do presente. Ao encontro destas críticas, de bibliotecários como Vergueiro, Souza, Bottentuit, Oliveira e Ferreira, encerra-se com uma reflexão sobre o que é a biblioteca, sua raiz histórica e seu papel. A prática da IFLA, traduzida nos Manifestos e Declarações, todos uma reafirmação constante e incansável do que é uma biblioteca e sua missão, seu papel na sociedade, reitera esta importância de se afirmar permanentemente a visão que se tem da biblioteca. Este estudo, se alguma importância tiver, será a de se constituir em fonte de instigação a uma reflexão bibliotecária sobre a censura no tempo de hoje e sobre o que realmente imaginamos, os bibliotecários brasileiros, seja uma biblioteca e a responsabilidade sociopolítica de nossa ação. Pode ser assim uma contribuição relevante e eventualmente um ponto de partida para futuros trabalhos sobre estes temas.

Não se pode, no entanto, deixar de mencionar algumas limitações do trabalho desenvolvido e que se prendem, sobretudo, a desdobramentos lógicos necessários envolvendo as questões de liberdade de acesso, liberdade de expressão, liberdade intelectual, todos temas

fronteiros à questão da censura. A principal limitação deste estudo prende-se assim ao tempo disponível para sua realização, este fator condiciona a abrangência do estudo e sua profundidade.

No futuro, será importante conhecer de forma mais profunda o papel da censura nas bibliotecas brasileiras, apropriar-se desta história, ainda propriedade de historiadores, e, o mais importante, os reflexos desta história na práxis dos bibliotecários nos dias de hoje e em sua concepção de biblioteca: quais foram as consequências de centenas de anos sob censura para o exercício social da biblioteconomia?

A realização de um estudo nacional, um monitoramento dos casos de censura, contando com o apoio da rede de colegas profissionais poderá confirmar até que ponto o que aqui se prenuncia através de indícios, representativos da realidade da região coberta e também observado no periodismo internacional, que permitem afirmar, de forma convicta, a partir do aprendizado alcançado com o trabalho que agora se conclui, que a biblioteca escolar será em nossa sociedade palco de constantes conflitos: ora com a comunidade interna, ora com as comunidades externas, ambos decorrentes dos incentivos e investimentos efetuados pelo Estado na qualificação de acervos e equipamento, que resultam em projeção maior das bibliotecas. Investimentos estes necessários à melhora da qualidade do ensino e dos níveis de leitura no Brasil, com foco, portanto, na formação de leitores. Este conjunto de fatos coloca ante os bibliotecários e suas entidades representativas novos desafios, parte já atendida pelas ações do CFB em prol das bibliotecas, aos demais, resta-nos, a todos, construir uma resposta. Sempre com a certeza de que a biblioteca é o espaço onde não se admite nenhuma espécie de censura, da formação do cidadão, do livre acesso e da livre expressão para a construção de uma sociedade democrática e justa.

REFERÊNCIAS

A BIBLIOTECA escolar representa um centro de aprendizagem. **Bob News**, São Paulo: Conselho Regional de Biblioteconomia 8ª Região, n. 8, jun. 2009. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/123456789/127>>. Acesso em: 4 nov. 2009.

ABG na audiência pública sobre Bibliotecas Escolares. **Associação dos Bibliotecários de Goiás**, Notícias, 10 dez 2009. Disponível em: <http://www.abgo.com.br/site/index.php?option=com_content&view=art.php>. Acesso em: 31 jan. 2010.

AIB. **Associazione Italiana Biblioteche**, Iscriverti all'AIB, 2010. Disponível em: <<http://www.aib.it/aib/cen/iscr.htm3>>. Acesso em: 31 jan. 2010.

ALBUQUERQUE, Ricardo. Livro sobre Exu causa guerra santa em escola municipal. **O Dia**, Rio de Janeiro, 27 out. 2009. Segundo Caderno, p. 1. Disponível em: <http://odia.terra.com.br/portal/rio/html/2009/10/livro_sobre_exu_causa_guerra_santa_em_escola_municipal.php>. Acesso em: 27 out. 2009.

AMORIM, Galeno (Org.). **Retratos da leitura no Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial; Instituto Pró-livro, 2008. Disponível em: <<http://www.prolivro.org.br/ipl/publier4.0/dados/anexos/1815.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2009.

APÓS livro com palavrão, secretário é afastado na bahia. **A Tarde**, Salvador, 04 ago. 2009. Disponível em: <<http://www.atarde.com.br/brasil/noticia.jsf?id=1201263>>. Acesso em: 1 set 2009.

APÓS vídeo sensual, professora primária é demitida. **A Tarde**, Salvador, ago. 2009. Disponível em: <<http://www.atarde.com.br/brasil/noticia.jsf?id=1217253>>. Acesso em: 1 set 2009.

ARAÚJO, Emanuel. *A Construção do livro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL, 1986.

AUDIÊNCIA Pública em Goiás. **Boletim eletrônico do Sistema CFB/CRB**, Brasília, DF: Conselho Federal de Biblioteconomia, a. 2, n. 32, p.1, 30 nov. 2009. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/123456789/288>>. Acesso em: 31 jan. 2010.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem** : problemas fundamentais da linguagem. São Paulo: HUCITEC, 1992.

BARBOSA, Alaor. Censura literária no Brasil. **Diário da Manhã**, Goiânia, 25 ago. 2009. Opinião. Disponível em: <http://www.dm.com.br/materias/show/t/censura_literaria_no_brasil>. Acesso em 23 out. 2009.

BARROS, Luisa. Livro didático infantil com imagem de tortura choca País. **O Dia**, Rio de Janeiro, 10 jun. 2009. Educação. Disponível em: <<http://www.odia.terra.com.br/portal/educação>>

/html/2009/6/livro_didatico_infantil__imagem_de_tortura_choca_pais_17155.html>. Acesso em: 1 set 2009.

BERTRAND, Anne-Marie. L'identité professionnelle des bibliothécaires. Association des directeurs de bibliothèques départementales de Prêt - ADBDP, Journées d'étude 2003: Les relations, Vannes, 12-14 nov 2003. Disponível em: <<http://www.adbdp.asso.fr/spip.php?article458>>. Acesso em: 11 nov. 2009.

BERTRAND, Anne-Marie. **Les bibliothèques**. Paris: La Decouverte, 1998.

BOB NEWS. São Paulo: Conselho Regional de Biblioteconomia 8ª Região, n. 8, jun. 2009. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/123456789/127>>. Acesso em: 4 nov. 2009.

BOB NEWS. São Paulo: Conselho Regional de Biblioteconomia 8ª Região, n. 20, nov. 2009. Disponível em: <<https://docs.google.com/uc?export=download&id=0B7xa6HWAjUKgNjlmODUyZmMtNzA3Yi00OTQ3LTgzOGItN2Y4Y2FkNTFiZjJi>>. Acesso em: 4 nov. 2009.

BOLETIM ELETRÔNICO CRB-6. Belo Horizonte: Conselho Regional de Biblioteconomia 6ª Região, n. 30, p.1, 21 set. 2009. Disponível em: <http://www.crb6.org.br/boletins/boletim_30_2009.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2009.

BOLETIM ELETRÔNICO DO SISTEMA CFB/CRB. Brasília, DF: Conselho Federal de Biblioteconomia, a. 2, n. 27, p.1, 9 out. 2009. Disponível em: <<http://repositorio.cfb.org.br/handle/123456789/271>>. Acesso em: 4 nov. 2009.

BORGES, Carla. Educação manda recolher livros considerados ofensivos. **O Popular**, Goiânia, 01 out. 2009. Disponível em: <<http://www.opopular.com.br/anteriores/01out2009/home>>. Acesso em: 23 out. 2009.

BOTTENTUIT, A. M.; OLIVEIRA, M. O. E. de; FERREIRA, M.. Da ética nos cursos de Biblioteconomia e campos afins das instituições de ensino superior brasileiras. In: GOMES, H. F.; BOTTENTUIT, A. M.; OLIVEIRA, M. O. E. de (Orgs.). **A ética na sociedade, na área da informação e da atuação profissional**: o olhar da Filosofia, da Sociologia, da Ciência da Informação e da formação e do exercício profissional do bibliotecário no Brasil. Brasília, DF: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2009. P

BRAOUEZEC, Patrick; DELOULE, Madeleine; MATRAY, Luc. Bibliothèque et citoyenneté. **Bulletin des bibliothèques de France - BBF**, Paris, t. 45, n. 5, p. 62-65, 2000. Disponível em: <<http://bbf.enssib.fr/consulter/07-deloule.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2010.

BRASIL, Ubiratan. Trabalho de pesquisador sob censura. **O Estadão de S.Paulo**, 21 dez. 09. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticia_imp.php?req=not_imp_485161,0.php>. Acesso em: 21 dez. 2009.

BRASIL. Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/InfDoc/novoconteudo/legislacao/republica/Leis1968vVIIp219/parte-2.pdf#page=1>>. Acesso em: 11 mar. 2010.

BRASIL. Constituição (1824). **Constituição política do imperio do Brazil (1824)**. Base da Legislação Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/principal.htm>. Acesso em: 11 mar. 2010.

BRASIL. Constituição (1891). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (24 de Fevereiro de 1891)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/principal.htm>. Acesso em: 11 mar. 2010.

BRASIL. Constituição (1937). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 10 de novembro de 1937)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/principal.htm>. Acesso em: 11 mar. 2010.

BRASIL. Constituição (1967). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/principal.htm>. Acesso em: 11 mar. 2010.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970. Dispõe sobre a execução do artigo 153, § 8º, parte final, da Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1970-1979/decreto-lei-1077-26-janeiro-1970-355732-publicacao-1-pe.html>>. Acesso em: 11 mar. 2010.

BRASIL. Lei nº 2.083, de 12 de novembro de 1953. Regula a Liberdade de Imprensa. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l2083.htm>. Acesso em: 11 mar. 2010.

BRASIL. Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967. Regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5250.htm>. Acesso em: 11 mar. 2010.

BRASIL. Lei nº 5.536, de 21 de novembro de 1968. Dispõe sobre a censura de obras teatrais e cinematográficas, cria o Conselho Superior de Censura, e da outras providências. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=118512>>. Acesso em: 11 mar. 2010.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990b. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em: 11 mar. 2010.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Portaria Nº 773**, de 19 de outubro de 1990a. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/classificacao/>>. Acesso em: 11 mar. 2010.

BRASIL. Presidência da República. **Manual de redação da Presidência da República**. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/>. Acesso em: 19 jan. 2010.

BROCHIER, Jean-Jacques. Les arguments contre la censure. **Communications**, Paris, v. 9, n. 1, p. 64 – 74, 1967. Disponível em: <<http://www.persee.fr>>. Acesso em: 28 nov. 2009.

BYRNE, Alex. Libraries and Democracy. Keynote Paper for Seminar on Libraries and Democracy, Stockholm, 4 November, 1999. **IFLA/FAIFE**, Other Papers on Intellectual Freedom. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/faife/papers/others/byrne3.htm>>. Acesso em: 30 out. 2009.

CALVINO, Italo. **Una pietra sopra**. Milano: Einaudi, 1980.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Livros Proibidos, ideias malditas: o DEOPS e as minorias silenciadas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Minorias silenciadas: história da censura no Brasil**. São Paulo: FAPESP, 2002.

CASTRO, César. **História da biblioteconomia brasileira**. Brasília: Thesaurus, 2000.

CASTRO, César. Produção e circulação de livros no Brasil: dos jesuítas (1550) aos militares (1970). **Encontros Bibli**, Santa Catarina, v. 20, n. 1, p. 92-103, 2005.

CFB. Conselho Federal de Biblioteconomia. **Projeto Mobilizador: biblioteca escolar construção de uma rede de informação para o ensino público**, de 11 de setembro de 2008. Disponível em: <<http://www.cfb.org.br/UserFiles/File/promobil/PROMOBILFINAL.pdf>>. Acesso em: 4 nov 2009.

CFB. Conselho Federal de Biblioteconomia. **Resolução CFB n. 42 de 11 de janeiro de 2002 dispõe sobre o Código de Ética Profissional do Bibliotecário**. Disponível em:<[tp://repositorio.cfb.org.br/bitstream/123456789/215/1/Resolucao_042-02.pdf](http://repositorio.cfb.org.br/bitstream/123456789/215/1/Resolucao_042-02.pdf)>. Acesso em: 30 out. 2009.

CFB. **Notícias**, jun. 2009. Disponível em:<<http://www.cfb.org.br>>. Acesso em 29 out. 2009.

COMBE, Sonia. Les métiers de la documentation et l'illusion de neutralité. **Dossier: censure et bibliothèques publiques**, Liège, n. 161, p. 58, 2009. Disponível em: <[http://www.bibliotheques.be/library/documents/Publications/Dossier%20161%20censure\(4\).pdf](http://www.bibliotheques.be/library/documents/Publications/Dossier%20161%20censure(4).pdf)>. Acesso em: 28 nov. 2009.

Conselho veta propaganda de cerveja com Paris Hilton. **Zero Hora**, Porto Alegre, 01 mar. 2010. Disponível em: <<http://zerohora.clicrbs.com.br/especial/rs/zhdinheiro/19,0,2824973,Conselho-veta-propaganda-de-cerveja-com-Paris-Hilton.html>>. Acesso em: 01 mar. 2010.

CORNOG, Martha. Is Sex Safe in Your Library? How to Fight Censorship. **Library Journal**, v. 118, n. 13, p. 43-46, 1993. Acesso em 30 out. 2009.

CRÍTICA em relação a obra "Um Contrato com Deus" de Will Eisner. **Colegio Estadual Rui Barbosa - Ensino Médio**, Itaúna do Sul (PR). A aluna P.B.F. da escola realizou uma leitura neste livro e deixa sua crítica em relação a esta obra. Disponível em: <<http://www.jurruibarbosa.seed.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=221>>. Acesso em: 23 out. 2009.

DAMIEN, Robert. Le conseil au Prince: matrices et modèles. Conférences de Philosophie, Lycée Henri-IV à Paris, Conférence n. 17, 24 mar 2003. Disponível em: <http://lyc-henri4.scola.ac-paris.fr/assos/philo/17_prince.html>. Acesso em: 11 nov. 2009.

DAMIEN, Robert. Procès et défense d'un modèle bibliothécaire de la démocratie: l'exemple d'Eugène Morel. **Bulletin des bibliothèques de France - BBF**, Paris, t. 45, n. 5, p. 35 – 40, 2000. Disponível em: <<http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-2000-05-0035-001>>. Acesso em: 31 jan. 2010.

DAMIEN, Robert. Quel sens pour l'action culturelle en bibliothèque?. **Association des directeurs de bibliothèques départementales de P rêt - ADBDP**, Journées d'étude 2002.

L'action culturelle en BDP, locomotive ou danseuse?, Agen, 12 - 14 novembre 2002. Disponível em: <<http://www.adbdp.asso.fr/spip.php?article467>>. Acesso em: 11 nov. 2009.

DIDEROT, Denis. **Carta sobre o comércio do livro**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002. Escrita em: 1763.

DRILLON, Jacques. Retour de la censure. **Le Nou vel Observateur**, Paris, 29 out 2009. Disponível em: <<http://bibliobs.nouvelobs.com/20091029/15572/le-retour-de-la-censure>>. Acesso em: 24 nov 2009.

ECO, Umberto. **A Biblioteca**. Lisboa: Difel, Difusão Editoria, Ltda, 1994.

EISNER, Will. **Um contrato com Deus**: e outras histórias de cortiço. São Paulo: Devir, 2009.

ESTÁTUA "Vênus de Milo" de neve é coberta por ordem da polícia nos EUA. **Correio Braziliense**, Brasília, 4 mar. 2010. Disponível em: <<http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/182/2010/03/04/mundo,i=177511/ESTATUA+VENUS+DE+MILO+DE+NEVE+E+COBERTA+POR+ORDEM+DA+POLICIA+NOS+EUA.shtml>>. Acesso em: 4 mar. 2010.

ESTUDO critica excesso de "politicamente correto" em histórias infantis. **Zero Hora**, Porto Alegre, 16 mar. 2010. Disponível em: <<http://zerohora.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default.jsp?uf=1&local=1§ion=Geral&newsID=a2839649.xml>>. Acesso em: 16 mar. 2010.

FAILLA, Zoara. Os jovens, leitura e inclusão. In: AMORIM, Galeno (Org.). **Retratos da leitura no Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial; Instituto Pró-livro, 2008. P. 95 – 108.

FARIAS, Edilsom. Democracia, censura e liberdade de expressão e informação na Constituição Federal de 1988 . **Jus Navigandi**, Teresina, ano 5, n. 51, out. 2001. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=2195>>. Acesso em: 02 mar. 2010.

FERNÁNDEZ-MOLINA, Juan Carlos. La información en el entorno digital: principales áreas con implicaciones éticas. In: GOMES, H. F.; BOTTENTUIT, A. M.; OLIVEIRA, M. O. E. de (Orgs.). **A ética na sociedade, na área da informação e da atuação profissional**: o olhar da Filosofia, da Sociologia, da Ciência da Informação e da formação e do exercício profissional do bibliotecário no Brasil. Brasília, DF: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2009. P.

FERREIRA, J.; DELGADO, L.. **O Brasil rep ublicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 4 v..

FICO, Carlos. **Como eles agiam**: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FONSECA, Edson Nery da. **Introdução à biblioteconomia**. São Paulo: Pioneira, 1992.

FURTADO, Jorge. Will Eisner para todos. **Zero Hora**, Porto Alegre, 22 jun. 2009. Segundo Caderno, p.2.

GARAPON, Antoine. **Le Gardien des Promesses**: justice et démocratie. Paris: Odile Jacob, 1996.

GASPARI, Elio. **A ditadura derrotada**. São Paulo : Companhia das Letras, 2003.

GASPARI, Elio. **A ditadura encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo : Companhia das Letras, 2002a.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo : Companhia das Letras, 2002b.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

GOIÁS. Ministério Público. Centro de Apoio Operacional da Infância, Juventude e Educação. **Recomendação** de 25 de setembro de 2009. a Secretaria Estadual de Educação criação e instalação de Câmara Técnica de análise de obras literárias e que determine o recolhimento das obras indicadas do PNBE-MEC. Disponível em: <http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/8/docs/recomendacao_pnbe_-_mec_-_corrigida.pdf>. Acesso em: 31 out. 2009.

GOMES, H. F.; BOTTENTUIT, A. M.; OLIVEIRA, M. O. E. de (Orgs.). **A ética na sociedade, na área da informação e da atuação profissional**: o olhar da Filosofia, da Sociologia, da Ciência da Informação e da formação e do exercício profissional do bibliotecário no Brasil. Brasília, DF: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2009.

GOMES, Rodrigo. Secretaria vai recolher no Rio livro didático com figura imprópria para crianças. **O Globo**, Rio de Janeiro, 10 jun 2009. Educação. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/educacao/mat/2009/06/10/secretaria-vai-recolher-no-rio-livro-didatico-com-figura-impropria-para-criancas.htm>>. Acesso em: 1 set 2009.

GONZATTO, Marcelo. Pedofilia, estupro e adultério são temas para estudante?. **Zero Hora**, Porto Alegre, p.8, 19 jun 2009. Disponível em: <<http://zerohora.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default2.jsp?uf=1&local=1&source=a2551031.xml>>. Acesso em: 22 out. 2009.

GOTTLIEB, Stephen S..The right to read: censorship in the school library. **ERIC Digest**, jun. 1990. Disponível em: <<http://www.ericdigests.org/pre-9215/library.htm>>. Acesso em: 5 fev. 2010.

GUERRINI, Mauro. Campagna per il diritto all'informazione, contro ogni censura: bibliotecaria assolta. **AIB**, Comunicati, 21 jun. 2005b. Disponível em:<<http://www.aib.it/aib/cen/censc.htm>>. Acesso em: 30 out. 2009.

GUERRINI, Mauro. Se la censura entra in biblioteca. **AIB notizie**, 17, n. 3 - 4, mai. 2005a. Disponível em:<<http://www.aib.it/aib/cen/pres0505a.htm>>. Acesso em: 30 out. 2009.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**: sua história. São Paulo: Edusp, 2005.

HAMILTON, Stuart. **To what extent can libraries ensure free, equal and unhampered access to Internet-accessible information resources from a global perspective?** Copenhagen: Department of Library and Information Management, Royal School of Library and Information Science/FAIFE, 2004. Disponível em: <<http://biblis.db.dk/uhtbin/hyperion.exe/db.stuham05>>. Acesso em: 10 mar. 2010.

HAMILTON, Stuart. **Freedom of access to information, freedom of expression and Cyberspace**: an introduction to the theoretical concepts and practical obstacles facing libraries providing access to information via the Internet. Copenhagen: Department of Library and Information Management, Royal School of Library and Information Science/FAIFE, 2004. Disponível em: <http://kirjastoseura.kaapeli.fi/admin/luennot/liite_770>. Acesso em: 10

mar. 2010.

HANNABUS, S.; ALLARD, M.. Issues of censorship. **Library Review**, v. 50, n. 2, p. 81-89, 2001. Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com/10.1108/00242530110381127>>. Acesso em: 28 nov. 2009.

HEIDEGGER, Martin. **Carta sobre o humanismo**. Trad. Emmanuel Carneiro Leão. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.

IFLA. **Directrizes da IFLA/UNESCO para Bibliotecas Escolares (2002a)**. Versão em português, 2006. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/SchoolLibraryGuidelines-pt.pdf>>. Acesso em 30 out. 2009.

IFLA. **Manifesto da IFLA sobre a internet (2002a)**. Este Manifesto foi preparado pelo FAIFE e aprovado pelo Conselho da IFLA, em 27 de março de 2002, em Haia, Holanda. Proclamado pela IFLA em 1 de maio de 2002. Disponível em: <<http://www.ifla.org/files/faife/publications/policy-documents/internet-manifesto-pt.pdf>>. Acesso em 30 out. 2009.

IFLA. **Alexandria Manifesto on Libraries, the Information Society in Action (2005)**. Adopted in Alexandria, Egypt, Bibliotheca Alexandrina, on 11 November 2005. Disponível em: <<http://www.ifla.org/publications/alexandria-manifesto-on-libraries-the-information-society-in-action>>. Acesso em 30 out. 2009.

IFLA. **The Glasgow declaration on libraries, information services and intellectual freedom (2002b)**. Declaration was prepared by IFLA/FAIFE. Approved by the Governing Board of IFLA 27 March 2002, The Hague, Netherlands. Proclaimed by the Council of IFLA 19 August 2002, Glasgow, Scotland. Disponível em: <<http://www.ifla.org/faife/policy/iflastat/gldeclar-e.html>>. Acesso em 30 out. 2009.

IFLA. **Manifesto IFLA/UNESCO da Biblioteca Escolar (1999)**. Este Manifesto foi preparado pela IFLA e aprovado pela UNESCO na sua Conferência Geral em novembro de 1999. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/portug.pdf>>. Acesso em 30 out. 2009.

IFLA. **Declaração da IFLA sobre as bibliotecas e a liberdade intelectual (1999)**. declaração foi preparada pelo IFLA/FAIFE e aprovada pelo Comitê Executivo da IFLA a 25 de Março de 1999, Haia, Holanda. Disponível em: <http://www.ifla.org/faife/policy/iflastat/iflastat_pt.htm>. Acesso em 30 out. 2009.

IFLA. **The Public library service: IFLA/UNESCO guidelines for development**. München: Saur, 2001. Disponível em: <<http://www.ifla.org/VII/s8/proj/publ97.pdf>>. Acesso em 30 out. 2009.

IWASSO, Simone. Escolha de livro não deve ter censura. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 1 jun. 2009. Vida&, p.17. Disponível em: <[://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090601/not_imp380070,0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090601/not_imp380070,0.php)>. Acesso em: 23 set. 2009.

KAMEL, Ali. O que ensinam às nossas crianças. **O Estado de São Paulo**, 20 set. 2007. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20070920/not_imp54776,0.php>. Acesso em: 28 nov. 2009.

KING, Stephen. **Under the dome**. New York: Scribner, 2009.

KRUG, Judith. On the line for the first amendment. **American Libraries**, abr 2009. Entrevista para Beverly Goldberg. Disponível em: <<http://www.ala.org/ala/online/resources/slctdarticles/judithkruginterview.cfm>>. Acesso em: 2 dez. 2009.

LEESBURG mom not giving up on library book warning-label campaign. **Orlando Sentinel**, Orlando, 16 abr. 2010. Disponível em: <http://articles.orlandosentinel.com/2010-05-06/news/os-longwood-library-gossip-girl-books20100505_1_library-notes-library-services-manager-library-policy>. Acesso em: 09 mai. 2010.

LIBRARY books held captive for 'content'. **United Press International**, 9 mai. 2010. Disponível em: <http://www.upi.com/Odd_News/2010/05/09/Library-books-held-captive-for-content/ UPI-70581273440555/print>. Acesso em: 9/05/2010.

LINDOSO, Felipe. A cadeia produtiva do livro e a leitura. In: AMORIM, Galeno (Org.). **Retratos da leitura no Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial; Instituto Pró-livro, 2008. P. 109 – 126.

LIVREIRO apresenta queixa contra PSP por apreender livros com capa “pornográfica”. **Público**, Lisboa, 24 fev. 2009. Disponível em: <<http://publico.pt/1366522>>. Acesso em: 25 mar. 2010.

LIVRO de Cristovão Tezza é proibido em escolas de Santa Catarina. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 28 . 2009. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/diariocatarinense/jsp/default.jsp?uf=2&local=18&newsID=a2526517.htm§ion=Geral>>. Acesso em: Acesso em: 26 out. 2009.

MACEDO, Lucas S.; MELLO, Cláudio J. de A. **Aspectos preliminares sobre a leitura na biblioteca escolar**. Programa de Educação Tutorial – Letras, UNICENTRO. ível em: <http://web03.unicentro.br/pet/pdf/08_lucas.pdf 2008>. Acesso em: 30 mar. 2010.

MARTINO, Agnaldo; SAPATERRA, Ana Paula. A censura no Brasil:do século XVI ao século XIX. **Estudos Linguísticos**, Campinas, n. 35, p. 234 – 243, 2006. Disponível em: <<http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/edicoesanteriores/4publica-estudos-2006/sistema06/169.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2009.

MARTINS, Wilson. **História da inteligência brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1976 -1978. V. 1-7.

MATOS, Manuela. Secretaria da Educação distribui revista didática com palavrão. **Tribuna da Bahia**, Salvador, 1 ago. 2009. Educação, p.8. Disponível em: <<http://www.tribunadabahia.com.br/news.php?idAtual=18077.php>>. Acesso em: 1 set 2009.

MAXWELL, Kenneth. Livros Proibidos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 1 abr 2010. Opinião A3.

MBONGO, Pascal. La banalisation du concept de censure. **Pouvoirs**, Paris, n. 130, p. 17 à 30, 2009.

MELOT, Michel. Comme un marin sur l’océan. In: _____. **La sagesse du bibliothécaire**. Paris: L’oeil neuf, 2004. cap.1, p. 5 – 21. Disponível em: <http://www.sitedit.eu/mutu/oeil9/index.php?sp=liv&livre_id=5>. Acesso em: 11 nov. 2009.

MELOT, Michel. Rebonds. Association des directeurs de bibliothèques départementales de Prêt – ADBDP, Journées d'étude 2002 : l'action culturelle en BDP, locomotive ou danseuse? Disponível em: <<http://www.adbdp.asso.fr/spip.php?article480>>. Acesso em: 11 nov. 2009.

MESSINA, Dino. Accuse al Cavaliere nel libro. **Corriere della Sera**, Milano, 29 mai 2009. Disponível em: <http://www.corriere.it/politica/09_maggio_29/Accuse_al_Cavaliere_nel_libro.php>. Acesso em: 14 abr 2010.

MILANESI, Luiz Augusto . **Biblioteca**. São Caetano do Sul: Ateliê Editorial, 2002.

MOLZ, R.K.. Censorship issues in American libraries. **Library Trends**, Urbana-Champaign, v. 39, n. 1-2, p. 18–35, 1990. Disponível em: <http://www.ideals.illinois.edu/bitstream/handle/2142/7715/librarytrendsv39i1-2_opt.pdf?sequence=3>. Acesso em: 26 out. 2009.

MOM checked out racy teen books from library — and she won't give them back. **Orlando Sentinel**, Orlando, 6 mai. 2010. Disponível em:<http://articles.orlandosentinel.com/2010-05-06/news/os-longwood-library-gossip-girl-books20100505_1_library-notes-library-services-manager-library-policy>. Acesso em: 09 mai. 2010.

MONTEIRO, André; MADUREIRA, Roberto. Escola de Vila Velha (ES) emprestava livro com sexo e palavrão; foi recolhido. **Folha de São Paulo**, 22 out. 2009. Educação. Disponível em: <<http://tools.folha.com.br/print?site=emcimadahora&url=http%3A%2F%2Fwww1.folha.uol.com.br%2F>>. Acesso em: 22 out 2009.

MORAES, Dislane Zerbinatti. “E foi proclamada a escravidão”: Stanislaw Ponte Preta e a representação satírica do golpe militar. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 61 – 102, 2004.

MOREIRA, Carlos A.; ROCHA, Patrícia. Polêmica na biblioteca. **Zero Hora**, Porto Alegre, 27 jun. 2009. Cultura, capa e p.4-5. Disponível em:<<http://zerohora.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default2.jsp?uf=1&local=1&source=a2559395.xml>>. Acesso em: 01 Set. 2009.

MOREIRA, Carlos Andre. (De) formação de leitores?. **Mundo Livro**, 26 jun. 2009. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/blog/jsp/default.jsp?uf=1&local=1&source.htm>>. Acesso em: 01 Set. 2009.

NANI. Precisamos do humor para não morrer de realidade. **L&PM Editores**, Entrevistas, 6 fev. 2009. Entrevista com o cartunista. Disponível em: <http://www.lpm-editores.com.br/site/imprimir.asp?TroncoID=805133&SecaoID=500709&SubsecaoID=0&Template=../artigosnoticias/user_exibir.asp&ID=716346>

NASSIF, Luiz. O caso do livro no índex. **Luiz Nassif On line**, 21 set 2007. Disponível em:<<http://www.projetobr.com.br/web/blog?entryId=4303>>. Acesso em: 28 nov. 2009.

NAUDÉ, Gabriel. **Advis pou r dr esser une bibliothèque**: présenté à Monseigneur le président de Mesme (1627). Paris: Isidore Liseux, 1876. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k576966.r=.langPT>>. Acesso em: 11 nov. 2009.

NEWTH, Mette. The long history of censorship. **Beacon for Freedom of Expression**, Oslo, 2001. Disponível em: <http://www.beaconforfreedom.org/about_project/history.html>. Acesso em: 10 mar 2010.

NOVINSKY, A. W. . Os regimes totalitários e a censura. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org.). **Minorias Silenciosas: história da censura no Brasil**. São Paulo: EDUSP / FAPESP, 2002. P. 25-35.

OBOLER, Eli M.. **Defending intellectual freedom: the library and the censor**. Westport: Greenwood Press, 1980.

ONU. **Declaração dos direitos do homem** (1948). Disponível em: <[http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal .htm](http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm)>. Acesso em: 30 out. 2010.

OPPENHEIM, Charles, SMITH, Victoria. Censorship in libraries. **Information Services & Use**, Amsterdam, v. 24, n. 4, p. 159-170, 2004.

PAIVA, Marcelo Rubens. Essa censura que não acaba. **O Estado S. Paulo**, São Paulo, 04 jun. 2009. Disponível em: <http://blog.estadao.com.br/blog/marcelorubenspaiva/?title=essa_censura_que_nao_acaba&more=1&c=1&tb=1&pb=1.htm>. Acesso em: 17 out. 2009.

PALAZZOLO, Maria Iolanda. La censura in biblioteca. Appunti (e spunti) storici. **Bibliotime**, ano X, n. 1, mar. 2007. Disponível em: <<http://didattica.spbo.unibo.it/bibliotime/num-x-1/palazzol.htm>>. Acesso em: 24 nov. 2009.

PALLOTTINI, R. Censura: o dano irrecuperável ao teatro brasileiro. **Media & Jornalismo**, Brasil, v. 12, n. 12, p. 19-26, 2008. Disponível em: <www.revistas.univerciencia.org/index.php/mediajornalismo/article/view/6328/5746>. Acesso em 21 mar. 2010.

PASOLINI, Pier Paolo. **Le belle bandiere: dialoghi 1960-65**. Roma: Editori Riuniti, 1977. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=A-JLAAAAMAAJ&q=Pasolini&dq=Pasolini&lr=lang_it&as_drrb_is=q&as_minm_is=0&as_miny_is=&as_maxm_is=0&as_maxy_is=&as_brr=0&client=firefox-a&cd=69>. Acesso em 12 dez. 2009.

PEREIRA, Sílvio Batista, CAMINHA, Pero Vaz de. **Vocabulário da carta de Pero Vaz de Caminha**: [seguido da reprodução fac-similar e da leitura diplomática do manuscrito autógrafo]. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1964.

PIERRAT, Emmanuel. Censure, morale et droit: la loi du 16 juillet 1949 sur les publications destinees a la jeunesse. In: Colloque de la censure: la genèse à la réception de l'oeuvre... où se cache-t-elle?, 2006, Toulouse. **Actes...** Disponível em: <http://www.crl.midipyrenees.fr/page.asp?PK_page=88&chpt=les_actions_du_crl&sX_Menu_selectedID=m1_B29>. Acesso em: 19 abr. 2010.

PIERRAT, Emmanuel. Les formes actuelles de censure. **Dossier: censure et bibliothèques publiques**, Liège, n. 161, p. 22-26, 2009. Entrevista concedida a Florence Richter. Disponível em: <[http://www.bibliotheques.be/library/documents/Publications/Dossier%20161%20censure\(4\).pdf](http://www.bibliotheques.be/library/documents/Publications/Dossier%20161%20censure(4).pdf)>. Acesso em: 28 nov. 2009.

PONTE PRETA, Stanislaw. **O festival de besteira que assola o país**. Rio de Janeiro: Autor, 1966.

PONZANI, Vittorio. In biblioteca nessuna censura. **AIB n otizie**, 21, n. 4, p. 3, 2009. Disponível em: <<http://www.aib.it/aib/editoria/n21/0403.htm>>. Acesso em: 30 out. 2009.

PORTO, Sérgio. **A revista do Lalau: uma seleção de raridades, textos dispersos e inéditos de**

Sérgio Porto, o homem que inventou Stanislaw Ponte Preta e o país do Febeapá. Rio de Janeiro: Agir, 2008.

PROENÇA FILHO, Domício. A trajetória do negro na literatura brasileira. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 50, abr. 2004.

PROFESSORA é afastada depois de usar livro com texto erótico em sala. **Correio Feirense**, Feira de Santana, 27 mar. 2010. Disponível em: <<http://correio24horas.globo.com/noticias/noticia.asp?codigo=54468&mdl=50>>. Acesso em: 27 mar 2010.

PUDDEPHATT, Andrew. The role of media in building and enhancing democracy. In: INTERNATIONAL CONFERENCE OF NEW OR RESTORED DEMOCRACIES, 6, 2006, Doha. **Building capacity for d emocracy, peace an d soc ial p rogress**. Disponível em: <<http://www.icnrd6.com/background.php>>. Acesso em: 28 nov. 2009.

QUADRINHOS conquistam espaço na literatura escolar. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 02 fev 2009. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,quadrinhos-conquistam-espaco-na-literatura-escolar,316822,0.htm>>. Acesso em: 30 out 2009.

RAMOS, Fernando César da Silva. A leitura em movimento: estudo de um caso de censura no Brasil do século XIX. **Em Tese**, Belo Horizonte, v. 9, p. 115–124, dez. 2005.

RAMOS, Paulo; VERGUEIRO, Waldomiro. O óbvio: quadrinhos não são só para crianças. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 22 maio 2009. *Tendências & Debates*, Primeiro Caderno, p. A3.

REIMÃO, Sandra. O Departamento de Censura e Diversões Públicas e a censura a livros de autores brasileiros 1970 - 1988. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 32, 2009, Curitiba. **Comunicação, e ducação e c ultura n a e ra d igital**. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-1041-1.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2009.

REIMÃO, Sandra. Fases do Ciclo Militar e censura a livros - Brasil, 1964-1978. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28., 2005. Rio de Janeiro. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2005. Disponível em: http://www.usp.br/proin/download/artigo/artigo_fases_ciclo_militar.pdf. Acesso em: 26 out. 2009.

RESENDE, Lino Geraldo. A censura contra a cidadania: o caso do Brasil. **BOCC** – Biblioteca On-Line de Ciências da Comunicação, Covilhã, Universidade da Beira Interior, 2005. ISSN: 1646-3137. Disponível em: <<http://www.bocc.uff.br/pag/resende-lino-geraldo-censura-cidadania.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2009.

REVELLI, Carlo. A luci rosse. **Biblioteche oggi**, Milano, n. 5, p. 46 – 51, jan.- fev. 1997. Disponível em: < <http://www.bibliotecheoggi.it/1997/19970104601.PDF>>. Acesso em: 29 nov. 2009.

REVELLI, Carlo. I vari aspetti della censura. **Biblioteche oggi**, Milano, n. 8, p. 79 – 83, out. 2003. Disponível em: < <http://www.bibliotecheoggi.it/2003/20030807901.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2009.

REVELLI, Carlo. Spettro della censura. **Biblioteche oggi**, Milano, n. 5, p. 42 – 45, jun. 1993. Disponível em: <<http://www.bibliotecheoggi.it/1993/19930504201.PDF>>. Acesso em: 29 nov. 2009.

REZENDE, Cláudia. Educadores apoiam uso 'controlado' de palavras. **Hoje em Dia**, Belo Horizonte, 6 out. 2009. Disponível em: <<http://www. hojeemdia.com.br/cmlink/hoje-em-dia/minas/educadores-apoiam-uso-controlado-de-palavroes-1.21137>>. Acesso em: 29/10/2009.

REZENDE, Cláudia. Palavrão na escola: MEC defende livro que pais rejeitam. **Hoje em Dia**, Belo Horizonte, 6 out. 2009. Disponível em: <<http://www. hojeemdia.com.br/cmlink/hoje-em-dia/minas/palavr-o-na-escola-mec-defende-livro-que-pais-rejeitam-1.21130>>. Acesso em: 29/10/2009.

RIBEIRO, Veridiana. Diretor de escola recolhe livros com palavras. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 jun. 2009. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u583250.shtml>>. Acesso em 19 abr 2010.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Educação. **SEC a lerta escolas est aduais so bre conteúdo impróprio em livros d istribuídos pelo MEC**. Porto Alegre, Notícias, 18 jun. 2009. Disponível em: <[://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/noticias](http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/noticias)>. Acesso em: 1 set 2009.

RODRIGUES, Graça Almeida. **Breve História da Censura Literária em Portugal**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa/Ministério da Educação e Ciência, 1980. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes.html>>. Acesso em: 28 nov. 2009.

RODRIGUES, Nêmora Arlindo. Profissão regulamentada: uma questão de cidadania. **Boletim E letrônico do Sistema CFB/CRB**. Brasília, DF: Conselho Federal de Biblioteconomia, a. 2, n. 29, p.1, 4 nov. 2009. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/123456789/277>>. Acesso em: 4 nov. 2009.

ROELANTS, JOSIANE. Ethique et qualité en bibliothéconomie. **Libri**, Copenhagen, v.43, n. 3, p. 198–209, 1993.

ROSA, Fausto. La censura nelle biblioteche e l'etica del bibliotecario. **Bibliotime**, ano X, n. 1, mar. 2007. Disponível em: <<http://www2.spbo.unibo.it/bibliotime/num-x-1/rosa.htm>>. Acesso em: 24 nov. 2009.

SIMAS, Anna, DUARTE, Tatiana. Censura a livros chega ao Paraná. **Gazeta d o P ovo**, Curitiba, 17 jun. 2009. Ensino. Disponível em: <<http://portal.rpc.com.br/gazetadopovo/ensino/conteudo.phtml?tl=1&id=896993&tit=Censura-a-livros-chegaa-paraná.php>>. em: 1 set 2009.

SIMAS, Anna. Censura a livros causa polêmica entre juristas. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 18 jun. 2009. Ensino. Disponível em: <<http://portal.rpc.com.br/gazetadopovo/ensino/conteudo.phtml?id=897273&tit=Censura-a-livros-causa-polêmica-entre-juristas.php>>. Acesso em: 1 set 2009.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. A censura durante o regime autoritário. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 4. N. 10, p. 21-43, 1989.

SOBRE a proibição do livro de Cristovão Tezza. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 29 mai 2009. Blog de Letrinhas. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/blogdeletrinhas/2009/05/29/sobre-a-proibicao-do-livro-de-cristovao-tezza/?topo=67,2,18,,67>>. Acesso em: 30 out. 2009.

SOUZA, F. das C. de. Dos deveres profissionais ou a deontologia. GOMES, H. F.; BOTTENTUIT, A. M.; OLIVEIRA, M. O. E. de (Orgs.). **A ética na sociedade, na área da informação e da atuação profissional**: o olhar da Filosofia, da Sociologia, da Ciência da Informação e da formação e do exercício profissional do bibliotecário no Brasil. Brasília, DF: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2009. P. 133 – 145.

SOUZA, F. C. de. Construindo a cidadania?. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 4, n. 1, p. 17-26, 1994.

SOUZA, Sebastião de. Fundamentos filosóficos da biblioteconomia. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 14, n. 2, p. 189-196, 1986. Disponível em: <<http://164.41.122.25/portalnosp/ojs-2.1.1/index.php/RBB/article/view/418/388>>. Acesso em: 26 out. 2009.

STADEN, Hans. Viagem ao Brasil. Rio de Janeiro : Academia Brasileira, 1930. Disponível em: <<http://purl.pt/151>>. Acesso em: 1 set 2009.

STAPLES, Suzanne Fisher. What Johnny can't read: censorship in american libraries. **The Allan Review**, v. 23, n. 2, p. 49, winter 1996. Disponível em: <<http://scholar.lib.vt.edu/ejournals/ALAN/winter96/pubCONN.html>>. Acesso em: 28 mar. 2010.

STEPHANOU, Alexandre Ayub. **Censura no regime militar e militarização das artes**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

STEPHANOU, Alexandre Ayub. **O procedimento racional e técnico da censura federal brasileira como órgão público**: um processo de modernização burocrática e seus impedimentos (1964-1988). Porto Alegre, 2004. 349 f. Tese (Doutorado em História) - PUCRS, Fac. de Filosofia e Ciências Humanas.

TAKAHASHI, Fábio. Livro para adolescentes é entregue a crianças. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 mai. 2009. Cotidiano. Disponível em: <<http://www.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2805200904.htm>>. Acesso em: 23 set. 2009b.

TAKAHASHI, Fábio. Secretaria decide recolher mais 5 livros. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 mai. 2009. Cotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff3005200918.htm>>. Acesso em: 23 set. 2009c.

TAKAHASHI, Fábio. SP distribui a escolas livro com palavrões. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19 mai. 2009. Cotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1905200901.htm>>. Acesso em: 23 set. 2009a.

TEZZA, Cristóvão. Não me adotem. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 02 jun. 2009. Colunistas. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/colunistas/conteudo.phtml?tl=1&id=892442&tit=Nao-me-adotem>>. Acesso em: 26 out. 2009.

TUPINAMBÁS, Glória. com palavrão é polêmica nas escolas públicas de Minas. **Estado de Minas**, 30 set. 2009. Disponível em: <http://www.uai.com.br/EM/html/sessao_18/2009/09/30/interna_noticia,id_sessao=18&id_noticia=115350/interna_noticia.shtml>. Acesso em: 29 out. 2009.

VERGUEIRO, W. C. S. Censura e seleção de materiais em bibliotecas: o despreparo dos bibliotecários brasileiros. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 16, n. 1, p. 21-26, 1987.

Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/viewFile/1569/1185>>. Acesso em: 28 nov. 2009.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. Bibliotecário e mudança social: por um bibliotecário ao lado do povo. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v.16, n. 2, p. 207-215, 1988. Disponível em: <<http://164.41.122.25/portálnesp/ojs-2.1.1/index.php/RBB/article/view/459>>. Acesso em: 28 nov. 2009.

VONNEGUT, Kurt. **A Man Without a Country**. New York: Seven Stories Press, 2005.

WARD, David V. Philosophical issues in censorship and intellectual freedom. **Library Trends**, Urbana-Champaign, Vol. 39, n. 1-2, p. 83-91, 1990. Disponível em: <http://www.ideals.illinois.edu/bitstream/handle/2142/7716/librarytrendsv39i1-2i_opt.pdf?sequence=1>. Acesso em: 26 out. 2009.

WEISSBORD, D.; MCGREAL, P.. Moral autonomy, censorship, and the enlightened community. **Library Trends**, Urbana-Champaign, Vol. 39, n. 1-2, p. 51-68, 1990. Disponível em: <http://www.ideals.illinois.edu/bitstream/handle/2142/7708/librarytrendsv39i1-2g_opt.pdf?sequence=1>. Acesso em: 26 out. 2009.

WITCOMBE, Christopher L. C. E. **Copyright in the Renaissance: prints and the 'privilegio' in sixteenth-century Venice and Rome**. Leiden ; Boston : Brill, 2004. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=Qijgk6YdxgMC&pg=PA340&dq=WITCOMBE+Christopher&hl=ptBR&ei=EH70S9SHJMP98AbBIL2wDg&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=2&ved=0CCcQ6AEwAQ#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 12 dez. 2009.

WURMEISTER, Fabiula. Agora é Foz do Iguaçu que manda recolher livros de bibliotecas. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 19 jun. 2009. Ensino. Disponível em: <<http://portal.rpc.com.br/gazetadopovo/ensino/conteudo.phtml?tl=1&id=897588&tit=Agora-e-Foz-do-Iguaçu-que-manda-recolher-livros-de-bibliotecas.php>>. Acesso em: 1 set 2009.

ZIZEK, Slavoj. **Bem-vindo ao deserto do real!**. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial, 2003.

APÊNDICE: TRÊS CASOS

1 UM CASO ITALIANO

Cabe registrar alguns casos, primeiro um caso documentado pela AIB – Associazione Italiana Biblioteche¹¹⁰, que “*opera per la valorizzazione del ruolo delle biblioteche nella società e per il riconoscimento della professionalità del bibliotecari*” (AIB, 2010).

Pelo Comunicado de maio de 2005, com o título: “*Se la censura entra in biblioteca*”, sabe-se que: a Einaudi, famosa editora italiana, publicou um livro de Virginie Despentes, com o título “Scopami”, que foi incluído pelo Ministero del Lavoro e delle Politiche Sociali em um lista de textos aconselhados para adolescentes no âmbito de uma campanha contra o uso de drogas “*Il vero sballo è dire no*”. Uma biblioteca comunitária funcionando em uma escola adquire o livro. Um usuário da biblioteca, uma jovem de catorze anos, retira o livro. A bibliotecaria que autorizou o empréstimo é

denunciata ai carabinieri e condannata dal giudice per le indagini preliminari al pagamento di una multa ai sensi dell'art. 528 del codice penale: l'opera sarebbe oscena e la bibliotecaria colpevole di averla fatta circolare. L'interessata ha presentato opposizione alla condanna, e tutta la comunità bibliotecaria attende con fiducia l'esito della causa: l'esame attento degli elementi di fatto e di diritto non potrà che portare alla piena assoluzione. (GUERRINI, 2005a).

O comunicado, que é assinado pelo presidente da AIB, Mauro Guerrini, continua. Lembra que um episódio semelhante aconteceu em 1976, quando uma bibliotecária foi processada por causa da “*Enciclopedia della vita sessuale Mondadori*”, destinada a crianças e jovens. O processo gerou comoção e mobilização da parte dos bibliotecários, intelectuais, e cidadãos. No fim o tribunal absolveu a bibliotecária, porque não havia crime.

Secondo il codice penale, osceno è ciò che offende il senso del pudore, e non c'è nulla di più vago, ambiguo e controverso del comune senso del pudore. La biblioteca ha certamente il compito di selezionare opere di qualità, che soddisfino i bisogni degli utenti, ma la selezione deve avvenire secondo criteri oggettivi, e non secondo i gusti personali del bibliotecario di turno: a che titolo la biblioteca dovrebbe escludere dalla consultazione un'enciclopedia scientifica o un'opera letteraria inclusa in un programma ministeriale a favore dei minori? Chi ha il potere di censurare?

La censura è una pratica che caratterizza i regimi dittatoriali; il livello di accesso alle

¹¹⁰ Para a AIB e documentação referente às suas ações, ver: AIB-WEB (<http://www.aib.it/>).

informazioni è un indicatore della democrazia. **La biblioteca non può e non deve applicare forme di censura.** In nessun caso il bibliotecario [...] potrebbe negare accesso a un libro, salvo che il volume non rechi sulla copertina un formale divieto ai minori o che non sia stato sequestrato dalla magistratura. **La professione del bibliotecario consiste proprio nel facilitare l'incontro tra lettori e conoscenza registrata nei documenti, e nel prevenire e rimuovere qualunque ostacolo alla libera fruizione.** [...] "L'impegno per la libertà intellettuale costituisce una responsabilità primaria per le biblioteche". Ancora più espliciti sono i Manifesti IFLA/UNESCO per le biblioteche pubbliche e per le biblioteche scolastiche nel sostenere che l'accesso ai servizi e alle raccolte non può essere soggetto "ad alcuna forma di censura ideologica, politica o religiosa, o a pressioni commerciali". Nel 1976, Angela Vinay, allora presidente dell' Associazione Italiana Biblioteche, osservò che "il processo di Trento ha portato all'attenzione del paese una categoria di operatori culturali solitamente trascurata, i bibliotecari, per attribuire loro responsabilità assai gravi in ordine alla diffusione di un prodotto culturale qual è un libro. [...] Siamo ben lontani nel nostro paese dall'aver afferrato il rapporto tra biblioteca e democrazia". Trent'anni dopo, le tecnologie innovative hanno aperto infinite possibilità alla libera circolazione dei saperi, l'Italia è nell'Unione Europea e partecipa ai programmi comunitari per l'apprendimento per tutta la vita e per l'economia della conoscenza, eppure il commento rimane tristemente attuale. **Se la censura entra in biblioteca, a uscirne s'evita non è solo l'istituzione bibliotecaria, ma il profilo democratico del nostro paese nel ventunesimo secolo.** (GUERRINI, 2005a, grifo nostro).

Comunicado de 20 de junho de 2005, estampa no título: “*Campagna per il diritto all'informazione, contro ogni censura: bibliotecaria assolta.*”. E afirma mais uma vez a convicção de que os bibliotecários devem participar

[...] responsabilmente alla funzione educativa, soprattutto nei confronti dei bambini e degli adolescenti, nella consapevolezza del ruolo sociale della biblioteca nella mediazione culturale dei fenomeni e delle contraddizioni presenti nella società. Il bibliotecario non deve quindi svolgere la funzione di tutela né di censura, ma deve sempre favorire l'accesso. (GUERRINI, 2005b).

No mesmo comunicado, firma convicção de que a categoria profissional adquiriu maior respeito por que foi “*l'occasione per riportare al centro del dibattito nazionale il valore delle biblioteche per la crescita civile e culturale del nostro Paese.*”(GUERRINI, 2005b).

Outros dois casos.

2. DUAS ILUSTRAÇÕES AMERICANAS: BIBLIOTECÁRIAS E ASSOCIAÇÃO EM AÇÃO

Dois notícias recentes atendem com justeza à necessidade de um modelo de ação e de uma ilustração para o que se acabou de ver, é o receituário em ação. São duas ilustrações quase que didáticas em que se pode claramente ler com nitidez o ato de censura, a resposta

bibliotecária e a ação da associação profissional:

2.1. Orlando¹¹¹

Neste primeiro caso, livros de uma biblioteca são presos pelo "conteúdo". Uma mãe retirou livros da biblioteca que considerou "quentes" para adolescentes e não os devolveu, exigindo etiquetas de advertência sobre os livros.

Uma mãe da Flórida, que se recusou a devolver quatro livros da série *Gossip Girl* para a biblioteca por causa de seu conteúdo, apareceu para devolvê-los após quase dois anos. Alegou que reteve os livros, mantendo-os fora das prateleiras da biblioteca, porque encontrou neles material "atrevido" para adolescentes e porque queria que as pessoas conhecessem seu ponto de vista através da mídia. Conseguiu seu objetivo: foi cercada por pedidos de entrevista. "*Se eu devolvê-los, eles serão colocados novamente em circulação e estarão disponíveis para as meninas mais jovens lerem*", disse a mãe de três filhos, que mantém os quatro livros escondidos em um armário. "*Parte do material é impróprio para menores*". Ela não pede que o livros sejam retirados, mas deseja que a biblioteca coloque uma etiqueta de advertência sobre os quatro títulos e faça com que fiquem fora do alcance dos menores. Como contribuinte entende ter o direito de se manifestar sobre quais livros podem pousar nas prateleiras das bibliotecas.

Em resposta a biblioteca se recusou a rotulá-los, mas concordou em colocá-los na seção de leitura para adultos. "*Negar o acesso a este título, seria censura*", disse a bibliotecária. "*A série é muito popular entre jovens adultos, temos a obrigação de manter um estoque dos livros mais solicitados*". Um único título da série tinha sido retirado 129 vezes em cinco meses. Quanto aos livros, a política da biblioteca diz que *os pais são os responsáveis por monitorar o que seus filhos leem*. A biblioteca não podia perdoar as multas, mas estava muito contente em ter os livros de volta. (Grifos nossos)

Em apoio, a diretora do Departamento de Liberdade Intelectual da ALA - American Library Association, disse que seria inconstitucional para a biblioteca, uma instituição pública, restringir o acesso aos livros. Rotulá-los já levantaria questões jurídicas. "*Os cinemas*

¹¹¹ Library books held captive for 'content'. UPI, 9 mai. 2010. Disponível em: <http://www.upi.com/Odd_News/2010/05/09/Library-books-held-captive-for-content/UPI70581273440555/print>. Acesso em: 9/05/2010.

são diferentes, porque as classificações são criadas e executadas por entidades privadas. Em toda biblioteca, em algum lugar, há algo considerado ofensivo por alguém. Você permite isso, porque a biblioteca está tentando atender às necessidades da comunidade¹¹²." (Grifo nosso).

2.2 Leesburg¹¹³

Bastante similar ao anterior, no mesmo estado, uma mãe de Leesburg não desiste de uma campanha para colocar rótulos de alerta em livros da biblioteca. Este caso havia se iniciado em setembro de 2009 e envolvia duas mães que contaram com o apoio da First Baptist Church local. A objetivo então era a remoção de títulos considerados vulgares, cerca de 40 títulos, mas que na prática implicariam na revisão da classificação de 4000 livros com conteúdo similar. A biblioteca propôs remover estes livros para a seção de “*jovens adultos*”, sem efetuar nenhum “*juízo moral*”, o que foi considerado insuficiente, porque os livros permaneceriam em oferta. Uma reunião na prefeitura com a comunidade decidiu pela proposta da biblioteca. A mãe continuou com o pleito, esperando conseguir agora que rótulos de advertência sejam colocados em alguns livros censuráveis das bibliotecas de todo o município, visando alunos do ensino médio e fundamental. Neste movimento, conseguiu o apoio do Liberty Counsel, um grupo de advogados conservadores. Insistiram em que os bibliotecários reconsiderassem os livros destinados a jovens adultos. Aqueles que contêm referências a sexo ou atividades ilegais seriam rotulados com "Aviso: Conteúdo Adulto". O rótulo alertaria os leitores jovens e seus pais. O grupo Liberty Counsel ofereceu seus serviços jurídicos gratuitamente em carta para a prefeitura, caso o município viesse a ser contestado nos tribunais sobre a rotulagem. Como a biblioteca possui os livros, entendem que os funcionários municipais poderiam legalmente colocar rótulos sobre eles. A procuradora do município informou em memorando que a administração municipal já possuía um procedimento para os usuários impugnarem livros da biblioteca. Esta política estabelecia que quando uma denúncia fosse recebida, o bibliotecário analisaria o material e em seguida

¹¹² Comunidade em biblioteconomia é sempre heterogênea, é um conjunto plural de “comunidades” onde todas tem que estar representadas.

¹¹³ Leesburg mom not giving up on library book warning-label campaign. **Orlando Sentinel**, Orlando, 16 abr. 2010. Disponível em: <<http://articles.orlandosentinel.com/2010-05-06/news/os-longwood-library-gossip-girl->

tomaria uma decisão, se o município não concordasse com a decisão, poderia apelar para o Conselho Consultivo da biblioteca e ao Conselho de Administração municipal. As autoridades deveriam então considerar a relevância do livro para a comunidade, as críticas do livro pela crítica especializada e pela equipe, entre outros fatores. Advertiu, contudo, que remover os livros poderia ser considerado uma violação à Primeira Emenda da Constituição, e, apesar do Liberty Counsel ter sugerido que o município poderia chegar a uma forma de rotular os livros constitucionalmente admissível, isto poderia sujeitar a prefeitura a sanções constitucionais.

A bibliotecária manifestou sua preocupação com o fato de que *a biblioteca não é o local, nem tem a responsabilidade para colocar um aviso de "conteúdo adulto"* sobre eles. (Grifo nosso.)

A diretora do Departamento de Liberdade Intelectual da ALA disse que *“a rotulagem dos livros transferiria para as bibliotecas uma responsabilidade e forçaria os bibliotecários a atuar como pais: a questão da classificação de conteúdos é complexa, quem decide o que é demais? o que é adequado? o que é censurável e o que não é? Assim chegamos a que esta é uma decisão dos pais”*. (Grifo nosso.)

